



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

O SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CRUZ
CABRÁLIA – BAHIA

Ana Paula da Silva França

Asunción, Paraguay

2025

Ana Paula da Silva França

**O SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CRUZ
CABRÁLIA – BAHIA**

Tese apresentada a UAA – Universidad Autónoma de Asunción, como requisito para a
obtenção do título de Doutorado em Ciências da Educação.

Tutora: Dr^a Daniela Ruiz Diaz Morales

Asunción, Paraguay

2025

Ficha catalográfica

França, Ana Paula da Silva.

O sistema de gestão educacional no processo de avaliação na educação infantil em Santa Cruz Cabrália – Bahia. Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2025.

Tutora: Dr^a Daniela Ruiz Dias Morales

Tese de Doutorado em Ciências da Educação. 162 pp.

Lista de Referencias: p. 139

1. Sistema de Gestão Educacional, 2. Avaliação na Educação Infantil, 3. Inclusão Educacional, 4. Práticas Pedagógicas.

Ana Paula da Silva França

**O SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO DE
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA CRUZ
CABRÁLIA – BAHIA**

Esta Tese foi avaliada e aprovada para a obtenção do título de Doutorado em Ciências da
Educação pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA

BANCA EXAMINADORA:

Agradeço ao Divino Pai Eterno, por amparar-me nos momentos difíceis dando força interior para superar as dificuldades e mostrando o caminho a seguir. Aos meus familiares e amigos pelas palavras de incentivo, em especial a minha querida amiga Márcia Aparecida Rodrigues e Silva pelo esforço e dedicação inesgotável nos nossos encontros que proporcionaram crescimento e superação. Aos professores pelos ensinamentos, em especial a professora e tutora Dr^a Daniela Ruiz Diaz Morales por transmitir conhecimentos valiosos para a realização deste trabalho. Aos meus colegas Carmenlucia, Neto, Arthur, Lenir e Solymeire por todo apoio e compreensão durante os momentos vivenciados nesta jornada.

A pedagogia que sustenta o exame se contenta com a classificação, seja ela qual for; a pedagogia que sustenta o ato de avaliar não se contenta com qualquer resultado, mas somente com resultado satisfatório. Mais que isso: não atribui somente ao educando a responsabilidade pelos resultados insatisfatórios; investiga suas causas, assim como busca e realiza ações curativas. O ato de avaliar dedica-se a desvendar impasses e buscar soluções.

(Luckesi, 2011, p. 64)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
RESUMO	xii
RESUMEN	xiii
ABSTRACT	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	6
1.1 A Educação Infantil no contexto brasileiro	7
1.2 Panorama da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz Cabralia	12
<i>1.2.1 Breve histórico da Educação Infantil no Município</i>	13
<i>1.2.2 A Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia – Bahia</i>	19
1.3 O Sistema de Gestão Educacional – SGE: Estadual e Municipal	23
CAPÍTULO 2. A AVALIAÇÃO NA EDUCACIONAL INFANTIL	29
2.1 Concepção de avaliação	31
2.2 Avaliação diagnóstica	33
2.3 Avaliação formativa	36
2.4 A importância da avaliação para o processo de ensino e aprendizagem	39
2.5 Discussões contemporâneas sobre Avaliação na Educação Infantil	41
CAPÍTULO 3. OS PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	51
3.1 Sistematização dos instrumentos de avaliação	52
3.2 Diagnóstico, observação e registro	55
3.3 Relatório	57
3.4 Diário de classe	59
CAPÍTULO 4. MARCO METODOLÓGICO	61
4.1 Justificativa da investigação	63
4.2 Problemáticas da investigação	64
4.3 Objetivos da pesquisa	65
<i>4.3.1 Objetivo geral</i>	65
<i>4.3.2 Objetivos específicos</i>	65
4.4 Desenho de investigação	66

4.4.1 Enfoque.....	66
4.4.2 Paradigma interpretativo.....	67
4.4.3 Método fenomenológico.....	68
4.5 Tipo de investigação.....	69
4.5.1 Pesquisa descritiva.....	69
4.5.2 Pesquisa não experimental.....	70
4.5.3 Corte transversal da pesquisa.....	72
4.6 Contexto da investigação.....	73
4.6.1 Delimitação geográfica.....	73
4.6.2 Delimitação temporal.....	74
4.6.3 População e amostra da pesquisa.....	78
4.6.4 Participantes da pesquisa.....	80
4.6.5 Processo de seleção dos participantes e amostra.....	81
4.7 Técnicas e instrumentos para coleta de dados.....	82
4.8 Processo de validação dos instrumentos de pesquisa.....	84
4.9 Procedimento metodológico adotado.....	86
4.9.1 Processamento dos dados.....	88
4.10 Considerações éticas.....	89
CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS.....	91
5.1 Apresentação dos dados coletados.....	91
5.2 Procedimentos de Avaliação na Educação Infantil na visão dos professores.....	93
5.2.1 Importância da avaliação no contexto da educação infantil.....	93
5.2.2 Estratégias avaliativas na educação infantil e o papel do docente.....	95
5.2.3 A avaliação da educação infantil no contexto do SGE.....	97
5.2.4 Vantagens do SGE: visão docente.....	98
5.2.5 Desvantagens encontradas na utilização do SGE: visão docente.....	101
5.2.6 Sugestão de melhorias do SGE: proposição dos docentes.....	103
5.3 O SGE na visão dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação.....	105
5.3.1 Trajetória da implementação do SGE: na percepção dos técnicos.....	106
5.3.2 Vantagens de uso do SGE: na visão dos técnicos.....	109
5.3.3 Problemas enfrentados no uso do SGE e ações realizadas para sua melhoria: visão dos técnicos.....	114
5.3.4 Sugestões para melhorias do SGE: na visão dos técnicos.....	117

5.4 O SGE e a perspectiva dos documentos que norteiam a avaliação na educação infantil.....	119
5.4.1 <i>O Projeto Político Pedagógico do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil: em análise.....</i>	<i>120</i>
5.4.2 <i>Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil: em análise.....</i>	<i>121</i>
5.4.3 <i>Documento Especificação Técnica do SGE: em análise.....</i>	<i>121</i>
5.4.4 <i>Acesso à Plataforma do SGE no âmbito da avaliação na educação infantil.....</i>	<i>122</i>
5.4.5 <i>A concepção de avaliação defendida no PPP e sua consonância com o SGE.....</i>	<i>124</i>
5.5 Análise comparativa dos dados coletados.....	125
5.5.1 <i>Comparativo entre as percepções dos professores e dos técnicos.....</i>	<i>125</i>
5.5.2 <i>Comparativo: a percepção dos entrevistados e os documentos analisados.....</i>	<i>127</i>
5.6 Discussões com Base em Autores da Área.....	129
CAPITULO 6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	134
6.1 Considerações finais.....	134
6.2 Recomendações.....	136
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICES.....	148
Apêndice A – Validação dos instrumentos de pesquisa.....	148
Apêndice B – Entrevista para os professores.....	153
Apêndice C – Entrevista para os técnicos da secretária de educação.....	154
Apêndice D – Roteiro para análise documental.....	155
Apêndice E - Carta de apresentação da pesquisadora.....	156
Apêndice F – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	157
ANEXOS.....	159
Anexo A – Imagens do CQVSI.....	159
Anexo B – Modelo de avaliação descritiva do aluno no SGE.....	160

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do nº de alunos da Educação Infantil.....	14
Figura 2: Evolução do nº de docentes atuantes na Educação Infantil.....	15
Figura 3: Estudos Contemporâneos sobre Avaliação na Educação Infantil.....	42
Figura 4: Quadro conceitual.....	57
Figura 5: Modelo de análise e validação dos instrumentos de pesquisa.....	85
Figura 6: Percepções dos professores e dos técnicos sobre o SGE.....	126
Figura 7: Percepções dos entrevistados.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACs – Atividades Complementares

ANEI – Avaliação Nacional da Educação Infantil

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEB – Câmara de Educação Básica

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CQVSI – Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEEI – Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil

Nº – Número

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RCMEI – Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SGE – Sistema de Gestão Educacional

SGE – Sistema de Gestão Escolar

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

RESUMEN

Esta investigación analiza el impacto del Sistema de Gestión Educativa (SGE) en el proceso de evaluación en la educación infantil de Santa Cruz Cabrália, Bahía. Centrándose en la mejora de las prácticas pedagógicas y la inclusión educativa. El estudio explora cómo el SGE puede optimizar el registro y el seguimiento del desarrollo infantil, teniendo en cuenta los desafíos tecnológicos y las necesidades específicas del contexto local. La metodología utilizada es cualitativa, con un enfoque descriptivo y no experimental, utilizando entrevistas con profesores y técnicos de la Secretaría Municipal de Educación, además del análisis documental de normativas institucionales. Los resultados revelan percepciones mixtas sobre el SGE, destacando tanto sus ventajas, como la agilidad la gestión de datos, las dificultades de adaptación tecnológica, especialmente en áreas con acceso limitado a internet. La investigación también identifico la necesidad de ajustes en el SGE para atender mejor a la educación infantil, como la inclusión de módulos específicos y más intuitivos para la planificación pedagógica. Las conclusiones señalan que, aunque el SGE tiene potencial para mejorar el proceso evaluativo en educación infantil, su efectividad depende de una formación continua de los educadores y de mejoras al sistema para que atienda plenamente las necesidades pedagógicas de los niños y del contexto local. Las recomendaciones incluyen la implementación de políticas de formación continua y el desarrollo de herramientas tecnológicas más adaptadas a las realidades de las escuelas municipales.

Palabras-clave: Sistema de Gestión Educativa. Evaluación en Educación Infantil. Inclusión Educativa. Prácticas Pedagógicas.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o impacto do Sistema de Gestão Educacional (SGE) no processo de avaliação na educação infantil de Santa Cruz Cabralia, Bahia. Com foco na melhoria das práticas pedagógicas e na inclusão educacional, o estudo explora como o SGE pode otimizar o registro e o acompanhamento do desenvolvimento infantil, considerando os desafios tecnológicos e as necessidades específicas do contexto local. A metodologia utilizada é qualitativa, com abordagem descritiva e não experimental, utilizando entrevistas com professores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação, além da análise documental de normativas institucionais. Os resultados revelam percepções mistas sobre o SGE, destacando tanto suas vantagens, como a agilidade na gestão de dados, quanto as dificuldades de adaptação tecnológica, especialmente em áreas com acesso limitado à internet. A pesquisa também identifica a necessidade de ajustes no SGE para melhor atender à educação infantil, como a inclusão de módulos específicos e mais intuitivos para o planejamento pedagógico. As conclusões apontam que, embora o SGE apresente potencial para aprimorar o processo avaliativo na educação infantil, sua efetividade depende de uma formação contínua dos educadores e de melhorias no sistema para que ele atenda plenamente às necessidades pedagógicas das crianças e do contexto local. As recomendações incluem a implementação de políticas de formação contínua e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas mais adaptadas às realidades das escolas municipais.

Palavras-chave: Sistema de Gestão Educacional. Avaliação na Educação Infantil. Inclusão Educacional. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This research analyzes the impact of the Educational Management System (SGE) on the evaluation process in early childhood education in Santa Cruz Cabrália, Bahia. Focusing on improving pedagogical practices and educational inclusion, the study explores how the SGE can optimize the recording and monitoring of child development, considering technological challenges and the specific needs of the local context. The methodology used is qualitative, with a descriptive and non-experimental approach, using interviews with teachers and technicians from the Municipal Department of Education, in addition to document analysis of institutional regulations. The results reveal mixed perceptions of the SGE, highlighting both its advantages, such as agility in data management, and the difficulties of technological adaptation, especially in areas with limited internet access. The research also identifies the need for adjustments in the SGE to better serve early childhood education, such as the inclusion of specific and more intuitive modules for pedagogical planning. The conclusions indicate that although the SGE has the potential to improve the evaluative process in early childhood education, its effectiveness depends on continuous teacher training and improvements in the system to fully meet the pedagogical needs of children and the local context. Recommendations include implementing continuous training policies and developing technological tools better adapted to the realities of municipal schools.

Keywords: Educational Management System. Early Childhood Education Assessment. Educational Inclusion. Pedagogical Practices.

INTRODUÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos. No Brasil, essa fase é regulamentada por diretrizes e políticas que visam assegurar qualidade e equidade no atendimento às crianças de zero a cinco anos (Brasil, 2023). Ao longo dos anos, as políticas públicas voltadas para a educação infantil têm buscado consolidar uma estrutura educacional que atenda às particularidades regionais e promova o desenvolvimento pleno das crianças em um ambiente que valoriza a diversidade cultural, social e econômica.

No entanto, apesar das iniciativas governamentais e das diretrizes educacionais estabelecidas, estudos indicam que ainda há uma lacuna significativa no que diz respeito à integração entre gestão de sistema educacional e avaliação na educação infantil em municípios brasileiros. Ou seja, há uma escassez de trabalhos que tratem de forma direta a interface entre gestão e avaliação nessa etapa educacional. Embora a avaliação seja um elemento crucial, para garantir a qualidade da educação infantil, muitas das iniciativas municipais não têm uma abordagem clara sobre como esses processos podem ser implementados de maneira eficaz. A falta de padronização e a ausência de uma sistemática nacional de avaliação específica para a educação infantil, ainda são fatores que limitam o desenvolvimento de práticas avaliativas robustas.

De forma que, atualmente, as pesquisas viventes contribuem para a compreensão do cenário de gestão de sistema educacional e avaliação na educação infantil no Brasil e apontam para a necessidade de uma maior integração entre esses processos. A educação infantil, conforme regulamentada por diretrizes nacionais exige que a gestão de sistema

educacional atue de forma eficaz, garantindo que as práticas avaliativas estejam alinhadas com os objetivos pedagógicos e contribuam para o desenvolvimento pleno das crianças.

O Município de Santa Cruz Cabrália, situado no litoral sul da Bahia, é um exemplo de como as políticas nacionais de educação infantil são implementadas em contextos locais, especialmente em áreas com grande diversidade cultural. A presença de comunidades Indígenas Pataxó e a rica herança cultural da região impõem desafios e oportunidades específicos para a educação infantil, exigindo adaptações no currículo e nas práticas pedagógicas para atender às necessidades das crianças de forma inclusiva e culturalmente relevante (Bahia, 2022).

Nos últimos anos, a integração de tecnologias no ambiente escolar tem se tornado uma tendência crescente, com o objetivo de modernizar as práticas administrativas e pedagógicas. O Sistema de Gestão Educacional – SGE implementado em Santa Cruz Cabrália é um exemplo dessa tendência, buscando otimizar o gerenciamento de dados escolares e facilitar a comunicação entre escolas, alunos e famílias. No entanto, a adoção dessas tecnologias apresenta desafios, especialmente em contextos rurais e em comunidades com acesso limitado à infraestrutura tecnológica (Bahia, 2010).

Diante desse cenário, esta pesquisa se propõe a verificação do uso do Sistema de Gestão Educacional no processo de avaliação na educação infantil. A pesquisa parte da premissa de que a utilização do SGE pode potencializar o processo de avaliação, mas também enfrenta desafios específicos relacionados à adaptação tecnológica e à inclusão de práticas pedagógicas adequadas para a educação infantil.

Dessa forma, a *problemática* central da investigação gira em torno da seguinte questão: Como o Sistema de Gestão Educacional é utilizado no processo de avaliação na educação infantil no Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil, em Santa Cruz Cabrália, Bahia? Para responder o problema central, recorreu-se ao *objetivo geral* deste trabalho que é:

Analisar a utilidade do Sistema de Gestão Educacional – SGE no processo de avaliação na educação infantil no Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil, em Santa Cruz Cabrália, Bahia. Prontamente, levaram-se em consideração os *objetivos específicos*, que são: Descrever o processo de avaliação na Educação Infantil, segundo a concepção dos docentes; relatar os procedimentos utilizados para registrar e acompanhar o desenvolvimento das crianças, na consideração dos docentes; identificar a utilidade do SGE para a educação municipal, na percepção dos docentes e dos técnicos da secretaria de educação; e, verificar a concepção de avaliação defendida nos documentos normativos da instituição de ensino pesquisada.

Portanto, a *justificativa* desta pesquisa reside em sua relevância na contribuição para o campo da educação infantil, especialmente no contexto das escolas públicas de Santa Cruz Cabrália, Bahia. Ao investigar a eficácia do SGE no apoio ao processo de avaliação, o estudo oferece insights que podem orientar a implementação de práticas mais inclusivas e eficazes, colaborando para a melhoria da qualidade da educação infantil na localidade.

A avaliação, entendida como um processo formativo e inclusivo é essencial para o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e para o planejamento de práticas pedagógicas que respondam às suas necessidades específicas (Luckesi, 2011). Por isso, este estudo busca compreender como o SGE pode contribuir para aprimorar essas práticas avaliativas no meio infantil, considerando as particularidades do contexto local.

Sendo assim, este trabalho tem a sua divisão em 6 (*seis*) *Capítulos*, colocados nos próximos tópicos. De modo que: No Capítulo 1, traz uma contextualização da educação infantil no Brasil, destacando sua importância como primeira etapa da educação básica e seu papel crucial no desenvolvimento integral das crianças. Além disso, apresenta o panorama da educação em Santa Cruz Cabrália, também abordam e analisam dados importantes sobre a história e a evolução da educação infantil no município, com um enfoque específico no uso

do Sistema de Gestão Educacional, que visa melhorar a gestão administrativa e pedagógica nas escolas municipais.

Seguidamente, no Capítulo 2, discute a avaliação na educação infantil, abordando suas diferentes concepções e enfatizando a importância de uma avaliação formativa e diagnóstica para o ensino e aprendizagem infantil. Trazendo ainda, uma discussão contemporânea sobre avaliação na educação infantil. A avaliação é tratada como um processo contínuo que acompanha o desenvolvimento das crianças, sendo um elemento essencial para o planejamento de práticas pedagógicas eficazes e inclusivas.

Logo após, no Capítulo 3, são descritos os procedimentos avaliativos utilizados na educação infantil, como a sistematização dos instrumentos de avaliação, o diagnóstico, a observação e o registro de informações, o uso de relatórios e diários de classe. A ênfase deste capítulo está na importância de cada um desses procedimentos para garantir um acompanhamento eficaz do desenvolvimento das crianças e para promover uma educação que respeite suas individualidades.

Já no Capítulo 4, explora a *metodologia da pesquisa*, apresentando a justificativa e as problemáticas que motivaram o estudo, bem como os objetivos da pesquisa – o geral e os específicos. A saber, o desenho metodológico adotado para a realização da pesquisa tem alcance no enfoque qualitativo e paradigma interpretativo com método fenomenológico. A pesquisa é do tipo descritivo, não experimental e corte transversal. Apresenta ainda o contexto da investigação com a delimitação geográfica e temporal, a população e amostra da pesquisa, os participantes e o processo de seleção dos participantes e amostra

Ainda, fez uso de técnicas e instrumentos de coleta de dados como entrevistas abertas e análise documental, a partir do processo de validação desses instrumentos, permitindo uma análise detalhada das percepções dos participantes e dos documentos normativos da instituição. O procedimento metodológico adotado e o processamento dos dados foram

fundamentais para realizar a análise das informações, por meio da análise de conteúdo, com o objetivo de identificar padrões e temas emergentes que informassem as práticas avaliativas e o uso do SGE. Por fim foram destacadas as considerações éticas para a pesquisa.

Em seguida, no Capítulo 5, são apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa, a partir da coleta de dados com professores e técnicos da secretaria de educação, além da análise documental realizada pela pesquisadora. As percepções dos participantes sobre o uso do SGE na avaliação na educação infantil municipal foram examinadas, identificando tanto as vantagens percebidas quanto os desafios na sua implementação e uso do sistema. Ainda são analisados os dados comparativamente com os documentos educacionais relevantes do município.

Por fim, no Capítulo 6, discorre sobre as conclusões desta pesquisa, oferecendo as considerações finais sobre a utilização do SGE no processo de avaliação na educação infantil e as sugestões para aprimorar as práticas de avaliação no município de Santa Cruz Cabrália, Bahia. Também são abordadas as recomendações para a formação continuada de educadores e as melhorias no Sistema de Gestão Educacional.

Contudo, as proposições que orientaram a pesquisa assinalam que, apesar dos desafios tecnológicos e de infraestrutura, o SGE pode ser uma ferramenta eficaz para aprimorar o processo de avaliação na educação infantil, desde que sejam realizados ajustes que considerem as especificidades das crianças e do contexto local. Além disso, espera-se que a formação continuada dos educadores seja fundamental para a efetiva utilização do SGE como suporte ao desenvolvimento integral das crianças.

CAPÍTULO 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O capítulo 1, da presente pesquisa aborda a educação infantil no Brasil, destacando sua importância como a primeira etapa da educação básica e seu papel essencial no desenvolvimento integral das crianças. Este capítulo está dividido em 3 (três) tópicos principais que discutem o contexto brasileiro da educação infantil, o processo educacional infantil no município de Santa Cruz Cabralia – BA, e o uso do Sistema de Gestão Educacional (SGE), com foco específico em Santa Cruz Cabralia.

O primeiro tópico, 1.1 A Educação Infantil no Contexto Brasileiro, examina as diretrizes e políticas nacionais que orientam a educação infantil. O texto explora a estrutura educacional composta por creches e pré-escolas, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº 9394/96, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2009). Esta seção discute a descentralização da oferta da educação infantil, os desafios em termos da equidade e da qualidade, e a importância de políticas públicas que promovam o acesso e a formação de educadores qualificados.

O segundo tópico, 1.2 Panorama da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz Cabralia, também apresentam os subtópicos, 1.2.1 Breve histórico da Educação Infantil no Município e, 1.2.2 A Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia – BA, estes ínterins focalizam na implementação das diretrizes educacionais no contexto local, e trazem dados qualitativos e quantitativos importantes da rede de ensino referentes ao atendimento da educação infantil no município. Santa Cruz Cabralia é um município rico em diversidade cultural com a presença dos povos indígenas Pataxó, ribeirinhos e camponeses. Tal pluralidade influencia na organização da educação infantil. Esta seção aborda como o referencial curricular municipal é adaptado para atender às necessidades específicas das crianças, respeitando as identidades culturais, especialmente nas escolas localizadas em

aldeias e acampamentos e/ou assentamentos rurais. Discute-se a importância da integração entre escola, família e comunidade, bem como os desafios enfrentados em áreas rurais e na formação de professores.

Por fim, o terceiro tópico, 1.3 O Sistema de Gestão Educacional – SGE: Estadual e Municipal descreve como a tecnologia é integrada à gestão do processo educacional para melhorar a eficiência administrativa e pedagógica nas escolas, principalmente, de educação infantil. O SGE é uma ferramenta utilizada para gerenciar dados escolares e facilitar a comunicação entre escolas, alunos e famílias. Este tópico analisa como o SGE tem contribuído para uma gestão dos processos escolares mais transparentes, dinâmicos e eficazes, ajudando a enfrentar os desafios específicos do município.

Este capítulo fornece uma visão abrangente da educação infantil no Brasil e no município de Santa Cruz Cabralia, destacando a importância de políticas educacionais bem estruturadas e a utilização de tecnologias inovadoras para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todas as crianças.

1.1 A Educação Infantil no contexto brasileiro

A primeira etapa da educação básica, conhecida como Educação Infantil, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, abrangendo os aspectos físico, emocional, social e cognitivo. No Brasil, essa fase é regulada por um conjunto de diretrizes e políticas que visam garantir qualidade e equidade no atendimento às crianças de zero a cinco anos. Este tópico explora a estrutura, os desafios e as políticas relacionadas à Educação Infantil no país, a partir de um panorama legal e documental.

No Brasil, a educação infantil é composta por creches, que atendem crianças de até três anos, e pré-escolas, destinadas às crianças de quatro e cinco anos. Essa estrutura busca

garantir o desenvolvimento integral dos pequenos, complementando a ação da família e da comunidade, conforme estabelecido pela LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. A LDBEN (Brasil, 2023) enfatiza que a educação infantil é um direito de todas as crianças e uma obrigação do Estado, devendo ser oferecida em instituições que atendam a padrões de qualidade, regulados por normas nacionais e supervisionadas pelo poder público.

A estrutura e organização da educação infantil no Brasil têm sido moldadas por marcos legais, diretrizes curriculares e políticas públicas específicas que tentam conciliar as particularidades regionais com padrões nacionais de qualidade. Um aspecto central dessa estrutura é a descentralização da responsabilidade pela oferta de educação infantil, que é compartilhada entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), sendo esse último o responsável direto pelo atendimento da educação infantil.

Segundo a Constituição Federal de 1988, os municípios têm a responsabilidade principal de prover educação infantil, em regime de colaboração com os Estados e a União (Brasil, 2012). Essa descentralização permite que as políticas públicas sejam adaptadas às necessidades locais, mas também apresenta desafios em termos de equidade e qualidade na oferta de serviços educacionais (Oliveira et al., 2017). Tendo em vista que a educação infantil exige condições específicas de atendimento que vão desde à infraestrutura, alimentação até o quantitativo de funcionários disponíveis para cuidar das crianças. Em decorrência dos maiores cuidados e de atenção que são necessários nessa etapa de ensino

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, representam um avanço significativo na estruturação dessa etapa educacional. Elas estabelecem princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as políticas públicas na área, destacando a importância do desenvolvimento integral das crianças e a promoção de um currículo que

articule experiências e saberes das crianças com conhecimentos culturais, artísticos e científicos (Barbosa et al., 2016; Fernandes & Campos, 2015).

O currículo da educação infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. O objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Barbosa et al., 2016). A estrutura curricular deve respeitar a diversidade cultural, étnica e social do país, garantindo que as práticas educativas sejam inclusivas e promovam o respeito às diferenças. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) para a educação infantil estabelece campos de experiências que organizam o currículo, destacando a importância das interações e brincadeiras como eixos norteadores das práticas pedagógicas (Oliveira et al., 2017).

A gestão da educação infantil envolve coordenação entre diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), requerendo regime de colaboração entre eles. Além disso, demanda da articulação da rede municipal de ensino e suas escolas. Nesse sentido, foi instituído através da Lei nº 13.0005/2014, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), sendo estabelecidas metas para a expansão e melhoria da educação infantil, destacando a importância de aumentar o acesso e garantir a qualidade do ensino. Em sua primeira meta, o PNE prevê a universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos e a ampliação progressiva do atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos, visando reduzir desigualdades regionais e sociais (Alves & Côco, 2020; Oliveira et al., 2017). Lembrando que a respectiva lei determinou que os estados e municípios elaborassem os seus respectivos planos, consoantes ao PNE, prevendo as estratégias e prazos para alcance da meta.

No entanto, a estrutura e organização da educação infantil no Brasil enfrentam desafios significativos em termos de acesso, qualidade e equidade. Disparidades regionais e socioeconômicas afetam a capacidade das instituições de oferecerem um ensino de qualidade

para todas as crianças. Embora o acesso à pré-escola tenha aumentado, especialmente em áreas urbanas, as creches, ainda são escassas em regiões mais pobres e rurais, o que limita as oportunidades de desenvolvimento para muitas crianças. Estudos indicam que a qualidade do ensino apresenta disparidades significativas entre instituições públicas e privadas (Alves & Côco, 2020; Fernandes & Campos, 2015).

A formação dos educadores é um fator crítico na melhoria da qualidade, e políticas que incentivem a formação inicial e continuada dos professores são essenciais para garantir práticas pedagógicas mais eficazes. Além disso, a infraestrutura das instituições, a disponibilidade de materiais pedagógicos e o apoio às famílias são elementos fundamentais para criar ambientes de aprendizagem que promovam o desenvolvimento integral das crianças (Fernandes & Campos, 2015; Oliveira et al., 2017).

A integração entre escolas, famílias e comunidades é um aspecto central na estrutura e organização da educação infantil. As diretrizes curriculares enfatizam a importância de envolver os pais e responsáveis no processo educativo, promovendo uma abordagem colaborativa que valorize as experiências e conhecimentos das famílias. Essa participação é fundamental para garantir que as práticas pedagógicas sejam culturalmente relevantes e respeitem as particularidades das comunidades atendidas (Barbosa et al., 2016; Oliveira et al., 2017).

Para fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, é fundamental implementar programas de integração e apoio às famílias. Isso pode incluir ações como formação para pais, visitas domiciliares e criação de espaços de diálogo entre educadores e famílias. Essas iniciativas têm como objetivo promover um ambiente de apoio ao desenvolvimento infantil e contribuir para a construção de uma educação de qualidade e inclusiva (Alves & Côco, 2020; Fernandes & Campos, 2015).

Para garantir um futuro promissor para a educação infantil no Brasil, é necessário considerar fatores cruciais, tais como a implementação eficaz das políticas públicas, o fortalecimento da formação dos educadores e o aumento do investimento na infraestrutura das instituições. Além disso, é fundamental adotar uma abordagem integrada que considere as necessidades e potencialidades das crianças em seu contexto cultural, social e econômico (Oliveira et al., 2017).

O debate sobre a educação infantil no Brasil continua a evoluir, com a participação de diversos atores, incluindo educadores, pesquisadores, formuladores de políticas e a sociedade civil. A busca por uma educação infantil de qualidade, que respeite a diversidade e promova o desenvolvimento integral das crianças, é um objetivo central que requer compromisso e colaboração de todos os envolvidos (Barbosa et al., 2016; Fernandes & Campos, 2015).

A partir da análise dos documentos e estudos, fica evidente que a educação infantil no Brasil é um campo em constante transformação, com desafios significativos, mas também com potencial para contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento social e econômico do país. As políticas públicas e as práticas educacionais devem continuar a se adaptar às realidades locais, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação que respeite sua individualidade e promova seu desenvolvimento pleno (Alves & Côco, 2020; Oliveira et al., 2017).

A estrutura e organização da educação infantil no Brasil refletem a complexidade e diversidade do país. A implementação de políticas públicas eficazes, a valorização da formação dos educadores e a integração entre escola e comunidade são elementos fundamentais para garantir que essa etapa educacional cumpra seu papel de promover o desenvolvimento integral das crianças. A continuidade do debate e a colaboração entre todos os atores envolvidos, nesse processo são essenciais para enfrentar os desafios existentes e

construir um sistema educacional que ofereça oportunidades equitativas para todas as crianças brasileiras (Barbosa et al., 2016; Fernandes & Campos, 2015).

1.2 Panorama da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz Cabrália

O Município de Santa Cruz Cabrália, situado no litoral sul da Bahia, é um município rico em diversidade cultural e natural, conhecido por sua importância histórica e pela presença de comunidades Indígenas Pataxó. Nesse contexto, a rede municipal é responsável por 28 (vinte e oito) escolas, sendo que algumas delas contam com espaços alugados e com anexos (por não ter espaço físico suficiente para acolher a demanda). Além disso, tem-se escolas indígenas e do campo. De modo geral, a educação municipal é responsável pelas etapas Educação Infantil de Creche (2 e 3 anos) e Pré-escola (4 e 5 anos) e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º) e Anos Finais (6º ao 9º). Entretanto, contribui com o transporte escolar para os alunos que estudam nas escolas de Ensino Médio. Para atender todo esse público, conta com a atuação direta de 292 professores, sendo que a maioria possui a formação em área de atuação específica, respeitando a etapa de ensino em que leciona.

Quanto ao atendimento de cada etapa citada destaca-se que: a) mais da metade, ou seja, 19 (dezenove) escolas atendem à educação infantil junto com as outras etapas de ensino, acomodando as crianças em classes multisseriadas ou multietapas; b) somente 2 (duas) escolas e 2 (duas) creches ofertam exclusivamente a educação infantil para crianças de (creche e pré escola); c) apenas 5 (cinco) escolas, na rede municipal, não ofertam educação infantil, por atender às demais etapas de ensino, com estudantes de idades maiores, conforme os dados do SGE (Bahia, 2025).

Dados oficiais sobre Santa Cruz Cabrália apontam um total de matrículas de 9.366 estudantes abrangendo a rede pública (estadual e municipal) e particular. Desse quantitativo

9.086 alunos são das escolas públicas. Sendo duas estaduais, que juntamente, atendem um total de 1.206 alunos. O ensino privado corresponde à apenas 281 alunos do tal atendido. Por fim, a rede municipal é a que abrange o maior quantitativo de estudantes, sendo responsável por: 571 crianças na creche e 1.182 na pré-escola; 3.389 estudantes nos anos iniciais e 2.680 alunos nos anos finais; totalizando-se 7.880 estudantes (Brasil, 2025).

Dessa forma, a rede municipal demonstra um papel central na educação básica de Santa Cruz Cabrália, ao atender o maior número de estudantes, abrangendo desde a creche até os anos finais do ensino fundamental. Observa-se que a maior concentração de matrículas ocorre nos anos iniciais (3.389 alunos) e nos anos finais (2.680 alunos), evidenciando a forte demanda por ensino fundamental. Em comparação, a educação infantil (1.753 crianças) apresenta um menor número de estudantes, considerando-se as 571 crianças atendidas na creche e 1.182 na pré-escola. Esses dados refletem a importância da rede municipal na garantia do acesso e permanência à educação, especialmente nos primeiros anos de escolaridade obrigatória.

1.2.1 Breve histórico da Educação Infantil no Município

O município iniciou o atendimento da Educação Infantil em 2006 atendendo um quantitativo bem pequeno de crianças, inclusive a Creche Sonho Infantil foi uma das primeiras a funcionar. Contudo, com o passar dos anos, ampliou-se esse atendimento e, atualmente a maioria das escolas municipais têm pelo menos uma turma de educação infantil, quando na comunidade local não há uma escola específica para atender a educação infantil. Nos últimos dez anos tem-se os seguintes números sobre o atendimento da Educação Infantil em Santa Cruz Cabrália, assim com aponta o CME (Bahia, 2023).

Na figura 1 são apresentados os números da evolução das informações sobre as matrículas dos alunos da Educação Infantil no município, ao longo de 10 (dez) anos.

Figura 1: Evolução do nº de alunos da Educação Infantil

Nº de alunos da Educação Infantil – 2014 a 2024											
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº de alunos	1.254	1.271	1.399	1.368	1.447	1.380	1.453	1.257	1.524	1.623	1.753

Fonte: IBGE (2023) e SGE (2024)

A análise do atendimento da Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia entre 2014 e 2024 revela uma tendência de crescimento no número de crianças matriculadas, apesar de algumas variações ao longo dos anos. Observa-se um aumento significativo entre 2014 (1.254 crianças) e 2024 (1.753 crianças), representando um crescimento de aproximadamente 40%. No entanto, é importante destacar que a pandemia de COVID-19 ocasionou a suspensão das aulas presenciais em 2020-2021, impactando nesse avanço, resultando em variações no número de matrículas. E, nesse sentido, a interrupção das aulas nesse período causou desafios no acesso e continuidade da educação infantil, refletindo-se nas oscilações dos dados. Ainda assim, a recuperação pós-pandemia é evidente, com um aumento expressivo no número de crianças atendidas nos anos seguintes.

Embora tenham ocorrido oscilações em determinados períodos, como a redução em 2017 e 2019, o número de matrículas apresentou recuperação e crescimento contínuo a partir de 2021. Sendo que o salto mais expressivo nas matrículas aconteceu entre 2021 e 2024, passando de 1.257 para 1.753 crianças matriculadas. Esse acontecimento foi devido às ações desenvolvidas nos últimos quatro anos, para a ampliação do acesso e permanência das crianças à educação infantil no município.

Dentre essas ações é possível destacar: i) reforma e manutenção das escolas que ofertam Educação Infantil; ii) aquisição de mobiliário (carteiras coloridas em formato trapézio), mesa de refeitório e diversos equipamentos como TV Smarts, ventiladores, caminhas, tolhas de banho, lençóis, eletrodomésticos, parquinho tipo playground para as Escolas que atendem à Educação Infantil, nos últimos quatro anos; iii) expansão da oferta de vaga na educação infantil, priorizando o atendimento na própria localidade onde as crianças residem, a exemplo de escola do Campo, para atender Creche (2 anos), em 2022, escola urbana para atender mais crianças de 2 até 5 anos, sendo alocadas no espaço de uma escola privada, em 2023 e a escola indígena através do atendimento nas próprias aldeias em 2023 e 2024, atendendo crianças de 03 anos; iv) manutenção da extensões, prédios alugados para atender mais crianças da educação infantil.

Ademais esse aumento demonstrado reflete a crescente demanda por vagas para as crianças na faixa etária da educação infantil, sinalizando sobre a necessidade de expansão da rede de atendimento. Sendo que, o aumento do atendimento às crianças ao longo da última década influenciou diretamente na docência da Educação Infantil. Como é possível visualizar na tabela, a seguir.

Na figura 2 é destacado o quantitativo da evolução relacionado ao quadro de docentes atuantes na Educação Infantil no município, no decorrer de 10 (dez) anos.

Figura 2: Evolução do nº de docentes atuantes na Educação Infantil

Nº de docentes que atuam na Educação Infantil – 2014 a 2024											
Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº de docentes	72	74	82	76	83	91	85	68	90	96	100

Fonte: IBGE (2023) e SGE (2024)

Na figura 2, os dados obtidos nos sites do IBGE (2023) e SGE (2024) permitiram construir uma tabela com a evolução do número de docentes atuantes na Educação Infantil em Santa Cruz Cabrália, nos últimos dez anos, apresenta um crescimento significativo, passando de 72 docentes em 2014 para 100 em 2024, representando um aumento de quase 40%. Sendo que em 2024 o município possuía 98 turmas de educação infantil ao todo, 12 multisseriadas e 10 em formato multietapa. Observa-se um crescimento gradual ao longo dos anos, com alguns períodos de redução, como em 2017 (76 professores), 2020 (85 professores) e 2021, que registrou o menor número da série (68 professores). Lembrando que, a pandemia de COVID-19 também impactou diretamente na redução do número de professores, os quais atuavam em regime de contrato temporário, caindo para 85 em 2020 e atingindo o menor patamar na série histórica em 2021, ficando com apenas 68 docentes.

Cabe ressaltar que a impossibilidade de atendimento presencial comprometeu o desenvolvimento integral das crianças, uma vez que a Educação Infantil depende fortemente da interação social e do contato direto com docentes e colegas. Além disso, muitos profissionais da educação enfrentaram grandes desafios como adaptações ao ensino remoto, dificuldades com a continuidade do vínculo pedagógico.

Entretanto, a retomada das atividades presenciais em 2022, acompanhada do aumento no número de professores, demonstrou um esforço para recuperar as perdas educacionais e garantir um atendimento mais estruturado às crianças. O crescimento contínuo observado até 2024 se deu por causa de investimentos na recomposição do quadro docente. Um exemplo disso foi à criação de cargo específico para professor de educação infantil, dentro do processo seletivo de contratação de docentes temporários, priorizando a formação, qualificação e lotação. E, também ampliação da oferta de ensino, buscando mitigar os impactos causados pela pandemia.

Entretanto, a partir de 2022, nota-se uma retomada no crescimento, chegando ao maior número de docentes em 2024. Entende-se que esse aumento no quantitativo de professores está relacionado à expansão do atendimento na Educação Infantil. Além disso, reflete o investimento em ações de valorização profissional e ampliação do corpo docente, garantindo melhores condições de ensino e aprendizagem na primeira infância.

Considerando que a educação infantil é amplamente reconhecida como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano, fornecendo bases sólidas para o crescimento emocional, social e cognitivo das crianças, tanto o Plano Nacional de Educação – PNE (2014) quanto o Plano Municipal de Educação – PME (2015) estabelecem a Meta 1 específica para a etapa, elencando estratégias para atingir a meta. A meta visa universalizar a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos até 2016 e ampliar a oferta de educação infantil em creches, atendendo pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final de 2025.

Nesse sentido, no âmbito municipal é pertinente atentar-se para a abrangência desse atendimento na atualidade, pois mesmo aumentando o atendimento na educação infantil, como visto anteriormente. A etapa pré-escolar de 4 e 5 anos atende a 100 das crianças nessa idade. Entretanto, ainda há um intervalo de idade sem nenhum atendimento de 0 a 1 ano. Tendo em vista que, o município só tem atendido, atualmente crianças a partir de 2 anos de idade. Dados do Censo Escolar de 2023 revelam que, apenas 26% das crianças são atendidas na idade Creche de 0 a 3 anos. Ou seja, de um total de 1.700 (mil e setecentas) crianças, nessa idade apenas 430 estão matriculadas na rede municipal. Contudo, destaca-se que o município possui duas creches do Programa Proinfância em andamento/construção, espaço que contará com estrutura para atender berçário.

Isso significa que mais de 74% das crianças não têm acesso a essa etapa fundamental da educação. Lembrando que a meta, conforme os Planos de Educação é atender pelo menos 50% das crianças dessa faixa etária, correspondente a 850 crianças, até 2025. Portanto, é

necessário um esforço conjunto dos entes federados, no sentido de ampliar a oferta de vagas, garantindo que mais crianças tenham acesso à educação infantil de qualidade.

Desse modo, o monitoramento contínuo e sistemático da cobertura escolar dessa população, conforme estabelecido pela legislação brasileira, é fundamental para impactar diretamente não apenas o acesso à educação, mas também a equidade no desenvolvimento de habilidades essenciais nos primeiros anos de vida (Brasil, 2024, p. 28).

Para fortalecer o cumprimento dessa meta, foi sancionada a Lei nº 14.851/2024 estabelece a obrigatoriedade de criação de mecanismos para identificar, divulgar e atender a demanda por vagas na educação infantil para crianças de 0 a 3 anos. Determina que municípios e o Distrito Federal realizem anualmente um levantamento da demanda, com apoio da União e dos estados, definindo normas, procedimentos e estratégias, como a busca ativa de crianças não matriculadas por meio da cooperação entre os setores: educação, assistência social e saúde.

A expansão da oferta de vagas deverá ser planejada pelos entes federados, e os recursos federais para infraestrutura e equipamentos serão prioritariamente destinados às redes que realizarem o levantamento conforme os planos de educação. O monitoramento da matrícula e permanência das crianças, especialmente beneficiárias de programas de transferência de renda, será obrigatório.

Além disso, os municípios deverão divulgar amplamente os dados coletados e criar listas de espera com critérios transparentes de prioridade, considerando fatores socioeconômicos e territoriais. O levantamento de demanda integrará informações de bancos de dados de diversos órgãos públicos, garantindo maior precisão no planejamento. Ter esse diagnóstico é um ponto de partida para a tomada de decisões dos gestores, que podem priorizar formas de atender as necessidades de acesso à educação infantil.

1.2.2 A Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia – Bahia

A educação infantil desempenha um papel vital na promoção do desenvolvimento integral das crianças, respeitando as especificidades culturais e sociais da região. Este tópico aborda a estrutura e organização da educação infantil em Santa Cruz Cabralia, analisando como as diretrizes nacionais são implementadas e os desafios enfrentados na busca por uma educação de qualidade e inclusiva. A educação infantil é estruturada em conformidade com as normas estabelecidas pela BNCC (2017) e pelas DCNEI (2009). Essas diretrizes definem que a educação infantil deve ser oferecida em creches, para crianças de zero a três anos, e em pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos. Essas instituições têm a responsabilidade de cuidar e educar as crianças, proporcionando experiências que favoreçam o desenvolvimento integral em seus aspectos físico, social, emocional e cognitivo (Brasil, 2017).

O Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil – RCMEI foi elaborado de forma coletiva em 2020, sendo aprovado pela Resolução nº 80/2022, a qual foi expedida do Conselho Municipal de Educação – CME. O RCMEI organiza a educação infantil em 2 (dois) grupos principais: creches e pré-escolas. Essa estrutura está alinhada com as diretrizes nacionais, que enfatizam a importância de oferecer uma educação que respeite as etapas do desenvolvimento infantil e promova a aprendizagem significativa por meio de brincadeiras e interações. As práticas pedagógicas devem ser centradas na criança, reconhecendo-a como sujeito ativo no processo de aprendizagem (Bahia, 2022).

A abordagem pedagógica adotada em Santa Cruz Cabralia busca promover o desenvolvimento integral das crianças, respeitando seus ritmos e modos de aprendizagem. O referencial curricular municipal destaca a importância de uma educação que coloque a criança no centro do processo educativo, reconhecendo-a como sujeito de direitos, capaz de interagir com o mundo de maneira criativa e significativa (Bahia, 2022).

As práticas pedagógicas são guiadas por princípios que valorizam a brincadeira e as interações como eixos centrais do currículo. A brincadeira é vista como uma atividade fundamental para o desenvolvimento das crianças, permitindo que elas explorem o mundo ao seu redor, expressem suas emoções e ideias, e desenvolvam habilidades sociais e cognitivas. Além disso, as interações entre as crianças e entre crianças e adultos são incentivadas como forma de promover a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento social (Bahia, 2022).

A integração entre a escola e a comunidade é um aspecto central na organização da educação infantil no município. O referencial curricular municipal enfatiza a importância de envolver as famílias no processo educativo, promovendo uma abordagem colaborativa que valorize as experiências e conhecimentos das famílias e comunidades locais (Bahia, 2022).

Nesse sentido, as escolas são incentivadas a estabelecer parcerias com as famílias, promovendo espaços de diálogo e troca de saberes. Essa colaboração é essencial para garantir práticas pedagógicas culturalmente relevantes e alinhadas às especificidades das comunidades. Além disso, programas de integração, como formação para pais e visitas domiciliares, fortalecem o vínculo entre escola e comunidade, contribuindo para uma educação inclusiva e de qualidade (Bahia, 2022).

A promoção da inclusão e do respeito à diversidade é um dos pilares da educação infantil em Santa Cruz Cabrália. As diretrizes curriculares municipais destacam a importância de criar um ambiente educacional inclusivo, que acolha crianças com diferentes necessidades e respeite as diversas identidades culturais e sociais presentes no município (Bahia, 2022).

A educação indígena é abordada de forma específica, garantindo que as práticas pedagógicas sejam culturalmente relevantes e respeitem os saberes e tradições dos povos Pataxó. Isso envolve a adaptação do currículo para incluir conteúdos que valorizem a cultura indígena e promovam o respeito e a valorização das identidades culturais das crianças. As

escolas buscam integrar conhecimentos tradicionais e práticas pedagógicas modernas, promovendo uma educação que seja significativa para as crianças indígenas (Bahia, 2022).

Além disso, as políticas de inclusão são reforçadas pelas diretrizes nacionais, que asseguram o direito de todas as crianças à educação e enfatizam a necessidade de combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades (Brasil, 2017). Em Santa Cruz Cabralia, isso se traduz nos esforços da Rede Municipal para garantir o acesso à educação infantil para todas as crianças, independentemente de sua origem social, cultural ou econômica.

Entretanto, o município enfrenta desafios específicos na implementação da educação infantil, especialmente nas áreas rurais, aldeias indígenas e comunidades tradicionais. Levando-se em conta que a infraestrutura inadequada e/ou escassez de recursos pedagógicos são questões críticas que afetam a qualidade da educação infantil. E, muitas escolas do campo enfrentam dificuldades em adaptar o currículo às realidades locais, adotando modelos urbanos que não atendem às necessidades das crianças do campo (Bahia, 2022).

A formação e a rotatividade de professores que atuam na educação infantil também se apresentam como um desafio impactante. A falta de formação continuada adequada para os educadores impacta a qualidade do ensino, uma vez que os professores muitas vezes não têm acesso a recursos que os ajudem a adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades e contextos específicos das crianças que atendem. Investir na formação dos educadores é essencial para garantir que as práticas pedagógicas sejam eficazes e relevantes (Bahia, 2022).

Outro desafio é a necessidade de fortalecer a gestão democrática nas instituições de educação infantil. Isso envolve criar mecanismos que garantam a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo educativo, incluindo professores, pais e a comunidade. A gestão democrática é vista como uma forma de promover a transparência e a colaboração na

tomada de decisões, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa e inclusiva (Bahia, 2022).

Para enfrentar esses desafios, Santa Cruz Cabrália tem implementado diversas estratégias voltadas para a melhoria da qualidade da educação infantil. Uma das principais iniciativas é o fortalecimento da formação continuada dos professores, oferecendo cursos e oficinas que visam aprimorar as práticas pedagógicas e promover a reflexão sobre o papel do educador na construção de uma educação inclusiva e de qualidade (Bahia, 2022).

Além disso, o município busca ampliar a infraestrutura das escolas, garantindo que todas as instituições tenham acesso a materiais pedagógicos adequados e espaços físicos apropriados que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças. Isso inclui a construção de novas salas de aula, a aquisição de equipamentos e materiais didáticos, e a melhoria das condições de trabalho dos professores (Bahia, 2022).

Outra estratégia importante é o fortalecimento das parcerias com as comunidades locais e organizações não governamentais. Essas parcerias visam promover a troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas que sejam culturalmente relevantes e respeitem as especificidades das comunidades atendidas. As escolas são incentivadas a desenvolver projetos que integrem saberes tradicionais e práticas pedagógicas inovadoras, promovendo uma educação que seja significativa e transformadora para as crianças (Bahia, 2022).

A educação infantil no município é um campo dinâmico e desafiador, que busca conciliar as diretrizes nacionais com as especificidades locais para oferecer uma educação de qualidade e inclusiva. Apesar dos desafios enfrentados, o município tem demonstrado um compromisso com a promoção do desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas individualidades e valorizando suas raízes culturais e sociais.

O Referencial Curricular Municipal vigente é um instrumento essencial para guiar as práticas educativas, garantindo que a educação infantil contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Quando promove inclusão, respeito à diversidade e integração com a comunidade, o município oferta uma educação que prepara as crianças para o futuro, ao mesmo tempo em que valoriza suas identidades culturais e sociais.

A continuidade de debates sobre as questões aqui levantadas, bem como a colaboração entre todos os atores envolvidos são fundamentais para enfrentar os desafios presentes quanto ao atendimento da educação infantil. E, também para construir um sistema educacional que ofereça oportunidades equitativas para todas as crianças. Pautando-se na formação docente, no fortalecimento das parcerias com a comunidade e na melhoria da infraestrutura escolar.

1.3 O Sistema de Gestão Educacional – SGE: Estadual e Municipal

Considerando a temática deste trabalho que diz respeito à avaliação na educação infantil, é pertinente destacar o uso do sistema de gestão educacional organizado mediante diretrizes qualitativas, cujo objeto é o acompanhamento e o gerenciamento otimizado, bem como o fornecimento de produtos e serviços que visam melhorias no processo de ensino-aprendizagem. E, ao ser utilizado e manuseado diretamente pelos docentes e estudantes, esse tipo de tecnologia na educação “tem como objetivo a expansão das atividades cognitivas, ao melhorar a compreensão e exploração, para consolidar de forma mais objetiva a aquisição do conhecimento” (Menezes, 2017, p. 42).

Na educação, a utilização das tecnologias agrega “valores que criam novas formas didáticas para a transmissão das informações, possibilitando um ensino mais próximo à realidade, mudando o papel do educador frente ao educando” (Pereira Júnior, et al. 2017, p.

14). Pois é justamente no contexto escolar que se encontra um nicho todo especial para a inserção das tecnologias, principalmente, aquelas centradas no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse processo, os profissionais da educação vêm absorvendo os novos conhecimentos como parte integrante para o desenvolvimento escolar. Assim, as tecnológicas se tornam aliadas e eficientes, “quando inseridas e ajustadas de acordo com o que o professor e a unidade escolar desejam para o desenvolvimento dos alunos, gerando um crescimento de qualidade e valência para a sociedade” (Cequalini Filho, 2023, p. 17). O entendimento que se tem é que o uso das ferramentas tecnológicas é fundamental na busca pela educação de qualidade, atrativa e significativa, essa educação com significado é a que valoriza a realidade dos educandos (Cequalini Filho, 2023).

Por conseguinte, para melhor entendimento do Sistema de Gestão Educacional da Rede de Ensino Municipal de Santa Cruz Cabralia, faz-se necessário realizar uma breve explanação sobre o Sistema de Gestão Escolar da Rede de Ensino Estadual da Bahia, que legalmente institucionaliza o uso do sistema por todas as unidades escolares da rede estadual, através da Portaria do SGE de nº 2.970, de 09/04/2010.

O Sistema de Gestão Escolar – SGE (2010) adotado pela rede estadual de ensino é uma ferramenta desenvolvida para facilitar a administração das escolas da Rede Estadual da Bahia, promovendo um ambiente mais organizado e eficiente para o gerenciamento de dados escolares. Esse sistema faz parte de uma iniciativa mais ampla do governo estadual para integrar tecnologia na educação, promovendo a modernização das escolas e melhorando a comunicação entre os diferentes atores do ambiente educacional.

Nas Escolas da Rede Estadual da Bahia, o SGE é utilizado para otimizar processos administrativos e pedagógicos, oferecendo uma plataforma única para a gestão de informações escolares. Ele permite o gerenciamento de dados relacionados a matrículas,

notas, frequência, quadros de horários, entre outros. O sistema foi projetado para atender às necessidades das escolas públicas do estado, proporcionando um ambiente mais eficiente para educadores e administradores escolares (Bahia, 2010).

O SGE, no âmbito das escolas estaduais facilita a comunicação entre professores, alunos e pais, permitindo que informações importantes sejam compartilhadas de forma rápida e segura. Além disso, o sistema contribui para a transparência das operações escolares, oferecendo aos pais e responsáveis um acesso fácil às informações sobre o desempenho acadêmico de seus filhos e outros aspectos da vida escolar dos alunos. O uso do SGE reflete o compromisso do governo da Bahia com a inovação na educação, buscando não apenas melhorar a eficiência administrativa das escolas estaduais, mas também oferecer um suporte mais robusto ao processo de ensino e aprendizagem (Bahia, 2010).

No contexto local, o Sistema de Gestão Educacional – SGE foi implementado no final de 2019, sendo o uso inicialmente pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), onde os técnicos da SEMED e o administrativo das escolas receberam treinamento para aprenderem a usar o sistema. E, posteriormente passou a ser utilizado pelas escolas no início de 2020, sendo regulamentado pelo CME em 2024, através da Resolução nº 87/2024.

O respectivo documento estabelece a utilização “do SGE, como ferramenta de Tecnologia da Informação e Comunicação que agrega diversas funcionalidades: informação, armazenamento, suporte, organização, gerenciamento, monitoramento, sistematização e acompanhamento de dados relacionados à vida escolar dos estudantes, bem como, os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos” (Bahia, 2024, p. 1). Além disso, aborda o uso do SGE por meio de “um programa e/ou aplicativos a serem utilizados a partir de meios tecnológicos, a saber, computador, notebook, tablet, aparelho celular e outros recursos digitais e/ou virtuais, para fins de Gestão Escolar, Administrativa e Organização Estrutural-Pedagógica” (Bahia, 2024, p. 1).

O SGE tem como objetivo integrar e unificar as operações das escolas municipais, oferecendo suporte ao desenvolvimento educacional dos alunos. Por meio de uma interface acessível, permite que docentes insiram e gerenciem dados acadêmicos (notas, frequência, dentre outros), facilitando todo o processo de acompanhamento e monitoramento do desempenho estudantil em Santa Cruz Cabrália.

Uma das principais vantagens do SGE é sua capacidade de conectar as escolas à comunidade, proporcionando uma plataforma onde alunos e pais podem acessar boletins escolares, horários de aulas, materiais de estudo e comunicados da escola, seja com a direção ou com os docentes. Esse acesso a informações em tempo real ajuda a promover uma maior transparência e a fortalecer a relação entre as escolas e as famílias (Bahia, 2019). Uma vez que, possibilita aos pais, mães e/ou responsáveis acompanharem mais de perto a vida escolar dos estudantes. E, essa conectividade é fundamental em uma era digital, onde o acesso à informação pode fazer uma grande diferença na educação dos alunos.

Dessa forma, cabe mencionar que no final de 2023, o município aderiu ao Programa Escolas Conectadas, vinculado ao PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, que é iniciativa voltada para a ampliação da conectividade nas instituições de ensino, com foco no uso pedagógico da tecnologia. O programa de âmbito federal abrange todas as escolas públicas de educação básica do país, visando apoiar a aquisição e a melhoria de dispositivos e equipamentos de informática, fortalecendo a infraestrutura tecnológica nas unidades escolares (Brasil, 2025). Em consulta à Coordenação de Programas do município identificou-se que as escolas (inclusive a Creche pesquisada) receberam no final de 2024, o recurso referente ao Programa Escola Conectada para execução em 2025.

Tal adesão veio fortalecer a utilização do SGE, já que o respectivo sistema necessita de boa conexão de internet para o seu devido funcionamento. O SGE oferece uma plataforma centralizada com todos os dados educacionais da rede municipal de ensino, possibilitando o

gerenciamento desses dados e informações, desde matrículas, notas, frequência, quadros de horários, componentes curriculares até a atribuição de aulas aos docentes. De modo que, propicia um ambiente mais organizado, em que as informações possam ser acessadas e atualizadas em tempo real, tanto pelos docentes quanto por técnicos administrativos escolares.

O sistema é uma ferramenta útil para o planejamento e a gestão escolar, permitindo que gestores, coordenadores pedagógicos e docentes tomem decisões com base em dados (precisos e atualizados), obtidos via SGE. Isso é particularmente importante em áreas mais remotas, escolas do campo e em aldeias indígenas, onde os desafios logísticos podem ser mais complexos. Assim, o SGE, ao facilitar o acesso à informação e comunicação, vem contribuir significativamente para que o ambiente educacional se torne mais inclusivo e eficiente. Já que possibilita aos gestores a obtenção de informações em tempo real.

Além disso, o SGE em Santa Cruz Cabralia tem o potencial de transformar a gestão educacional ao promover inovação na educação. O uso de tecnologia de ponta no contexto das escolas não apenas melhora a eficiência administrativa, mas também oferece um suporte robusto ao processo de ensino e aprendizagem. Por ser um sistema intuitivo e acessível, facilita o trabalho docente, permitindo mais concentração no ensino e menos em tarefas administrativas burocráticas. Desse modo, “o Sistema Integrado facilita e dinamiza todo o processo de gestão da Rede Educacional” (Bahia, 2024, p. 17).

O sistema também oferece um módulo específico para gestão educacional que permite o cadastro, monitoramento e avaliação em tempo real dos dados, indicadores e resultados gerenciais e operacionais da educação. Essa funcionalidade é crucial para garantir que todas as decisões sejam baseadas em informações precisas e atualizadas, promovendo assim um gerenciamento e utilização das informações com mais eficiência e eficácia (Bahia, 2019).

Tendo em vista que, a plataforma adotada deverá disponibilizar um conjunto de funcionalidades que possibilitem cadastrar, monitorar e avaliar, em tempo real, os dados, situações, indicadores e resultados gerenciais e operacionais da educação. Essa integração de funcionalidades, tanto acadêmicas quanto administrativas, proveniente da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades Escolares, incluirá atividades como o cadastro, a manutenção e as consultas de dados da Rede Física, abrangendo toda a Rede de Ensino, incluindo alunos(as) e servidores(as), com uma gama variada de recursos (Bahia, 2024).

O SGE em Santa Cruz Cabralia representa um avanço na gestão escolar, integrando tecnologia para melhorar a eficiência administrativa e o suporte pedagógico. Sua implementação reflete o compromisso da gestão municipal com a educação, otimizando processos e promovendo um ambiente mais colaborativo e conectado. Mais que uma plataforma tecnológica, o SGE simboliza uma mudança de paradigma, tornando a gestão educacional mais inclusiva e eficiente.

CAPÍTULO 2. A AVALIAÇÃO NA EDUCACIONAL INFANTIL

Ao longo do capítulo 2, a abordagem será sobre a avaliação na educação infantil, destacando sua importância e as diferentes abordagens que orientam esse processo. A avaliação é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral das crianças, atuando como um guia para práticas pedagógicas que promovem a aprendizagem de maneira inclusiva e formativa. Este capítulo está dividido em 5 (cinco) tópicos principais, que exploram as concepções de avaliação, a avaliação diagnóstica, a avaliação formativa, a importância da avaliação para o processo de ensino e aprendizagem e discussões contemporâneas sobre avaliação na educação infantil.

No tópico, 2.1 denominado Concepção de Avaliação, exploram-se as diferentes concepções de avaliação na educação infantil, destacando suas funções e implicações no contexto educativo. A avaliação é vista não apenas como uma medida de resultados acadêmicos, mas como um processo contínuo e dinâmico que acompanha o desenvolvimento das crianças. Autores como Wachowicz (2006), Cavalcanti Neto e Aquino (2009), e Marinho, Fernandes e Leite (2014) discutem a avaliação como um processo formativo e inclusivo, que valoriza as particularidades de cada aluno e promove o respeito às suas individualidades. A avaliação é entendida como um instrumento que fornece informações valiosas para o planejamento e a implementação de práticas pedagógicas que respondem às necessidades específicas das crianças.

Já no tópico, 2.2 Avaliação Diagnóstica, enfatiza-se sobre a importância da avaliação diagnóstica na educação infantil. Essa abordagem focada em um entendimento qualitativo do processo de aprendizagem busca identificar as potencialidades e necessidades específicas das crianças, fornecendo uma base para intervenções pedagógicas eficazes. A avaliação diagnóstica permite que os educadores adaptem suas práticas pedagógicas para atender

melhor às necessidades individuais dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e estimulante. Autores como Silva e Freire (2020) e Leite de Oliveira (2024) destacam que a avaliação diagnóstica deve estar integrada ao cotidiano escolar, permitindo ajustes imediatos e contínuos nas estratégias de ensino.

No tópico, 2.3 intitulado Avaliação Formativa, o foco será na avaliação, enquanto processo contínuo que fornece feedback constante sobre o progresso dos alunos. A avaliação formativa é projetada para identificar as forças e fraquezas dos alunos durante o processo educacional, permitindo ajustes imediatos nas práticas pedagógicas. Dessa forma, esta seção explora como a avaliação formativa pode transformar a sala de aula em um espaço de aprendizado colaborativo e inovador, onde os alunos se tornem participantes ativos em sua própria educação. Andriola e Araújo (2018) e Carvalho (2011) destacam a importância do feedback contínuo, na perspectiva da avaliação formativa para o desenvolvimento das habilidades críticas de pensamento e resolução de problemas das crianças.

No tópico, 2.4 destacado como A Importância da Avaliação para o Processo de Ensino e Aprendizagem, aborda-se como a avaliação na educação infantil é vital para o processo de ensino e aprendizagem, ajudando os educadores a compreenderem e responderem às necessidades de desenvolvimento das crianças. O documento “Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação” (2012) oferece uma base para o desenvolvimento de práticas avaliativas que promovem uma educação inclusiva e equitativa. A avaliação deve ser um processo contínuo e formativo, integrando-se ao cotidiano escolar e promovendo um ambiente de aprendizado onde todas as crianças são apoiadas em seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Por fim, no tópico, 2.5 apontado como Discussões Contemporâneas sobre Avaliação na Educação Infantil, sinaliza-se que nas últimas décadas, a avaliação na educação infantil tem se consolidado como um tema de relevância crescente, tanto na academia quanto nas

políticas públicas educacionais. Diferentes perspectivas e abordagens emergem nesse campo, refletindo as tensões entre a necessidade de garantir a qualidade da educação infantil e o risco de reproduzir modelos avaliativos tradicionais, muitas vezes inadequados para essa etapa da educação. Os estudos de Neves e Moro (2013), Sousa (2014), Rosemberg (2013), exploram as múltiplas dimensões da avaliação na educação infantil, destacando sua importância para o planejamento pedagógico, mas alertando para os desafios que envolvem a implementação de sistemas avaliativos para essa etapa educacional.

2.1 Concepção de avaliação

A avaliação na educação infantil é um processo contínuo e dinâmico, essencial para o desenvolvimento integral das crianças. A concepção de avaliação transcende a mera medição de resultados acadêmicos, envolvendo a compreensão e o acompanhamento do processo de aprendizagem de cada criança de maneira inclusiva e formativa. Este tópico aborda diferentes concepções de avaliação, destacando suas funções e implicações no contexto educativo, com base em estudos de Wachowicz (2006), Cavalcanti Neto e Aquino (2009), e Marinho, Fernandes e Leite (2014).

Wachowicz (2006) enfatiza que a avaliação deve ser vista como um processo formativo, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças. Essa perspectiva considera a avaliação como parte integrante do processo educativo, voltada para o acompanhamento das aprendizagens e o desenvolvimento de competências. A autora defende que a avaliação formativa possibilita o reconhecimento das particularidades de cada aluno, promovendo a inclusão e o respeito às suas individualidades.

Nesse sentido, a avaliação é concebida como um instrumento que fornece informações valiosas para o planejamento e a implementação de práticas pedagógicas que respondam às

necessidades específicas das crianças. Isso implica a utilização de diferentes métodos e técnicas de avaliação, que permitam aos educadores captar as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos.

Cavalcanti Neto e Aquino (2009) introduzem a ideia de avaliação como um "ato amoroso," fundamentada na perspectiva de que a avaliação deve ser uma prática acolhedora e inclusiva. Eles defendem que a avaliação na educação infantil deve estar centrada no diálogo e na construção de relações de confiança entre educadores e educandos. Segundo esses autores, a avaliação deve promover um ambiente de aprendizagem onde as crianças se sintam seguras e respeitadas, possibilitando que expressem suas ideias e sentimentos sem medo de julgamento.

A concepção de avaliação como um ato amoroso envolve a disposição do educador para acolher a realidade do aluno como ela é, sem julgamentos ou classificações. Luckesi (2005), citado pelos autores, enfatiza que a avaliação deve ser processual e diagnóstica, servindo como um meio para identificar necessidades e promover intervenções pedagógicas que assegurem o desenvolvimento pleno dos alunos.

Marinho, Fernandes e Leite (2014) destacam a diversidade de concepções e práticas de avaliação presentes no contexto educacional brasileiro. Eles apontam que a avaliação na educação infantil deve ser plural e adaptativa, capaz de incorporar diferentes perspectivas e metodologias que atendam à diversidade das crianças e contextos escolares. Essa pluralidade é fundamental para garantir que a avaliação seja um processo justo e equitativo, que respeite as diferenças culturais, sociais e individuais dos alunos.

Os autores argumentam que a avaliação deve ser entendida como um processo dialógico, em que as interações entre educadores e alunos são valorizadas e promovem a construção compartilhada do conhecimento. Essa abordagem dialogal contribui para a

formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de refletir sobre sua própria aprendizagem e desenvolvimento.

As concepções de avaliação discutidas por Wachowicz (2006), Cavalcanti Neto e Aquino (2009), e Marinho, Fernandes e Leite (2014) têm importantes implicações para a prática educativa na educação infantil. Elas sugerem a necessidade de repensar as práticas avaliativas, adotando abordagens mais inclusivas, dialógicas e formativas que valorizem o processo de aprendizagem e promovam o desenvolvimento integral das crianças.

A implementação de práticas avaliativas coerentes com essas concepções requer um compromisso dos educadores com a formação continuada, que os capacitem a utilizarem métodos e técnicas de avaliação diversificadas e a desenvolverem uma sensibilidade para as necessidades e potencialidades das crianças. Além disso, é fundamental criar ambientes de aprendizagem acolhedores e colaborativos, onde as crianças se sintam respeitadas e encorajadas a participar ativamente de seu processo de aprendizagem.

2.2 Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica na educação infantil desempenha um papel crucial ao fornecer uma compreensão abrangente do estágio de desenvolvimento das crianças, identificando suas potencialidades e, ao mesmo tempo as necessidades específicas. Ao contrário das avaliações classificatórias, que categorizam alunos com base em resultados quantitativos, a avaliação diagnóstica foca em um no entendimento qualitativo do processo de aprendizagem. Ela considera o contexto e as experiências individuais de cada criança, funcionando como uma ferramenta formativa que guia práticas pedagógicas adaptativas e inclusivas.

O objetivo principal da avaliação diagnóstica é identificar as dificuldades e os progressos das crianças para planejar intervenções pedagógicas eficazes. Silva e Freire (2020) destacam que essa avaliação deve acompanhar o desenvolvimento das crianças de forma contínua, proporcionando um ensino que respeite as particularidades de cada aluno. Leite de Oliveira (2024) reforça que a avaliação diagnóstica está intimamente ligada ao currículo e à qualidade do ensino, servindo como um ponto de partida para o planejamento educativo. Isso implica que a avaliação deve ser integrada ao cotidiano escolar, permitindo ajustes imediatos e contínuos nas estratégias de ensino para melhor atender às necessidades das crianças.

A avaliação diagnóstica baseia-se em observações sistemáticas e registros detalhados do comportamento e das interações das crianças em diferentes contextos. Marinho et al. (2014) argumentam sobre a necessidade de compreender não apenas o que as crianças sabem, mas também como elas pensam e aprendem. E, também valoriza a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem. Freitas et al. (2014) afirmam que essa abordagem permite aos educadores ajustarem suas práticas pedagógicas, em atendimento às necessidades individuais dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e estimulante.

Realizar a avaliação diagnóstica de forma eficaz exige que os educadores possuam habilidades de observação e registro que estejam alinhadas aos princípios desse tipo de avaliação. Nesse sentido, Silva e Rossi (2013) destacam a importância da formação docente adequada para que eles possam aplicar essa ferramenta corretamente em suas práticas. Isso envolve a capacitação técnica, o desenvolvimento e a sensibilidade de perceber e interpretar os sinais que as crianças manifestam em suas atividades diárias.

A prática da avaliação diagnóstica deve ser flexível e adaptativa, respeitando as características únicas de cada aluno e promovendo um ambiente de aprendizagem que estimule a curiosidade e a autonomia (Freitas et al., 2014). Além disso, a avaliação diagnóstica deve ser integrada ao projeto político-pedagógico das instituições, promovendo

uma cultura de reflexão e melhoria contínua (Arredondo & Diago, 2013). Isso garante que a avaliação diagnóstica apóie o desenvolvimento integral das crianças, permitindo que elas alcancem seu pleno potencial em um ambiente educativo acolhedor e inclusivo.

Um dos principais desafios da avaliação diagnóstica é sua correta aplicação, que depende de educadores bem preparados e de uma cultura escolar que valorize a avaliação como parte integrante do processo educacional. A respeito disso, Silva e Freire (2020) apontam que, sem um entendimento claro do papel e da função da avaliação diagnóstica, os educadores podem aplicar essa ferramenta de maneira inadequada, não aproveitando todo o seu potencial. Para que a avaliação diagnóstica seja efetiva, é essencial que haja uma comunicação clara e colaborativa entre educadores, alunos e famílias. Essa colaboração é vital para garantir que as intervenções pedagógicas sejam significativas e relevantes, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças (Leite de Oliveira, 2024).

A avaliação diagnóstica também oferece a oportunidade de adaptar o currículo às realidades locais, incorporando conteúdos que sejam culturalmente relevantes e respeitem as especificidades das comunidades atendidas. Isso é especialmente importante em contextos de diversidade cultural e socioeconômica, onde as práticas pedagógicas devem ser sensíveis às particularidades dos alunos. Arredondo e Diago (2013) ressaltam que a avaliação diagnóstica deve ser vista como um processo colaborativo, envolvendo não apenas os educadores, mas também as famílias e as comunidades, para garantir que as crianças sejam apoiadas em seu desenvolvimento de maneira holística.

Para além das implicações pedagógicas, a avaliação diagnóstica tem um papel crucial na promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Ao identificar as barreiras que impedem a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, a avaliação diagnóstica permite que os educadores implementem estratégias específicas para superar esses desafios. Isso inclui a adaptação de materiais e métodos de ensino. E, também a criação de ambientes de

aprendizagem que acolham a diversidade e promovam a participação ativa de todos os alunos.

Em suma, a avaliação diagnóstica na educação infantil é uma ferramenta valiosa que, quando bem aplicada, pode transformar a prática pedagógica e promover uma educação mais inclusiva e de qualidade. Ela oferece uma visão abrangente do desenvolvimento infantil e permite que os educadores adaptem as abordagens de ensino para atender melhor às necessidades de cada aluno. Ao integrar a avaliação diagnóstica ao projeto político-pedagógico das instituições, as escolas podem criar uma cultura de reflexão e melhoria contínua que apóie o desenvolvimento integral das crianças.

2.3 Avaliação formativa

A avaliação formativa tem uma abordagem que se concentra no processo de aprendizagem, permitindo que educadores e alunos obtenham feedback contínuo sobre o progresso do aprendiz. Essa avaliação é projetada para promover o desenvolvimento dos alunos, ao identificar suas forças e fraquezas durante o processo educacional, em vez de apenas ao final de um período de ensino. Freitas et al. (2017) enfatizam que a avaliação formativa visa não apenas medir o aprendiz, mas também enriquecer a experiência educacional através de feedback constante e intervenções pedagógicas adaptativas.

A avaliação formativa surgiu como uma resposta à necessidade de práticas educacionais que pudessem atender de maneira mais eficaz às necessidades individuais dos alunos. Arredondo e Diago (2013) apontam que essa forma de avaliação se distingue da avaliação somativa, que é tradicionalmente utilizada para classificar e promover alunos ao final de um ciclo educativo. Em vez disso, a avaliação formativa é contínua e integrada ao

processo de ensino, permitindo ajustes imediatos nas práticas pedagógicas para garantir que todos os alunos alcancem seus objetivos de aprendizagem.

Na prática, a avaliação formativa envolve diversas estratégias, como observações em sala de aula, discussões em grupo, autoavaliações e feedback de pares. Essas estratégias oferecem aos alunos oportunidades de refletir sobre seu próprio aprendizado e de identificar áreas que precisam de mais atenção. Conforme Andriola e Araújo (2018), a avaliação formativa ajuda os professores a compreenderem melhor como os alunos estão progredindo e a adaptarem suas estratégias de ensino para atender às necessidades identificadas.

Carvalho (2011) destaca que a avaliação formativa é particularmente eficaz quando os professores usam as informações coletadas para guiar suas decisões pedagógicas, modificando planos de aula ou introduzindo novos recursos de aprendizado. Este tipo de avaliação promove um ambiente de aprendizado mais dinâmico e interativo, onde os alunos se tornam participantes ativos em sua própria educação. Através do feedback contínuo, os alunos são incentivados a desenvolver habilidades críticas de pensamento e resolução de problemas, essenciais para o sucesso acadêmico e pessoal.

O uso da avaliação formativa requer que os educadores adotem uma postura flexível e receptiva, aberta ao ajuste contínuo de suas práticas pedagógicas. Ribeiro (2014) sugere que um dos principais desafios dessa abordagem é a necessidade de tempo e recursos para implementar efetivamente práticas avaliativas formativas. No entanto, quando bem aplicada, a avaliação formativa pode transformar a sala de aula em um espaço de aprendizado colaborativo e inovador.

Uma das características mais importantes da avaliação formativa é sua capacidade de reduzir as lacunas de aprendizado, oferecendo suporte direcionado a alunos que possam estar lutando para acompanhar seus pares. Conceição (2018) afirma que ao identificar e responder rapidamente às dificuldades dos alunos, os educadores podem prevenir a marginalização

acadêmica e garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de sucesso. Isso é especialmente importante em contextos educacionais diversos, onde as experiências e os conhecimentos prévios dos alunos podem variar amplamente.

Além disso, a avaliação formativa pode servir como uma ferramenta para fomentar a motivação e o engajamento dos alunos. Freitas et al. (2017) explicam que quando os alunos percebem que suas necessidades e esforços são reconhecidos e valorizados, eles são mais propensos a participarem ativamente do processo educacional. A avaliação formativa, portanto, não apenas mede o progresso acadêmico, mas também apóia o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como a autoconfiança e a resiliência.

É importante ressaltar que a eficácia da avaliação formativa depende da qualidade do feedback fornecido aos alunos. Nessa perspectiva, Andriola e Araújo (2018) destacam que o feedback deve ser específico, construtivo e oportuno, ajudando os alunos a entender como podem melhorar seu desempenho e alcançar seus objetivos de aprendizagem. O feedback deve, portanto, ser parte integrante do processo de ensino e aprendizado, promovendo uma cultura de melhoria contínua e excelência educacional.

Ao adotar práticas de avaliação formativa, os educadores podem criar um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade de pensamentos e experiências dos alunos. Isso é crucial para promover uma educação inclusiva e equitativa, onde todos os alunos são capacitados a contribuir e prosperar. Freitas et al. (2017) sugerem que a avaliação formativa pode ajudar a quebrar barreiras culturais e linguísticas, permitindo que todos os alunos sejam ouvidos e compreendidos em suas singularidades.

Desse modo, a avaliação formativa é uma estratégia de ensino e aprendizagem que coloca o foco no aprendizado contínuo e no desenvolvimento dos alunos. Ao integrar a avaliação formativa nas práticas pedagógicas, os educadores podem promover um ensino mais eficaz, responsivo e inclusivo, que atende às necessidades únicas de cada aluno. Através

da avaliação formativa, a sala de aula se torna um espaço de aprendizado colaborativo e inovador, onde todos os alunos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

2.4 A importância da avaliação para o processo de ensino e aprendizagem

A avaliação na educação infantil é uma ferramenta vital no processo de ensino e aprendizagem, desempenhando um papel significativo ao ajudar educadores a compreenderem e responderem às necessidades de desenvolvimento das crianças. O documento “Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação” (Brasil, 2012) oferece uma base para o desenvolvimento de práticas avaliativas que promovem uma educação inclusiva e equitativa. Este documento fornece orientações sobre como realizar uma avaliação que se integra à rotina escolar diária e apoia o desenvolvimento integral das crianças, tanto pessoal quanto acadêmico.

A importância da avaliação na educação infantil reside em sua capacidade de fornecer informações valiosas sobre as necessidades individuais de cada criança, permitindo que os educadores adaptem as atividades de ensino para melhor atender a essas necessidades. Segundo o documento, a avaliação deve ser um processo contínuo e formativo, integrando-se ao cotidiano escolar e fomentando um ambiente de aprendizado onde todas as crianças são apoiadas em seu desenvolvimento. Este enfoque promove práticas pedagógicas que valorizam o crescimento holístico dos alunos, considerando não os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos do desenvolvimento infantil (Brasil, 2012).

Além disso, a avaliação é um indicativo e desempenha um papel crucial na promoção da qualidade educacional. O documento enfatiza que a avaliação deve ser uma ferramenta para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, tanto no nível individual

quanto institucional. Isso permite que as escolas adaptem suas práticas pedagógicas para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade que seja sensível às suas necessidades individuais e contextuais (Brasil, 2012).

Para que a avaliação na educação infantil seja efetiva, é fundamental que os educadores estejam bem preparados para conduzir avaliações de maneira sensível e responsiva. Isso implica em uma formação continuada que capacite os educadores a utilizar uma variedade de métodos e instrumentos avaliativos que reflitam a diversidade das experiências e necessidades das crianças. Conforme discutido por Silva e Freire (2020), a formação dos professores é um elemento chave na promoção de práticas avaliativas que sejam verdadeiramente formativas e centradas no desenvolvimento das crianças.

Outra dimensão importante da avaliação na educação infantil é sua capacidade de envolver as famílias no processo educacional. A avaliação pode servir como um ponto de diálogo entre educadores e pais, permitindo que as famílias compreendam melhor o progresso e as necessidades de seus filhos. Este tipo de colaboração é essencial para criar um ambiente de apoio que promove o desenvolvimento integral das crianças. Freitas et al. (2017) ressaltam a importância de envolver os pais e demais familiares, no processo avaliativo, promovendo uma abordagem colaborativa que possa fortalecer as conexões entre escola e família.

O uso da avaliação também pode apoiar a inclusão educacional, garantindo que as práticas pedagógicas sejam adaptadas para atender a todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades especiais. A avaliação pode ajudar a identificar barreiras à aprendizagem e desenvolvimento, permitindo que educadores concretizem estratégias que promovam a inclusão e a equidade no ambiente escolar. Como mencionado por Arredondo e Diago (2013), a avaliação deve ser utilizada para criar condições de aprendizado que reconheçam e valorizem a diversidade que existe dentro da sala de aula.

Nesta perspectiva, a avaliação na educação infantil é uma componente essencial do processo de ensino e aprendizagem, com implicações significativas para o desenvolvimento das crianças e a qualidade da educação oferecida. A avaliação deve ser integrada ao cotidiano escolar de maneira que informe e melhore as práticas pedagógicas, promova a inclusão e engaje as famílias no processo educacional. Quando adota-se uma abordagem de avaliação formativa e contínua, as escolas podem garantir o apoio ao desenvolvimento integral de todas as crianças, preparando-as para futuras etapas de aprendizagem e para a vida em sociedade.

2.5 Discussões contemporâneas sobre Avaliação na Educação Infantil

Nas últimas décadas, a avaliação na educação infantil tem se consolidado como um tema de relevância crescente tanto na academia quanto nas políticas públicas educacionais em todos os âmbitos. Diferentes perspectivas e abordagens emergem nesse campo, refletindo as tensões entre a necessidade de garantir a qualidade da educação infantil e o risco de reproduzir modelos avaliativos tradicionais, muitas vezes inadequados para essa etapa da educação. O debate atual busca conciliar práticas avaliativas que respeitem a singularidade das crianças, valorizando o desenvolvimento integral, promovendo a inclusão e preservando as especificidades de cada etapa de ensino.

Os estudos de Neves e Moro (2013), Sousa (2014), Rosemberg (2013), entre outros, exploram as múltiplas dimensões da avaliação na educação infantil, destacando sua importância para o planejamento pedagógico, mas também alertando para os desafios que envolvem a efetivação de sistemas avaliativos nesse contexto. Essas discussões colocam em evidência o papel da avaliação como uma ferramenta que pode tanto apoiar o desenvolvimento das crianças quanto reforçar desigualdades, dependendo de como é estruturada e aplicada.

Neste tópico, serão abordadas as principais contribuições desses estudos, examinando-se as propostas em debate no Brasil sobre avaliação na educação infantil, as implicações das políticas públicas recentes e as questões controversas que permeiam esse processo. A análise dessas discussões contemporâneas oferece subsídios para a compreensão de como a avaliação pode ser aprimorada para promover uma educação infantil mais inclusiva, equitativa e voltada para o desenvolvimento integral das crianças.

Na Figura 3, apresenta-se um levantamento de estudos recentes e relevantes que discutem a avaliação, no contexto da educação infantil. Esses trabalhos oferecem diferentes perspectivas sobre o papel da avaliação no desenvolvimento das crianças e nas práticas pedagógicas. Com foco nos temas: avaliação diagnóstica, formativa, políticas públicas e desafios contemporâneos no cenário brasileiro. A seguir sintetiza-se a Figura 3, através de um quadro comparativo, contendo os principais objetivos, metodologias e resultados de dez estudos recentes, oferecendo uma visão abrangente sobre avaliação na educação infantil.

Figura 3: Estudos Contemporâneos sobre Avaliação na Educação Infantil

Título	Autores/Ano	Objetivos	Metodologia	Principais Resultados
Avaliação na educação infantil: um debate necessário	Neves, V. F. A., & Moro, C. (2013)	Contribuir para o debate sobre avaliação na educação infantil e a necessidade de se avançar na discussão sobre avaliação	Pesquisa documental e análise de uma instituição de educação infantil em Belo Horizonte.	A avaliação torna visíveis as práticas pedagógicas das professoras e suas concepções sobre as crianças, enfatizando a necessidade de respeitar a criança

		interna.		como sujeito de direitos.
Avaliação da educação infantil: propostas em debate no Brasil	Sousa, S. Z. (2014)	Mapear as propostas em debate sobre a avaliação da educação infantil no Brasil, focando nas condições de oferta e no desempenho dos alunos.	Exame de documentos produzidos por representantes da gestão pública, acadêmicos, e trabalhadores em educação.	A avaliação na educação infantil envolve controvérsias políticas, focando tanto na oferta quanto no desempenho, com implicações diretas nas políticas públicas.
Produção acadêmica brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações	Moro, C., & Souza, G. D. (2014)	Mapear e examinar a produção acadêmica sobre avaliação em educação infantil entre 1997 e 2012.	Análise de teses, dissertações e artigos cadastrados na Capes e SciELO.	A produção acadêmica sobre avaliação na educação infantil é recente e concentra-se nas últimas duas décadas, com foco crescente em políticas públicas e qualidade.
Políticas de educação	Rosemberg, F. (2013)	Discutir as tensões no	Exame de documentos e	A avaliação na educação infantil é

infantil e avaliação		debate contemporâneo sobre a avaliação da educação infantil no Brasil.	políticas públicas recentes.	marcada por tensões políticas e éticas, sendo necessária a criação de um modelo de avaliação específico e não hegemônico.
Avaliação da Educação Infantil: questões controversas e suas implicações educacionais e sociais	Sousa, S. Z. (2018)	Explorar as controvérsias sobre como a avaliação pode melhorar a qualidade da educação infantil.	Análise de documentos governamentais e não governamentais.	A avaliação pode induzir diferentes concepções de qualidade, com implicações políticas e educacionais, especialmente no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação	Moro, C. (2017)	Refletir sobre a avaliação da educação infantil em âmbito	Análise de documentos e revisão de literatura sobre políticas públicas	A avaliação de contexto pode contribuir para a melhoria da qualidade e

infantil		contextual e sua articulação com as políticas públicas.	e avaliação de contexto.	profissionalização dos serviços de educação infantil.
Avaliação e transições na educação infantil	Micarello, H. (2010)	Discutir a importância da avaliação como um processo de transição e como instrumento de ligação entre diferentes etapas da educação infantil.	Análise documental e revisão de literatura sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	A avaliação deve ser contínua, sensível e colaborativa, considerando o bem-estar e desenvolvimento das crianças nas transições entre etapas educacionais.
Educação infantil no cenário brasileiro pós golpe parlamentar: políticas públicas e avaliação	Coutinho, Â. S., & Moro, C. (2017)	Analisar as mudanças nas políticas públicas de avaliação da educação infantil após o golpe parlamentar de 2016 no Brasil.	Exame das mudanças nas políticas educacionais e análise documental.	O golpe resultou em retrocessos na política de avaliação da educação infantil, com ênfase em competências e habilidades na BNCC e alianças com o setor

				privado.
Avaliação e gestão da educação infantil em municípios brasileiros	Sousa, S. Z., & Pimenta, C. O. (2018)	Identificar as produções acadêmicas que investigam a gestão e a avaliação da educação infantil, enquanto política pública em municípios brasileiros.	Revisão de literatura e análise de políticas públicas municipais.	A avaliação da educação infantil é incipiente em muitos municípios, e as práticas avaliativas carecem de sistematização e integração com a gestão educacional.
Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações	Kagan, S. L. (2011)	Revisar um estudo brasileiro sobre a qualidade na educação infantil e oferecer recomendações para melhorá-la.	Revisão de estudos nacionais e internacionais sobre qualidade na educação infantil.	A boa qualidade dos programas de educação infantil impacta o desenvolvimento infantil a longo prazo, sendo necessária a criação de políticas de infraestrutura para manter a qualidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A concepção de avaliação na educação infantil, como explorado anteriormente, transcende a mera medição de resultados acadêmicos. Os trabalhos de Neves e Moro (2013) e Sousa (2014) reforçam essa ideia, ao destacar que a avaliação deve ser um processo contínuo, dinâmico e plural. Em consonância com Wachowicz (2006), Neves e Moro (2013) argumentam que a avaliação não apenas mede o aprendizado, mas também torna visíveis as práticas educativas e concepções docentes sobre as crianças. Sousa (2014), por sua vez, aponta que a avaliação na educação infantil no Brasil envolve uma tensão entre a avaliação das condições de oferta e o desempenho dos alunos, mostrando que essa prática está impregnada de implicações políticas.

Essas concepções complementam as discussões de Cavalcanti Neto e Aquino (2009), entendem a avaliação como um “ato amoroso”, reforçando a ideia de que ela deve estar centrada em um ambiente acolhedor e dialógico. Nesse sentido, os trabalhos de Rosemberg (2013) e Sousa e Pimenta (2018) adicionam uma dimensão importante: a necessidade de se ter cuidado com a transposição de modelos de avaliação utilizados em outras etapas da educação básica para a educação infantil. Rosemberg (2013) destaca as tensões políticas e éticas na abordagem da avaliação na educação infantil, alertando sobre os riscos de reproduzir práticas avaliativas hegemônicas. Tendo em vista que, elas podem não ser adequadas a esse público.

A avaliação diagnóstica é destacada como uma ferramenta essencial para identificar as potencialidades e necessidades das crianças, promovendo intervenções pedagógicas eficazes. Nesse sentido, os trabalhos de Moro e Souza (2014) e Micarello (2010) trazem contribuições importantes. Moro e Souza (2014) mapeiam a produção acadêmica sobre a avaliação na educação infantil no Brasil e apontam que a avaliação diagnóstica deve ser integrada às práticas cotidianas, permitindo que os educadores adaptem suas estratégias de ensino de maneira mais sensível e inclusiva. Essa perspectiva vai ao encontro das discussões

de Silva e Freire (2020) e Leite de Oliveira (2024), que defendem que a avaliação diagnóstica deve estar alinhada ao currículo e ser flexível para atender às diferentes necessidades das crianças.

Micarello (2010) discute as transições na educação infantil e o papel da avaliação nesse processo, enfatizando que a avaliação diagnóstica pode ajudar a suavizar as transições entre diferentes etapas da vida escolar das crianças. Esse trabalho complementa a ideia de que a avaliação diagnóstica deve ser contínua e colaborativa, como discutido por Marinho et al. (2014), promovendo a inclusão e a autonomia das crianças.

A avaliação formativa, como discutido no capítulo, visa fornecer feedback contínuo sobre o progresso das crianças, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo. Os trabalhos de Moro (2017) e Coutinho e Moro (2017) contribuem para esse debate, ao explorar como a avaliação de contexto e as políticas públicas podem influenciar as práticas avaliativas na educação infantil. Moro (2017) sugere que a avaliação formativa pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar a qualidade do ensino, desde que seja contextualizada e sensível às realidades locais. Isso se alinha às discussões de Andriola e Araújo (2018) e Carvalho (2011), que defendem o uso da avaliação formativa para transformar a sala de aula em um espaço de aprendizado colaborativo.

Coutinho e Moro (2017) também abordam as mudanças nas políticas públicas pós-golpe parlamentar de 2016, destacando que a avaliação formativa pode ser impactada por decisões políticas que enfatizam a padronização das avaliações. Isso reforça a necessidade de garantir que a avaliação formativa permaneça centrada nas necessidades individuais das crianças, em vez de ser reduzida a um processo de medição de competências, como tem sido observado em algumas políticas educacionais recentes.

Os trabalhos de Sousa (2018) e Kagan (2011) reforçam a importância da avaliação como parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem. Sousa (2018) discute as

controvérsias em torno da avaliação na educação infantil, apontando que ela pode tanto promover melhorias na qualidade educacional quanto reforçar desigualdades, dependendo de como é conduzida. Kagan (2011), por sua vez, destaca a importância de uma avaliação de qualidade para garantir o desenvolvimento integral das crianças, fornecendo recomendações para a criação de políticas que sustentem a qualidade dos programas educacionais voltados para a educação infantil.

O educador deve lançar um olhar curioso e observador sobre as crianças, que é a premissa para grandes possibilidades da avaliação significativa e permanente, em que valoriza todos os aspectos do desenvolvimento da criança na educação infantil (França, 2018). É importante que os profissionais da educação infantil conheçam as políticas públicas e programas destinados a esta etapa da educação. E, que também sejam reflexivos quanto aos tipos de avaliação, suas funções e procedimentos, os diversos instrumentos utilizados e as várias concepções de avaliação. De modo que venham a apropriar-se do entendimento de que o processo avaliativo é um fazer constante (França, 2018).

Essas contribuições complementam as discussões já existentes no presente capítulo sobre como a avaliação pode promover uma educação mais inclusiva e equitativa, como discutido no documento. Reforçando a ideia de que a avaliação na educação infantil não deve ser apenas uma ferramenta de medição. E, sim um processo contínuo que orienta o desenvolvimento das crianças e ajuda os educadores a adaptarem suas práticas pedagógicas, visando o atendimento das necessidades individuais de cada criança.

Quando se reflete a respeito da etapa, educação infantil cabe mencionar sobre a necessidade de colocar em prática a Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI) como política pública. Visto que, nos moldes atuais, a Educação Básica no Brasil somente é avaliada nas etapas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, via IDEB, não abrangendo, portanto, a Educação Infantil.

Muito embora, a implantação da ANEI já estava prevista nos planos de educação citados, com início de execução para o terceiro ano de vigência do PNE, ou seja, programado para aplicação no ano de 2017. E, após sua instituição, com a previsão de realização a cada 2 (dois) anos, seguindo os parâmetros nacionais de qualidade. A ANEI objetiva aferir infraestrutura física, quadro de pessoal, condições de gestão, recursos pedagógicos, situação de acessibilidade e demais indicadores relevantes para essa etapa de ensino. Apesar de estar prevista em lei, essa ação ainda não se estruturou no âmbito nacional e, conseqüentemente não alcançou o contexto local.

Entretanto, um importante passo foi dado nessa direção, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC) baixam a Resolução nº 01/2024, instituindo os parâmetros nacionais para a formulação de políticas voltadas à educação infantil, promovendo igualdade de oportunidades e considerando as diversidades culturais e territoriais. Ressaltando que essa normativa também servirá de base para a construção de indicadores nacionais que avaliem a qualidade dessa etapa educacional. E, reafirma a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, regulamentando o funcionamento de creches e pré-escolas, que sejam públicas ou privadas, e garantindo que estejam sob supervisão dos órgãos competentes.

Além disso, as diretrizes orientam sobre a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais em todas as esferas de governo, assim como a gestão administrativa e pedagógica das instituições. E, são aplicáveis a diferentes modalidades educacionais, respeitando especificidades da educação escolar indígena, quilombola, bilíngue de surdos, especial e do campo. Estabelecem dimensões essenciais de qualidade para creches e pré-escolas, incluindo gestão democrática, formação profissional, proposta pedagógica, avaliação da educação infantil, infraestrutura e materiais.

CAPÍTULO 3. OS PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste capítulo, discorre sobre os principais procedimentos avaliativos utilizados na educação infantil, destacando suas funções, importância e aplicabilidade no contexto pedagógico. O objetivo é fornecer uma visão ampla e detalhada das práticas de avaliação, abordando como esses procedimentos são organizados e aplicados no dia a dia escolar, a fim de garantir um acompanhamento eficaz do desenvolvimento das crianças.

O tópico 3.1, Sistematização dos Instrumentos de Avaliação, explora como os educadores podem organizar e aplicar uma variedade de instrumentos avaliativos que sejam coerentes e adequados às necessidades específicas das crianças. A sistematização desses instrumentos é fundamental para assegurar que a avaliação cubra todas as dimensões do desenvolvimento infantil, promovendo uma prática pedagógica mais eficaz e alinhada com os objetivos educacionais.

No tópico 3.2, Diagnóstico, Observação e Registro, discute como esses 3 (três) procedimentos se integram para oferecer uma compreensão profunda e contínua do progresso das crianças. O diagnóstico criterioso, a observação sistemática e o registro detalhado são práticas essenciais que permitem aos educadores adaptar suas estratégias de ensino de acordo com as necessidades e potencialidades individuais dos alunos.

O tópico 3.3, Relatório, apresenta o relatório de avaliação como um dos principais instrumentos para documentar e refletir sobre o desenvolvimento das crianças ao longo de um período específico. Será abordada a importância de uma elaboração cuidadosa e reflexiva dos relatórios, que não apenas documentam o progresso, mas também servem como ferramentas para comunicação entre escola e família, e para planejamento de futuras intervenções pedagógicas.

Por fim, o tópico 3.4, Diário de Classe, examina o papel do diário de classe como um registro contínuo das atividades e do progresso das crianças. O diário de classe é um instrumento vital para o acompanhamento diário das crianças, permitindo que os educadores ajustem suas práticas pedagógicas em tempo real e promovam um ambiente de aprendizagem mais responsivo e inclusivo.

Com essa estrutura, o capítulo visa proporcionar uma compreensão completa dos procedimentos avaliativos utilizados na educação infantil, destacando a importância de cada prática para o desenvolvimento integral das crianças e para a melhoria contínua do processo de ensino e aprendizagem.

3.1 Sistematização dos instrumentos de avaliação

O processo de organização dos instrumentos de avaliação na educação infantil é essencial para garantir que as práticas avaliativas sejam coerentes, abrangentes e adequadas ao desenvolvimento integral das crianças. Essa prática vai além de simplesmente selecionar ferramentas e métodos, envolve uma compreensão profunda das necessidades pedagógicas e a integração de diferentes abordagens que atendam às múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil.

Um dos principais objetivos dessa organização é permitir que os educadores utilizem instrumentos que proporcionem uma visão completa do progresso das crianças em diversas áreas, como cognitiva, emocional, social e física. Mélo et al. (2019) argumentam que essa organização deve ser adaptada às características específicas de cada faixa etária, particularmente em fases iniciais, como os dois primeiros anos de vida, onde o desenvolvimento é mais acelerado e as necessidades das crianças podem variar amplamente. A aplicação de instrumentos adaptados, como portfólios e registros fotográficos, permite que

os educadores capturem não apenas os avanços, mas também os desafios enfrentados pelas crianças, facilitando a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Além disso, Guerres-Zucco et al. (2022) ressaltam a importância de estabelecer critérios claros de qualidade para os instrumentos utilizados, assegurando que eles cumpram seus objetivos pedagógicos. A criação de parâmetros de qualidade envolve a definição de indicadores que permitam avaliar se os instrumentos realmente refletem o desenvolvimento das crianças e se estão alinhados com os objetivos curriculares da educação infantil. Esses parâmetros ajudam a garantir que a avaliação não seja apenas um processo de coleta de dados, mas sim uma prática significativa que contribua para o desenvolvimento integral dos alunos.

Outro aspecto crucial na organização dos instrumentos de avaliação é a necessidade de incluir a participação ativa das crianças. Faria e Bessler (2014) destacam que, ao permitir que as crianças participem do processo avaliativo, os educadores promovem um ambiente de aprendizagem mais reflexivo e participativo. Instrumentos como diários de classe e portfólios incentivam as crianças a refletirem sobre suas experiências de aprendizagem, ajudando-as a desenvolver habilidades de autoavaliação e autoconhecimento desde cedo. Essa prática não apenas contribui para o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas também fortalece sua autonomia e capacidade de tomar decisões sobre seu próprio aprendizado.

Além disso, Silva (2012) aponta que a diversidade de instrumentos de avaliação é essencial para captar a complexidade do desenvolvimento infantil. Ao utilizar uma variedade de métodos, os educadores podem garantir que estão obtendo uma visão completa e detalhada do progresso das crianças, o que é fundamental para planejar intervenções pedagógicas que respondam às necessidades individuais dos alunos. A combinação de diferentes instrumentos, como relatórios descritivos, fichas de observação e registros audiovisuais, permite que os

educadores capturem uma ampla gama de informações sobre o desenvolvimento das crianças, facilitando a identificação de padrões e tendências que podem informar a prática pedagógica.

Ciasca e Mendes (2009) também enfatizam a importância da revisão e atualização periódica dos instrumentos de avaliação. Em um campo em constante evolução como a educação infantil, é fundamental que os instrumentos sejam regularmente avaliados e ajustados para refletir as novas descobertas e práticas pedagógicas. Essa abordagem dinâmica garante que os instrumentos permaneçam relevantes e eficazes, permitindo que os educadores continuem a oferecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades em constante mudança das crianças.

Por fim, Sousa (2022) argumenta que a inclusão de instrumentos de avaliação que promovam a inclusão e a equidade é essencial. Em um contexto educacional onde a diversidade é a norma, é crucial que os instrumentos de avaliação sejam projetados para atender às necessidades de todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades especiais. A adoção de práticas inclusivas na avaliação permite que todos os alunos sejam avaliados de maneira justa e equitativa, garantindo que nenhum aspecto de seu desenvolvimento seja negligenciado.

Em resumo, o processo de organizar os instrumentos de avaliação na educação infantil envolve a escolha e a aplicação cuidadosa de métodos que sejam capazes de capturar a complexidade do desenvolvimento infantil de maneira significativa e eficaz. A aplicação desses instrumentos deve ser acompanhada de uma reflexão contínua sobre sua relevância e eficácia, garantindo que as práticas avaliativas estejam sempre alinhadas com as necessidades pedagógicas e os objetivos de desenvolvimento das crianças (Mélo et al., 2019; Guerres-Zucco et al., 2022; Faria & Bessler, 2014; Silva, 2012; Ciasca & Mendes, 2009; Sousa, 2022).

3.2 Diagnóstico, observação e registro

A prática de diagnóstico, observação e registro desempenha um papel importante na educação infantil, oferecendo aos educadores ferramentas essenciais para acompanhar o desenvolvimento das crianças de maneira contínua e reflexiva. Por exemplo, o diagnóstico, por sua vez, é uma etapa que vai além da simples identificação de problemas. Ele se refere a um processo de análise profunda que busca compreender as causas das dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento, bem como os fatores que contribuem para o sucesso educativo das crianças.

Nesta perspectiva, Batista (1996) enfatiza que o diagnóstico na educação infantil deve ser visto como uma ferramenta para orientar o trabalho pedagógico, permitindo que o professor planeje intervenções mais eficazes e significativas. O diagnóstico não deve ser utilizado para rotular ou classificar as crianças, mas sim como um meio de promover seu desenvolvimento integral.

A observação é um método fundamental que permite aos professores capturar informações sobre as interações, comportamentos e progressos das crianças em diversos contextos. Como destaca Bodnar (2006), a observação na educação infantil não se limita à simples vigilância das atividades das crianças, mas envolve um olhar atento e analítico que busca compreender as dinâmicas individuais e grupais, permitindo uma intervenção pedagógica mais adequada e personalizada.

A observação deve ser sistemática e orientada por objetivos claros, para que se torne uma prática efetiva no cotidiano escolar. Lacerda e Souza (2013) afirmam que a observação, quando bem realizada, possibilita ao educador um diagnóstico preciso sobre o processo de aprendizagem das crianças, identificando tanto as potencialidades quanto as dificuldades que possam surgir. Esse diagnóstico é essencial para o planejamento de estratégias pedagógicas

que respondam às necessidades individuais dos alunos e para o ajuste contínuo das práticas educacionais.

O registro é outro componente vital desse processo, servindo como uma documentação contínua do desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, Motta (2015) argumenta que o registro sistemático das observações e diagnósticos possibilita uma reflexão constante sobre as práticas pedagógicas e o progresso dos alunos. Ele oferece um histórico detalhado das atividades e interações das crianças, o que é fundamental para avaliar o impacto das intervenções educativas e ajustar o planejamento pedagógico de acordo com as necessidades identificadas em sala de aula.

A importância do registro é destacada por Javarrotti (2022), que observa que a ficha de observação da criança, como proposta por Helena Antipoff, é uma estratégia eficaz para a inclusão de crianças com deficiência na educação infantil. Esses registros permitem que os educadores acompanhem de forma mais detalhada e personalizada o progresso de cada criança, especialmente aquelas que necessitam de um apoio adicional. Ao documentar continuamente as observações referentes ao desenvolvimento das crianças, os educadores podem identificar padrões de comportamento e aprendizagem que informam futuras intervenções e decisões pedagógicas.

Além disso, Queroz e Stutz (2016) ressaltam que a prática de observação e registro deve ser incorporada como parte regular do currículo da educação infantil, de modo que os educadores possam adaptar suas estratégias de ensino com base em dados reais e consistentes. Essa prática não apenas melhora a qualidade do ensino, mas também garante que o desenvolvimento das crianças seja monitorado de forma contínua, promovendo um ambiente de aprendizagem mais responsivo e inclusivo.

A Figura 4 sintetiza o quadro conceitual dos 3 (três) métodos, incluindo os autores que discutem cada abordagem.

Figura 4: Quadro conceitual

Método	Conceito	Autores
Diagnóstico	Processo de análise profunda dos dados coletados na observação, visando entender as causas de dificuldades ou sucessos na aprendizagem.	Batista (1996)
Observação	Envolve a coleta sistemática de informações sobre o comportamento e interações das crianças, para fins de análise e planejamento pedagógico.	Bodnar (2006), Queroz & Stutz (2016)
Registro	Documentação contínua das observações e diagnósticos, para reflexões pedagógicas e comunicação com pais e outros educadores.	Motta (2015), Javarrotti (2022)

Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base em: Bodnar (2006), Queroz & Stutz (2016); Batista (1996) e Motta (2015), Javarrotti (2022)

Como visto na Figura 4, o diagnóstico, a observação e o registro, quando integrados, formam a base de uma prática avaliativa reflexiva e dinâmica na educação infantil. Esses processos permitem que os educadores desenvolvam uma compreensão mais profunda das necessidades e potencialidades das crianças, promovendo uma educação que respeita o ritmo e as individualidades da criança. Ao adotar essas práticas de forma sistemática, os educadores podem garantir que suas intervenções pedagógicas sejam sempre informadas, relevantes e ajustadas para apoiar o desenvolvimento integral das crianças nos aspectos de sua formação.

3.3 Relatório

O relatório é um dos instrumentos fundamentais no processo avaliativo da educação infantil, pois oferece uma visão detalhada do desenvolvimento da criança ao longo de um

período específico. Este documento é utilizado pelos educadores para registrar de forma narrativa e descritiva os progressos, dificuldades e peculiaridades observadas no cotidiano das atividades infantis. Conforme Santos et al. (2022), o relatório de avaliação na educação infantil deve ser compreendido como um recurso que vai além da simples documentação, pois ele serve como base para reflexões pedagógicas e para a comunicação entre a escola e a família.

Os relatórios na educação infantil precisam ser elaborados com uma linguagem clara e acessível, respeitando a individualidade de cada criança e destacando tanto os aspectos cognitivos quanto os emocionais e sociais. Segundo Faria e Bessler (2014), a elaboração de um relatório eficaz deve considerar a criança em sua totalidade, abordando desde suas interações em sala de aula até suas respostas emocionais e comportamentais. Este documento não deve ser visto como uma simples lista de conquistas, mas sim como um registro reflexivo que ajude a direcionar futuras intervenções pedagógicas.

Além disso, o relatório é uma ferramenta essencial para a continuidade do trabalho pedagógico. Ele possibilita que os educadores mantenham um acompanhamento contínuo do desenvolvimento da criança e revisem as estratégias pedagógicas conforme necessário. Santos, Oliveira, e Pereira (2022) argumentam que o relatório de avaliação também desempenha um papel importante na articulação do trabalho entre diferentes ciclos educacionais, garantindo que as transições sejam feitas de maneira fluida e consciente, com base em informações detalhadas sobre o histórico de cada criança.

A importância do relatório é ainda mais evidente quando consideramos seu papel na inclusão escolar. Conforme destaca Javarrotti (2022), ao utilizar relatórios detalhados, os educadores conseguem monitorar de forma mais precisa o progresso de crianças com necessidades especiais, ajustando as práticas pedagógicas para garantir que todos os alunos

recebam um apoio adequado. Assim, o relatório não é apenas um instrumento de avaliação, mas uma ferramenta poderosa para a promoção de uma educação mais equitativa e inclusiva.

3.4 Diário de classe

O diário de classe é outro instrumento crucial no contexto da educação infantil, atuando como um registro contínuo e detalhado das atividades diárias e do progresso das crianças. Este documento permite aos educadores acompanhar de perto o desenvolvimento de cada aluno, identificando rapidamente quaisquer dificuldades ou avanços que possam surgir. Conforme apontado por Hoffmann (2014), o diário de classe é uma ferramenta que auxilia o educador a refletir sobre suas práticas pedagógicas e a fazer ajustes necessários de forma imediata.

O diário de classe funciona como um espelho do cotidiano escolar, registrando não apenas o conteúdo trabalhado, mas também as reações, interações e comportamentos das crianças, observados em sala de aula. Este instrumento é essencial para uma prática pedagógica reflexiva, onde o educador se envolve em um processo contínuo de observação, registro e análise (Faria & Bessler, 2014). Dessa forma, a utilização do diário de classe permite que o professor tenha um histórico detalhado das atividades realizadas e do desenvolvimento das crianças, facilitando a identificação de padrões e a efetivação de intervenções pedagógicas adequadas

Além disso, o diário de classe é uma ferramenta de comunicação interna e externa, de modo que: Internamente, ele serve para que o educador reflita sobre sua prática e compartilhe suas observações com colegas e coordenadores, promovendo uma abordagem colaborativa na educação infantil. Externamente, ele pode ser utilizado em reuniões com pais e responsáveis, proporcionando um fundamento para discussões sobre o desenvolvimento das crianças e as

estratégias que podem ser adotadas para apoiar o progresso de cada criança na educação infantil, assim como aponta Santos et al. (2022).

No contexto da educação inclusiva, o diário de classe adquire ainda mais relevância. De acordo com Javarrotti (2022), para crianças com necessidades especiais, o diário pode oferecer compreensões sobre como as adaptações pedagógicas que estão sendo recebidas e quais são os ajustes podem ser necessários para melhorar a experiência de aprendizagem. Este instrumento permite um acompanhamento mais individualizado, garantindo que cada criança receba o apoio necessário para seu desenvolvimento pleno.

CAPÍTULO 4. MARCO METODOLÓGICO

Este capítulo explora a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, que é apresentada os tópicos: A justificativa da pesquisa, as problemáticas que motivaram o estudo, os objetivos da pesquisa – o geral e os específicos, o desenho de investigação com enfoque qualitativo e paradigma interpretativo com método fenomenológico. O tipo de pesquisa descritiva, não experimental e de corte transversal. Além disso, são destaques deste capítulo, a delimitação geográfica e temporal, a população e amostra, os participantes, as técnicas e instrumentos para a coleta dos dados, o processo de validação dos instrumentos de pesquisa, o procedimento metodológico adotado, o processamento dos dados, e as considerações éticas.

Considerando que a metodologia é o caminho trilhado para se alcançar um determinado objetivo, e que colabore para a elaboração e promoção de conhecimento científico que possibilitem a compreensão e/ou transformação de uma realidade específica. Sendo assim, o conhecimento científico se distingue por sua característica de verificabilidade, uma vez que, demanda a verificação de proposições, através da observação e da identificação das condições que as fazem verdadeiras ou falsas.

Nessa perspectiva, Siena et al. (2024) esclarece que o conhecimento científico é sustentado por acontecimentos motivados do mundo real, se destacando pela forma ou método, pelas técnicas e pelos instrumentos utilizados. Que, nesse tipo de conhecimento, o objetivo procura concordar com seu objeto em estudo, verificando a adequação das ideias aos fatos ocorridos. Por isso, para obter o conhecimento científico, é essencial um método que guie o pesquisador em sua investigação.

Neste sentido, Gil (2021) afirma que o método de pesquisa é caracterizado como o percurso para alcançar um determinado objetivo. O autor, também descreve o método

científico como um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais utilizados para obter conhecimento. Igualmente, Marconi y Lakatos (2018) definem o método científico como o conjunto de atividades racionais e sistemáticas que, de maneira eficiente e segura, permite atingir o objetivo de obter conhecimentos válidos e verdadeiros, delineando o caminho a ser percorrido, identificando falhas e apoiando as decisões do pesquisador. Nesse contexto, Campoy (2018) reforça que o método científico se refere a um percurso, um procedimento, ou seja, o caminho percorrido para atingir um objetivo previamente estabelecido. Assim, o método de uma pesquisa se revela como um conceito bem mais elaborado do que uma mera série linear de etapas.

Campoy (2018) propõe certos critérios para conduzir uma investigação de maneira mais apropriada. Primeiramente, é fundamental que a pesquisa esteja bem delimitada e fundamentada em conceitos aceitos. Além disso, o método de investigação deve ser exposto de forma detalhada, permitindo que outros pesquisadores possam replicar o estudo e contribuir para o avanço do conhecimento. Para tanto, é essencial que o planejamento do processo investigativo seja metódico, visando obter resultados os mais objetivos possíveis. Por fim, é necessário verificar a validade e a confiabilidade dos dados de maneira rigorosa.

Com base na perspectiva teórica dos autores, estabelecer o método de pesquisa consiste em descobrir uma forma de abordar a problemática principal do estudo. Assim, a escolha da metodologia precisa estar alinhada com a problemática da pesquisa para garantir a sua eficácia. Pois, sem as orientações metodológicas, é provável que os objetivos sejam desviados, afastando-se do foco que caracteriza a natureza da investigação, por isso, o método adotado deve ser apropriado ao objeto em estudo. Do mais, a seleção e a definição dos métodos e das técnicas são cruciais para a pesquisa, servindo como diretrizes imprescindíveis durante todo o processo de investigação do pesquisador.

4.1 Justificativa da investigação

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a utilidade do Sistema de Gestão Educacional no processo de avaliação na educação infantil no Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil – CQVSI, em Santa Cruz Cabralia, Bahia. Este estudo visa investigar como o SGE pode contribuir para um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e inclusivo, ao oferecer uma ferramenta tecnológica que facilita o registro e acompanhamento do desenvolvimento das crianças. A importância deste estudo reside na potencial melhoria das práticas avaliativas e pedagógicas, ao permitir que educadores utilizem dados coletados de forma sistemática para planejar intervenções pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada criança.

Este estudo é significativo para a *instituição de ensino em questão*, pois busca analisar na prática o processo de avaliação na educação infantil e suas diversas abordagens, com o objetivo de promover um ensino e aprendizagem transformadores. A ideia é recontextualizar o conhecimento, tirando-o de um espaço de sacralização e conectando-o às características sociais das crianças. Além disso, a importância prática desta temática é crucial para *os educadores*, pois orienta suas abordagens pedagógicas, demonstrando que a avaliação tem um papel positivo na dinâmica de ação-reflexão-ação no ambiente educativo, com a tecnologia SGE como uma ferramenta de suporte.

Ademais, esta pesquisa é relevante na criação de novas oportunidades para que *as crianças* vivenciem situações de aprendizagem que promovam seu desenvolvimento integral. Reconhece-se que é fundamental adotar práticas avaliativas inovadoras que valorizem o aprendizado e o potencial de cada criança. No sentido de promover a função social da educação infantil, que visa desenvolver habilidades físicas, cognitivas e emocionais nos indivíduos, essenciais para um futuro desempenho social ativo, participativo e reflexivo.

O uso do SGE permite que *os familiares e os responsáveis* acompanhem o progresso cognitivo e emocional da criança de forma mais aprofundada, visto que também facilita a comunicação entre escola e família. Assim, esta pesquisa servirá como um suporte à ação educativa, reunindo informações significativas sobre a realidade da Educação Infantil em Santa Cruz Cabrália, Bahia, que poderão ser discutidas posteriormente, trazendo benefícios tanto para os alunos – já que os responsáveis têm acesso ao aplicativo “Família Conectada” via celular, e outros dispositivos, utilizando o perfil família/responsável – quanto para os educadores, que podem registrar as informações das crianças no sistema a qualquer momento por meio do Diário de Classe Online, usando o aplicativo “Educador Conectado”.

4.2 Problemáticas da investigação

A *problemática central* desta investigação gira em torno da análise da utilidade do SGE no processo de avaliação na educação infantil no Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil, no município de Santa Cruz Cabrália, Bahia. Considerando que o SGE foi implementado com o objetivo de otimizar a gestão dos processos educacionais e facilitar o acompanhamento do desenvolvimento das crianças, surge a necessidade de compreender se essa ferramenta realmente cumpre seu propósito e de que maneira ela impacta as práticas avaliativas no contexto da educação infantil.

A investigação buscou explorar como o SGE tem sido utilizado pelos docentes e técnicos da secretaria de educação, e se esse sistema proporciona melhorias efetivas no processo de avaliação na educação infantil, principalmente em um contexto com características e desafios locais específicos, como a diversidade cultural e as limitações tecnológicas em regiões rurais e comunidades indígenas.

A partir dessa problemática central, a pesquisa levanta os seguintes questionamentos:

1. Qual a concepção dos docentes sobre o processo de avaliação na educação infantil?
2. Quais procedimentos são utilizados pelos docentes para registrar e acompanhar o desenvolvimento das crianças?
3. Qual a percepção dos docentes e técnicos da secretaria de educação sobre a utilidade do SGE na educação municipal?
4. Como os documentos normativos da instituição definem a concepção de avaliação?

A investigação pretende fornecer respostas que possam contribuir para a melhoria das práticas avaliativas no CQVSI, considerando as especificidades do contexto local e o potencial uso do SGE como uma ferramenta de suporte para o processo de avaliação na educação infantil.

4.3 Objetivos da pesquisa

4.3.1 Objetivo geral

Analisar a utilidade do Sistema de Gestão Educacional – SGE no processo de avaliação na educação infantil do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil, no Município de Santa Cruz Cabralia, Bahia.

4.3.2 Objetivos específicos

- Descrever o processo de avaliação na educação infantil, segundo a concepção dos docentes;
- Relatar os procedimentos avaliativos para registrar e acompanhar o desenvolvimento das crianças, na consideração dos docentes;

- Identificar a utilidade do SGE para a educação municipal, na percepção dos docentes e dos técnicos da secretaria de educação;
- Verificar a concepção de avaliação defendida nos documentos normativos da instituição de ensino pesquisada.

4.4 Desenho de investigação

4.4.1 Enfoque

O estudo adota um *enfoque qualitativo*, que possibilita uma análise detalhada dos dados coletados através de entrevistas e análise documental. Esse tipo de enfoque é particularmente adequado para a investigação de fenômenos complexos e dinâmicos, como os encontrados no contexto educacional, pois permite uma compreensão aprofundada dos significados e percepções dos participantes.

Segundo Creswell (2017), a abordagem qualitativa é caracterizada por sua ênfase na compreensão dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes. Isso significa que o pesquisador busca interpretar as experiências e significados atribuídos pelos indivíduos ao seu contexto de vida. Na educação infantil, isso é crucial, pois permite que os pesquisadores capturem a diversidade de experiências e perspectivas dos educadores e técnicos envolvidos na utilização e monitoramento do SGE.

Denzin y Lincoln (2011) afirmam que a abordagem qualitativa é particularmente útil em contextos onde a complexidade e a subjetividade desempenham papéis significativos. No contexto deste estudo, o enfoque qualitativo permite que o pesquisador explore como o SGE é percebido e utilizado pelos educadores, quais desafios e oportunidades são identificados e como esses fatores impactam o processo de avaliação na educação infantil.

A escolha pelo enfoque qualitativo também se justifica pela flexibilidade metodológica que ele oferece. Merriam y Tisdell (2015) destacam que a pesquisa qualitativa permite que o pesquisador adapte suas estratégias de coleta e análise de dados à medida que novas questões e reflexões emergem durante o processo de investigação. Essa adaptabilidade é fundamental quando se busca compreender fenômenos educacionais em profundidade, permitindo que o pesquisador ajuste seu foco conforme necessário para capturar as nuances e complexidades do contexto educacional.

Além disso, o enfoque qualitativo permite que o pesquisador explore o fenômeno investigado em seu contexto natural. Isso é especialmente importante na pesquisa educacional, onde o contexto pode influenciar significativamente as práticas e percepções dos educadores. Yin (2015) destaca que a pesquisa qualitativa permite a imersão do pesquisador no ambiente estudado, possibilitando uma análise rica e detalhada que considera as interações sociais e culturais que moldam o fenômeno em estudo.

4.4.2 *Paradigma interpretativo*

A pesquisa está elencada no *paradigma interpretativo*, que é um conjunto de crenças e atitudes, podendo envolver os métodos: qualitativo, fenomenológico, naturalista, humanístico e etnográfico. O paradigma interpretativo consiste em uma abordagem de pesquisa que se fundamenta na ação e na interação entre os sujeitos e o objeto de estudo, com o intuito de interpretar e entender o mundo. Nesse tipo de paradigma é possível analisar o que os indivíduos pensam, de acordo com a sua concepção sobre determinado objeto e contexto.

Siena, et al (2024) enfatiza que esse paradigma é essencial para a investigação científica, uma vez que qualquer interpretação depende de um pressuposto teórico e metodológico que possibilita a seleção, a avaliação e a crítica. Ele funciona como um

instrumento que caracteriza uma comunidade de pesquisa, orientando todo o processo investigativo e validando um campo específico dentro do estudo científico.

4.4.3 Método fenomenológico

Para esta investigação, no âmbito do paradigma interpretativo, foi empregado o *método fenomenológico*, que visa realizar uma análise aprofundada dos fenômenos e proporcionar uma nova perspectiva sobre os dados obtidos, com base nas entrevistas, tanto formais quanto informais, além do uso de tecnologias, configurando assim essa abordagem como fenomenológica.

De acordo com Triviños (2008), a fenomenologia é um exercício de descrição direta da experiência vivida como realmente ocorre, sem levar em conta a origem psicológica ou as explicações causais que outros estudiosos podem apresentar. O conceito central é a intencionalidade, permitindo que o pesquisador entenda os elementos essenciais do fenômeno, com o objetivo de reunir dados, utilizando ferramentas e métodos adequados de pesquisa que sustentem e revelem os fatos da questão abordada.

Campoy (2018) reforça que a fenomenologia, enquanto método caracteriza-se como uma ciência que descreve de maneira precisa e real, que revela e elucida por meio de sua própria natureza, focando na essência das experiências vividas. Este método considera que nas coisas há uma essência que pode ser alcançada através de observações empíricas que, interligadas, possibilitam a representação desse fenômeno na percepção, evitando o uso de teorias, deduções e suposições de outras áreas do conhecimento.

Deste modo, a fenomenologia serviu como fundamento teórico deste estudo, facilitando a compreensão e interpretação das informações sobre a realidade natural, dos significados, das percepções dos participantes associadas ao fenômeno. Assim, sob a

perspectiva dos participantes, todo o processo de desenvolvimento da pesquisa foi cuidado, desde a coleta dos dados, a fase de tabulação, até a execução da análise e compreensão do fenômeno em estudo. Sendo, todo o processo focado na importância de destacar os aspectos qualitativos e descritivos do fenômeno observado, para entender seus detalhes e características específicas.

Neste contexto, o paradigma interpretativo através do método fenomenológico apresentou o caminho para a interpretação e compreensão da utilização do SGE no processo de avaliação na educação infantil de Santa Cruz Cabralia, Bahia. Tendo em vista as particularidades da localidade, as diversas dimensões e as determinações que abrangem o fenômeno fonte de pesquisa, em questão.

4.5 Tipo de investigação

4.5.1 Pesquisa descritiva

Em conformidade com os objetivos propostos, a pesquisa realizada é de natureza descritiva e não experimental, com um corte transversal. Este tipo de investigação é amplamente utilizado em estudos educacionais devido à sua capacidade de coletar e analisar dados de maneira estruturada e eficiente, fornecendo uma visão detalhada de fenômenos específicos sem a intervenção do pesquisador.

O tipo de *pesquisa descritiva* tem a finalidade de realizar uma descrição dos acontecimentos no momento real da pesquisa. A esse respeito Prodanov y Freitas (2013, p. 52), estabelecem que a pesquisa descritiva, é “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever características de uma determinada população, grupo ou fenômeno. Conforme Gil (2021), esse tipo de pesquisa visa observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulação dos mesmos, o que a torna essencial para mapear o estado atual de uma área ou contexto. No contexto educacional, a pesquisa descritiva é especialmente relevante, pois permite a compreensão detalhada das práticas e desafios enfrentados nas escolas, o que pode, por sua vez, informar o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais mais eficazes.

Lakatos y Marconi (2003) destacam que a pesquisa descritiva é útil para estudar as inter-relações entre variáveis e para formular hipóteses que podem ser testadas em pesquisas futuras. Na educação infantil, esse tipo de investigação pode, por exemplo, descrever como os professores utilizam o Sistema de Gestão Educacional (SGE) no processo de avaliação das crianças, e quais são os desafios e oportunidades percebidos na implementação e utilidade dessa ferramenta na conjuntura local.

4.5.2 Pesquisa não experimental

Indo além, é necessário explicar, que o desenho desta investigação se classifica como *não experimental*, uma vez que, não se tratar de um experimento, por não apresentar manipulação de variável, controle e distribuição aleatória da amostra. Isso, em conformidade com o pensamento de Hernandez et al (2006, p. 153) quando afirmam que a pesquisa não experimental “é sistemática e empírica na qual as variáveis independentes não são manipuladas, porque já aconteceu. Inferências sobre as relações entre variáveis são realizadas sem intervenção direta ou influência, e essas relações são vistas como ocorreram no contexto natural”. Que nesse caso, especialmente, não traz a rigorosidade de uma pesquisa com caráter experimental.

O tipo de pesquisa não experimental é bastante utilizado em investigações descritivas, como estudos de consumo e pesquisas de opinião, sendo apropriado em situações que: a questão de pesquisa analisa uma única variável; em estudos que tem uma associação estatística não causal entre variáveis; quando há causalidade entre variáveis, mas a variável independente não é passível de manipulação; e, em pesquisas amplas ou exploratórias que analisam experiências ou fenômenos específicos. As vantagens desse tipo de pesquisa incluem: flexibilidade – pois oferece uma grande adaptabilidade ao longo do processo; conhecimento da causa – já que possibilita a análise do impacto de um fenômeno cuja causa é conhecida; e, definição do grupo – permitindo ao pesquisador delinear as características do grupo estudado, conforme Velázquez (2025).

Segundo Velázquez (2025), os aspectos mais relevantes da pesquisa não experimental, são compreendidos quando: a pesquisa se fundamenta em eventos que aconteceram no passado, sendo analisados depois; não se realizam experimentos controlados por questões éticas ou morais; as amostras ou os participantes já estão presentes e atuam em seu ambiente natural, não sendo criados pelo pesquisador; o pesquisador não interfere diretamente no contexto dos participantes; o método investiga os fenômenos exatamente como ocorreram, sem modificações ou intervenções. Além disso, a pesquisa não experimental pode manifestar-se na categoria de *pesquisa transversal*, que serve para observar e analisar um instante específico, abrangendo diversos grupos de estudo ou amostras. Essa categoria é subdividida em: descritiva – que observa e descreve os valores de uma ou mais variáveis em certo momento; e, causal – que investiga as razões e as relações entre variáveis em um determinado instante.

Com base nos conceitos apresentados por Velázquez (2025) e Hernandez (2006), pode-se justificar a natureza não experimental da presente investigação. Essa abordagem metodológica se revela especialmente pertinente quando se busca compreender um fenômeno

ou explorar eventos, pessoas ou situações em seu contexto natural. Diante dessa perspectiva, a pesquisa em questão é classificada como não experimental, uma vez que não se configura como um experimento científico. Conseqüentemente, não há necessidade de manipulação dos elementos em estudo, controle da situação experimental ou distribuição aleatória dos grupos de experimento.

4.5.3 *Corte transversal da pesquisa*

Compete ressaltar, que esta investigação apresenta um *corte transversal*, por realizar a coleta dos dados de uma única vez, no campo de pesquisa, assim como, defende Hernandez et al (2006, p. 208) quando explicam que “a coleta de dados ocorre num só momento, no qual pretende descrever e analisar o estudo de uma ou várias variáveis em um dado momento”. A partir da operacionalização de recolha, tratamento e análise das informações, ainda como desenho da pesquisa.

O corte transversal refere-se à coleta de dados em um único momento no tempo, proporcionando uma “fotografia” das variáveis de interesse naquele instante específico. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), o corte transversal é eficaz para descrever e analisar o estado atual de variáveis específicas em uma população, permitindo que os pesquisadores capturem informações valiosas sem a necessidade de acompanhamento longitudinal. Este tipo de abordagem é particularmente útil em estudos exploratórios, onde se busca gerar hipóteses ou obter informações iniciais sobre um fenômeno.

Andrade (2010) complementa que o corte transversal é amplamente utilizado em pesquisas educacionais para identificar padrões e correlações entre variáveis, como, por exemplo, o uso de tecnologias educacionais nas escolas e o impacto dessas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem. O corte transversal permite que os pesquisadores

identifiquem associações entre variáveis, como o uso do SGE e a percepção de eficácia entre os educadores, sem a necessidade de um estudo longitudinal, que seria mais complexo e demorado.

Além disso, sendo este estudo não experimental, com abordagem descritiva e corte transversal permite a análise detalhada e precisa do contexto educacional atual. A partir dos dados coletados, é possível desenvolver estratégias pedagógicas e administrativas mais eficazes, que considerem as realidades e necessidades observadas nas escolas. Oliveira (2010) reforça que a pesquisa descritiva com corte transversal pode ser uma etapa inicial valiosa em um ciclo de pesquisa mais amplo, fornecendo uma base sólida para intervenções educativas futuras.

Em síntese, a combinação de uma abordagem descritiva com um corte transversal é ideal para captar o panorama atual do ambiente educacional, oferecendo dados essenciais que podem servir de base para a tomada de decisões e o planejamento de ações educacionais e administrativas. Ao descrever o estado atual das práticas e percepções, essa investigação contribui significativamente para a compreensão das dinâmicas em jogo na educação infantil, especialmente no uso de sistemas de gestão como o SGE.

4.6 Contexto da investigação

4.6.1 Delimitação geográfica

Sendo esta investigação realizada no contexto educacional, tornou-se imperativo definir claramente o tema, o qual exigiu um cuidadoso processo de delimitação do espaço de estudo. Nesse sentido, Lakatos y Marconi (2003) sustentam que o processo de definição do tema é considerado finalizado apenas quando se estabelece sua limitação geográfica e espacial, em função do desenvolvimento da pesquisa. Köche (2007) ressalta que o

planejamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser investigado e da sua natureza, quanto pela sua essência e conjuntura espaço-temporal em que se insere, além das características e da profundidade de conhecimento do pesquisador, relacionado ao objeto de estudo. Dessa maneira, é imprescindível localizar o assunto em questão, ou seja, contextualizar a pesquisa dentro de seu correspondente espaço temporal.

Sendo assim, a *delimitação geográfica* dessa pesquisa ocorreu na Cidade de Santa Cruz Cabrália localizada no litoral norte da Costa do Descobrimento, na Região do Extremo Sul da Bahia, a uma distância de 730 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. Conforme dados do IBGE (Brasil, 2023), o município se estende por uma Área Territorial de 1.462,942 km² (Censo de 2023), com um quadro populacional de 29.185 pessoas segundo o último Censo de 2022, apresenta densidade demográfica de 19,95 hab/km² (2022) e uma população estimada de 30.862 pessoas (Censo de 2024). Além disso, o território municipal é privilegiado com um clima (tropical) quente e úmido (PME, 2015, pp. 23-25).

De modo que, a coleta das informações para a realização desse estudo ocorreu internamente no Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil – CQVSI que ocupa 788,73 m² de área construída, e está localizada na Rua Principal, sem número, no Bairro Vila Esperança (mais conhecido como Bairro Geraldão), neste município. Como também, aconteceu recolha de dados na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Cristal, nº 430, Bairro Mirante da Coroa, em Santa Cruz Cabrália, Estado da Bahia.

4.6.2 *Delimitação temporal*

A *delimitação temporal* contribui para estabelecer os limites de um estudo, além de conectar elementos do contexto cronológico e histórico, assim, determinando sua abrangência e profundidade, e orientando o percurso da pesquisa. Pois, é possível desenvolver a pesquisa

situando o objeto de investigação no presente ou voltando-se para o passado, com o intuito de ressaltar a evolução histórica de um fenômeno específico.

Uma pesquisa pode ocorrer no presente, ao longo de um período que envolve um evento específico ou até mesmo nos últimos 5 (cinco) ou 10 (dez) anos, por exemplo. Isso varia conforme a meta do pesquisador ao estabelecer um determinado recorte temporal. Assim, a delimitação deve focalizar, utilizando a linguagem apropriada, na definição do campo em questão. Esse campo deve incluir não apenas o contexto (recorte espacial e temporal), mas também a população e a amostra que serão analisadas.

Com o finalidade de detalhar o contexto temporal e histórico da pesquisa, sendo restrita a um intervalo de 2 (dois) anos, compreendendo o período de 2024 a 2025. É que se faz necessário destacar como ocorreu a condução do desenvolvimento da pesquisa ao longo desse período, de modo a apresentar-se em 6 (seis) etapas, que foram:

Primeira etapa: A exploração do tema, a revisão de literatura (teórico-metodológico), logo após, a elaboração do projeto de pesquisa e dos instrumentos para a coleta dos dados;

Segunda etapa: A visita no campo de estudo para a apresentação da pesquisadora, explanação do projeto de pesquisa e reconhecimento dos espaços da instituição pesquisada;

Terceira etapa: Durante as visitas na instituição, foi realizada a análise documental do Projeto Político Pedagógico e do Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil;

Quarta etapa: A aplicação dos instrumentos de pesquisa para a coleta de dados através dos roteiros de entrevistas, direcionadas aos participantes;

Quinta etapa: Outras consultas foram realizadas, em fontes, como: o acesso ao Sistema, o modelo de avaliação descritiva, a observação da criança e o Documentos Especificação Técnica do SGE, Resolução e Parecer técnico sobre o uso do SGE (2024);

Sexta etapa: As informações coletadas foram analisadas e interpretadas, gerando o resultado final, na conclusão e recomendações.

Ao longo do período da pesquisa no campo de estudo foi possível participar das reuniões – de alinhamento administrativo, do pedagógico, de familiares e responsáveis pelas crianças, da revisão do PPP da instituição e dos encontros de planejamento dos professores com a coordenação pedagógica. E, acompanhar o período de adaptação das crianças no espaço educativo e o diagnóstico do desenvolvimento das crianças.

A coleta de dados foi realizada durante o segundo semestre do ano letivo de 2024. A realização nesse período permitiu capturar informações relacionadas ao cotidiano da Creche pesquisada, com atenção para a avaliação da educação infantil e uso do SGE no processo avaliativo. Além disso, ao longo do ano em que foi realizada a coleta de dados, observa-se que a Rede Municipal de Ensino desenvolveu atividades abrangendo as escolas, inclusive a Creche. Assim, é pertinente destacar aqui alguns acontecimentos considerados importantes, acerca do panorama histórico-educacional do município, a saber:

a) Formação para os professores da educação infantil – com foco na Pré-escola (4 e 5) anos através do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI. Com o objetivo de qualificar o trabalho pedagógico dos professores da educação infantil, fortalecer a alfabetização desde a infância, promover uma educação integral e de qualidade para as crianças, criar a cultura da oralidade, leitura e escrita na rotina da criança e ampliar as experiências das infâncias em múltiplas linguagens. Entretanto, essa formação foi estendida também aos docentes que atuam na Modalidade Creche (2 e 3) anos.

b) Formação para os profissionais de apoio e auxiliares de classe – que atuam diretamente nas turmas de Educação Infantil, abordando sobre as funções e outros aspectos relacionados ao desenvolvimento das crianças.

c) Retomada da construção da Creche do 5º Centenário, em Coroa Vermelha – que estava paralisada com a expectativa de que seja inaugurada até final de 2025, para possibilitar ampliar e qualificar o atendimento das crianças dessa localidade.

d) Realização de diversos passeios e visitas – à ambientes naturais em que as crianças puderam vivenciar momentos diferentes de aprendizagem, nos espaços culturais, históricos e de entreterimento.

e) Adesão e início do Programa Escola em Tempo Integral – ofertando uma jornada escolar mais longa, aos alunos que passam mais tempo na escola, nesse caso, manhã e tarde. Sendo, o currículo é reorganizado para ampliar as atividades curriculares de forma integrada. Dentre elas: atividades culturais e artísticas, lazer, atividades que estimulem o desenvolvimento de aspectos cognitivos e que ampliem o repertório sócio-cultural das turmas, dentre outras que promovem o desenvolvimento de habilidades diversas.

f) Recebimento da premiação Selo Ouro em Alfabetização – o referido selo representa o Compromisso com a Alfabetização, portanto é um reconhecimento do trabalho pedagógico, dos esforços e iniciativas bem sucedidas das secretarias de Educação na formulação e implementação de políticas, programas e estratégias que assegurem o direito à alfabetização das crianças.

g) Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – o município obteve melhoria no IDEB, sendo que nos anos iniciais alcançou 5,4 pontos, correspondente à 1,1 ponto a mais, em relação à 2021. Já nos anos finais saltou de 4,1 para 4,2 ficando apenas 2 pontos acima da medição anterior. Entretanto, ainda ficou um pouco acima da média estadual, na Etapa de Ensino Fundamental nos Anos Iniciais e Anos Finais.

h) Eleição para gestores escolares – foi realizada a 2ª edição do Processo de Escolha Democrática de Gestores e vice-gestores escolares. O processo aconteceu em 3 (três) etapas (inscrição dos candidatos, certificação e a escolha através do voto direto da comunidade escolar), inclusive na instituição fonte de pesquisa.

i) Reelaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de forma coletiva, sob a orientação da secretaria de educação e a Renovação dos Conselhos Escolares de todas as

Unidades de Ensino, sendo realizada pela equipe com a participação da comunidade escolar, ocorrendo à posterior homologação dos respectivos documentos pelo CME.

4.6.3 População e amostra da pesquisa

Em tempo recente, a pesquisa foi realizada no Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil – CQVSI, localizado na área urbana do município de Santa Cruz Cabrália, Bahia. Fundada em 2006, a instituição é mantida pela Prefeitura Municipal e faz parte do Sistema Municipal de Educação, atendendo crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, nas modalidades de creche e pré-escola, da Educação Infantil. O CQVSI tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças, considerando seus aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos, por meio de práticas pedagógicas que respeitam a singularidade de cada criança e favorecem a aprendizagem em um ambiente acolhedor.

O Projeto Político Pedagógico – PPP da instituição destaca-se pela valorização do cuidado e da educação como direitos fundamentais da infância, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A instituição busca construir uma educação inclusiva e democrática, garantindo o respeito à diversidade cultural, étnica e social presente na comunidade, que inclui, em sua maioria, famílias de baixa renda e também a presença de comunidades indígenas Pataxó. Nesse sentido, o CQVSI desenvolve uma série de projetos que visam à integração entre a escola, as famílias e a comunidade, fortalecendo o vínculo entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo.

A estrutura física do CQVSI é adequada às necessidades das crianças, contando com salas de aula arejadas, espaços para atividades recreativas, refeitório, e área de convivência externa. O ambiente escolar é preparado para proporcionar conforto, segurança e estímulo ao desenvolvimento infantil, com materiais didáticos apropriados para cada faixa etária. Além

disso, a equipe pedagógica é composta por professores, auxiliares de classe e profissionais de apoio à educação que passam por formações continuadas, visando aprimorar suas práticas e alinhar o trabalho educativo às necessidades das crianças e às diretrizes do PPP da escola. Ainda, conta com os profissionais de serviços gerais, a direção e o secretariado escolar, para ofertar um atendimento de qualidade as crianças e a comunidade local.

O Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil também se destaca pelo comprometimento com a participação ativa das famílias no cotidiano escolar. A escola promove reuniões frequentes, eventos culturais e atividades que envolvem os pais e responsáveis, fortalecendo a parceria entre escola e família, considerada fundamental para o sucesso no desenvolvimento educacional e social das crianças. O PPP da instituição enfatiza que a avaliação deve ser contínua, qualitativa e formativa, focando no acompanhamento do desenvolvimento de cada criança em suas múltiplas dimensões, sem caráter classificatório.

O contexto geográfico e sócio-histórico-cultural em que o CQVSI está inserido, bem como suas práticas pedagógicas, são elementos fundamentais para entender como a instituição busca ofertar um atendimento humanizado, condizente às demandas da comunidade local e contribuir para o desenvolvimento integral das crianças.

É oportuno dizer que, ao longo da história, o perfil socioeconômico dos moradores da cidade, sobretudo dos nativos, é predominantemente constituído por agricultores, artesões, pedreiros, guias turísticos, empregadas domésticas e pescadores. Esses moradores pertencem a uma classe de baixa renda, com uma média salarial equivalente a um salário mínimo. De modo geral, em áreas periféricas ou urbanas da cidade, o atendimento às necessidades básicas, frequentemente, superam as carências enfrentadas por pelos moradores, (França, 2018). Ademais, o município destaca-se por significativa presença de indígenas Pataxó na localidade, que abriga a Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha, a qual é reconhecida como a maior aldeia indígena urbana do Brasil, (França, 2018).

4.6.4 Participantes da pesquisa

Para a coleta de dados foram convidados a participarem desta pesquisa, 10 (dez) docentes atuantes na Educação Infantil e 3 (três) Técnicos da Secretaria Municipal de Educação responsáveis pelo suporte e gerenciamento do Sistema de Gestão Educacional – SGE na rede municipal, totalizando assim, 13 (treze) participantes, que prontamente responderam as entrevistas.

Os participantes que fazem parte de um estudo representam uma parte da população, selecionada com base em critérios específicos. Essa definição diz respeito ao subconjunto da população a que se destina o alvo da investigação (Prodanov y Freitas, 2013), sendo a participação de forma voluntária. Em concordância com essa ideia, Lakatos y Marconi (2003) reforçam que o conceito de amostra refere-se a uma porção ou parcela escolhida de maneira adequada da população. Trata-se de um subconjunto do universo com a intenção de obter informações significativas para a pesquisa, delimitando claramente os participantes a fim de manter o foco.

Os sujeitos que participaram diretamente deste estudo foram selecionados por atenderem aos critérios específicos de delimitando da população investigada, com a finalidade de otimizar a análise subsequente dos resultados e assegurar a veracidade dos dados. O que possibilitou uma conexão dos objetivos da pesquisa com a situação problema, viabilizando a exploração das informações obtidas no contexto supervisionado, permitindo, assim, uma análise crítica da realidade (França, 2018).

Em síntese, a seleção da população-alvo deste estudo foi condicionada ao envolvimento direto dos participantes no processo de implementação e utilização do SGE, sendo essencial para compreender como o sistema é inserido na prática pedagógica e no

processo de avaliação na educação infantil. À medida que a pesquisa avançou, a coleta de dados atingiu a totalidade dos participantes, garantindo a precisão das respostas e, consecutivamente, a exatidão dos resultados, culminando nas conclusões e nas recomendações.

4.6.5 Processo de seleção dos participantes e amostra

A seleção dos participantes foi realizada por meio de uma *amostragem não probabilística e intencional*. Esse tipo de amostragem é utilizado quando o pesquisador precisa selecionar um grupo específico de participantes que possuam características relevantes para a investigação, sem a necessidade de que todos os membros da população tenham a mesma chance de serem selecionados.

Conforme definido por Gil (2021), a amostragem não probabilística e intencional consiste na seleção de um subgrupo de uma população que pode ser considerado representativo de toda a população com base nas informações disponíveis. Nesse sentido, a escolha foi intencionalmente direcionada aos profissionais que possuem experiência direta com o uso do SGE e que, portanto, são capazes de fornecer informações detalhadas e específicas sobre a sua utilidade no contexto da avaliação na educação infantil.

Essa abordagem permite uma análise mais aprofundada e direcionada, pois foca em indivíduos que, por suas funções, têm contato direto com os processos avaliativos e com o SGE. Além disso, a escolha de uma amostragem não probabilística e intencional possibilita a coleta de dados ricos e significativos, especialmente em estudos qualitativos, onde o objetivo é obter insights detalhados e aprofundados sobre o fenômeno investigado. De acordo com Gil (2021), o principal benefício da amostragem intencional está no baixo custo de sua seleção, embora exija um conhecimento considerável sobre a população e o subgrupo escolhido.

Assim, a seleção não probabilística e intencional dos participantes garante que o estudo explore com precisão as percepções e experiências daqueles que desempenham um papel central no uso e gestão do SGE, contribuindo para uma compreensão mais robusta de sua eficácia no processo de avaliação na educação infantil.

4.7 Técnicas e instrumentos para coleta de dados

Para Gil (2021), não basta formular e delimitar um problema de pesquisa é preciso considerar se existem instrumentos adequados para coletar dados. Desta forma, as técnicas e os instrumentos utilizados para a coleta de dados, propostos para o desenvolvimento da pesquisa foram às entrevistas e a análise documental – através de roteiros semiestruturados.

As entrevistas foram conduzidas mediante um roteiro de entrevista, com questões abertas, que exploraram as percepções dos docentes que atuam na educação infantil e dos técnicos da secretaria de educação do município de Santa Cruz Cabrália – Bahia, sobre a utilidade do SGE no processo de avaliação da educação infantil. A análise documental incluiu a revisão do Projeto Político Pedagógico – PPP (2024) do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil e do Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil (2022) em Santa Cruz Cabrália – BA. Bem como a análise do Documento Especificação Técnica do Sistema de Gestão Educacional – SGE (2025), incluindo o aceso ao Sistema, focando nas suas funcionalidades e usabilidade na rede municipal de ensino.

A entrevista, na perspectiva de Gerhardt et al. (2009), é considerada uma técnica alternativa para a obtenção de dados não documentados relacionados a um tema específico. Trata-se de uma técnica de interação social, caracterizada por um diálogo assimétrico, no qual uma das partes visa coletar informações, enquanto a outra se posiciona como fonte desse conhecimento. Para que a entrevista transcorra de maneira apropriada, é fundamental, antes

de qualquer coisa, que o entrevistador seja recebido de forma cordial. Em algumas ocasiões, o grupo de pessoas a ser entrevistado é cuidadosamente preparado com antecedência, por meio de comunicação escrita ou contatos prévios.

A análise documental, seguindo o pensamento de Gerhardt et al. (2009), é conduzida com base em documentos, sejam eles contemporâneos ou retrospectivos, que são reconhecidos como cientificamente autênticos. Esse tipo de coleta de dados tem sido amplamente empregado nas ciências sociais e na pesquisa histórica para descrever e comparar fenômenos, delineando suas características ou tendências. De forma geral, a análise documental engloba uma variedade de materiais provenientes de arquivos públicos e privados, bem como legislações e normativas administrativas, além de dados relativos a censos demográficos, educação, saúde, eleições, contribuições e benefícios, entre outros aspectos. Para Siena et al. (2024) o tipo de análise também depende dos objetivos da pesquisa e podem assumir formas diversas, desde a análise de conteúdo, na perspectiva do enfoque qualitativo, até estudo essencialmente quantitativo.

Um roteiro (entrevista e/ou análise documental) consiste em uma relação estruturada dos temas que o pesquisador deve abordar ao longo do processo. Isso proporciona uma flexibilidade na disposição dos assuntos e das questões, resultando em uma diversidade de respostas ou na geração de novas questões. Na elaboração de um roteiro, é imprescindível a alocação temporal para cada assunto, a formulação de perguntas que gerem respostas descritivas e analíticas, evitando, respostas dicotômicas (sim/não), bem como a vigilância constante sobre os objetivos de pesquisa a serem alcançados, a fim de prevenir desviar-se do tema abordado. Além de considerar os instrumentos auxiliares, como câmeras, gravadores, blocos de anotações e outros, também são fundamentais para a coleta de informações, conforme destaca Gerhardt et al. (2009).

Portanto, segundo Gerhardt et al. (2009), a coleta de dados consiste na busca metódica por informações que visam esclarecer o fenômeno ou fato que o investigador pretende desvendar. O instrumento técnico elaborado pelo pesquisador para o registro e a mensuração dos dados deve atender aos critérios de validade, confiabilidade e exatidão.

4.8 O processo de validação dos instrumentos de pesquisa

Para assegurar a verificação, garantia e validação do conteúdo do instrumento de pesquisa, é recomendável que profissionais da área disciplinar relacionada à investigação realizem uma avaliação acerca da pertinência das questões de um teste, este é um procedimento considerado adequado e eficaz (Sousa, 2005). Sobre a necessidade da validação dos instrumentos de pesquisa, Siena et al. (2024), propõem que este processo consiste em submeter o instrumento a um grupo de especialistas na área, com o intuito de receber críticas e avaliar a adequação do referido instrumento, além de realizar uma aplicação prévia junto a um grupo-alvo, caso necessário for.

Outro aspecto fundamental que deve ser considerado é a confiabilidade do instrumento destinado à coleta de dados. Campoy (2018) sustenta que a avaliação das propriedades psicométricas de um instrumento visa, essencialmente, em estabelecer a qualidade de sua capacidade de mensuração. Para o autor, as duas principais características métricas que são fundamentais para assegurar a precisão de um instrumento são a validade e a confiabilidade.

Seguindo as diretrizes dos autores mencionados, este estudo adota procedimentos confiáveis para garantir a confiabilidade na validação dos instrumentos de coleta de dados, conforme apresentado nos Apêndices B, C e D. Esses instrumentos foram submetidos a um comitê composto por 5 (cinco) doutores expertos na área de Ciências da Educação, que teve a

finalidade de avaliar e sugerir alterações ou intervenções necessárias durante a elaboração dos instrumentos. Essa colaboração dos especialistas visa assegurar a pertinência e a validade dos instrumentos elegidos para a coleta das informações da pesquisa, garantindo, assim, a legitimidade e confiabilidade dos dados obtidos.

Com a participação voluntária, os especialistas analisaram a luz da problemática e dos objetivos da pesquisa, avaliando a adequação dos instrumentos utilizados para a coleta de dados, acompanhado das devidas observações e, em seguida, procedendo à validação. Com o intuito de alinhar as questões elaboradas à proposta de estudo, os instrumentos de pesquisa passaram por uma análise científica meticulosa. Em particular, os roteiros de entrevistas destinados aos educadores da educação infantil e aos técnicos da secretaria de educação, bem como o roteiro para análise documental, que foram cuidadosamente examinados para garantir a obtenção de diversas evidências e correções.

Neste contexto, ao término da análise de cada uma das questões, os especialistas atribuíram um conceito, a saber: “Muito adequado”, “Adequado”, “Pouco adequado” e “Inadequado”, assinalando com um (X) no quadro, o que corresponde à opinião dos doutores, sobre a relevância das questões apresentadas com a temática, os objetivos propostos e as problemáticas de estudo. Logo após, os doutores utilizou-se o campo (coluna) “observações” para fazerem as considerações, retificações ou dúvidas que a referida questão gerou, conforme exposto no Apêndice A.

Figura 5 – Modelo de análise e validação dos instrumentos de pesquisa

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTAS	OBJETIVO DA QUESTÃO				
	Muito adequado	Adequado	Pouco adequado	Inadequado	Observações
Roteiro de entrevista para os docentes					
5º Na sua visão, como o					

uso do SGE auxilia no processo de avaliação na Educação Infantil?					
---	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

De acordo com os critérios estabelecidos para validação dos instrumentos de pesquisa, após a avaliação, os especialistas na área educacional fizeram algumas considerações e sugestões relevantes para a melhoria dos instrumentos, sendo imediatamente acatadas e corrigidas pela pesquisadora. As considerações/sugestões foram: modificações na nomenclatura das opções e objetivo da questão; mudança na ordem dos conceitos atribuídos as questões; ajustes no vocabulário, na formatação e na estrutura do quadro; e, nas entrevistas foram adicionadas 3 (três) questões sugeridas pelos expertos.

Sem mais delongas, as questões foram assinaladas pelos doutores como adequadas para serem empregadas nos instrumentos de pesquisa, após terem sido validadas para a coleta de dados. Em suma, destaca-se que os especialistas avaliaram a temática em questão e manifestaram suas opiniões em conformidade com os critérios analíticos preestabelecidos. Suas considerações e sugestões revelaram-se relevantes para enriquecer a estrutura dos roteiros de entrevistas e da análise documental, assegurando, assim, a obtenção dos resultados da pesquisa.

4.9 Procedimento metodológico adotado

O procedimento metodológico envolveu a preparação e condução de entrevistas, seguido pela análise documental dos documentos normativos da instituição. Os dados coletados foram organizados por categorias, tabulados e operacionalizados pela modalidade

de análise temática, de forma a facilitar ao máximo a análise e interpretação das informações para gerar retornos sobre a utilidade do SGE no processo de avaliação na educação infantil.

Para que as informações coletadas sejam analisadas de maneira eficaz, é fundamental organizá-las, o que se realiza mediante seu agrupamento em categorias. Em diversas circunstâncias, definir essas categorias pode ser uma tarefa relativamente fácil. As categorias devem ser abrangentes o suficiente para incluir todas as respostas e estruturadas de modo que uma resposta específica não possa ser atribuída a mais de uma categoria. Já a tabulação refere-se ao processo de agrupar os casos nas diferentes categorias de análise, sendo que a tabulação simples envolve a contagem das frequências das categorias de cada grupo, bem como afirmam Gerhardt et al. (2009).

Sob a perspectiva operacional, o método escolhido para a análise e interpretação dos dados foi à *análise temática*, uma das diversas formas de análise de conteúdo, por ser considerada adequada para investigações de caráter qualitativo. A análise temática envolve a ideia de tema, que se relaciona a uma afirmação sobre um determinado assunto, abrange um conjunto de vínculos e pode ser representada graficamente por uma palavra, frase ou resumo. Em termos operacionais, a análise temática acontece em três etapas: Pré-análise – consiste na organização e leitura do material a ser examinado. Exploração do material – realiza um recorte do texto, classifica e agrupa os dados, organizando-os em categorias teóricas. Tratamento dos resultados – envolve o tratamento dos dados brutos, destacando os dados coletados, sendo interpretados e validados, conforme descrito por Gerhardt et al. (2009).

Após a efetivação da análise temática, foi possível obter informações mais precisas, objetivas e essenciais para conduzir a análise e discussão dos resultados, através da análise de conteúdo com uma abordagem qualitativa, empregando a categorização para delinear as informações coletadas dos participantes em relação às respostas das questões de pesquisa.

4.9.1 Processamento dos dados

No decorrer da pesquisa, o processamento dos dados foi realizado por meio de *análise de conteúdo qualitativa*, uma técnica que possibilitou examinar dados textuais e identificar padrões, temas emergentes e significados subjacentes nas informações coletadas. Esta abordagem revelou-se particularmente adequada para pesquisas qualitativas em contextos educacionais, onde a compreensão das percepções, experiências e práticas dos participantes é crucial.

Bardin (2016) descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter indicadores qualitativos e/ou quantitativos a partir de dados textuais. Estes indicadores permitiram inferências sobre o contexto em que os dados foram produzidos, proporcionando uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado. De acordo com Krippendorff (2018), a análise de conteúdo é uma técnica flexível que pode ser adaptada para diferentes propósitos de pesquisa.

Neste estudo, o processo de análise de conteúdo qualitativo envolveu várias etapas sistemáticas, inicialmente, os dados coletados por meio das entrevistas e análise documental foram organizados, tabulados e categorizados para identificar temas e padrões relevantes relacionados à avaliação na educação infantil e ao uso do SGE. Essa tabulação inicial foi seguida de uma interpretação cuidadosa dos dados, buscando entender o significado dos padrões emergentes e como eles se relacionavam com as questões de pesquisa.

A análise de conteúdo pode ser conduzida através de uma modalidade denominada de *análise temática*, que consiste em um procedimento metodológico de análise qualitativa dos dados coletados para identificar, analisar, interpretar e descrever padrões/temas. Conforme afirmam Braun e Clarke (2006) a análise temática trata-se de um método flexível de análise da comunicação, que possibilita a elaboração de uma interpretação aprofundada dos dados e

suas respectivas unidades de registro. Na referida pesquisa, optou-se por essa abordagem de análise temática, por permitir que as categorias e temas emergentes fossem guiados pelos dados coletados, garantindo que a análise fosse rica em retornos contextuais. Este procedimento consentiu que os resultados refletissem fielmente as experiências e percepções dos participantes.

A análise de conteúdo também incluiu a validação dos resultados para garantir sua confiabilidade e validade. Hsieh e Shannon (2005) destacam a importância de revisar as categorias emergentes e os temas identificados com outros pesquisadores ou participantes da pesquisa para assegurar que a interpretação dos dados seja precisa e represente adequadamente as experiências dos participantes.

Por fim, a análise de conteúdo qualitativa não apenas descreveu os dados, mas também permitiu a construção de significados complexos a partir deles. Isso foi particularmente importante na pesquisa educacional, onde a interpretação dos dados levou a uma compreensão mais profunda das práticas pedagógicas e das percepções dos educadores.

4.10 Considerações éticas

Este estudo foi conduzido em conformidade com os princípios éticos que orientam a pesquisa envolvendo seres humanos, assegurando o respeito à dignidade, integridade e direitos dos participantes. Antes do início da coleta de dados, todos os participantes foram informados sobre os objetivos, procedimentos e possíveis implicações do estudo, bem como sua participação voluntária. Para tanto, foi fornecido um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, no qual constavam todas as informações necessárias, assegurando que os participantes compreendessem claramente sua função e os direitos envolvidos.

O anonimato e a confidencialidade foram garantidos em todas as fases da pesquisa. Nenhuma informação que pudesse identificar os participantes foi divulgada, e os dados coletados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, com a devida proteção, respeitando-se a privacidade dos envolvidos. Além disso, todos os dados foram armazenados de forma segura, com acesso restrito apenas à equipe de pesquisa, e serão destruídos após a conclusão do estudo, conforme previsto nas diretrizes éticas.

A pesquisa também seguiu as normas e regulamentações da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as diretrizes éticas para pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Além disso, como a investigação envolveu uma instituição educacional, foram obtidas as devidas autorizações da gestão da escola e da Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz Cabralia, assegurando que todas as etapas do estudo estivessem de acordo com as políticas institucionais e os princípios éticos estabelecidos (Brasil, 2016).

Por fim, foi garantido aos participantes o direito de desistirem da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou consequências para os mesmos. A pesquisa procurou, em todos os momentos, respeitar os princípios de beneficência e não maleficência, assegurando que não houvesse danos, riscos ou desconfortos significativos para os envolvidos.

CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Nesta seção, são apresentados inicialmente os resultados dos dados coletados relativos às entrevistas realizadas com os professores da Educação Infantil e os técnicos da Secretaria Municipal de Educação, por categorias como: i) os procedimentos de Avaliação na Educação Infantil na visão dos professores; ii) o SGE na visão dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação. Posteriormente são expostas as reflexões em torno da análise documental, iii) o SGE na perspectiva dos documentos que norteiam a sua utilização: a) do Projeto Político Pedagógico da CQVSI; b) do Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil; e, c) do Documento com a Especificação Técnica do SGE, incluindo o acesso e observação na prática do respectivo Sistema, atentando-se para suas funcionalidades na rede de ensino.

Para melhor visualização e entendimento dos resultados apresentados realizou-se uma análise comparativa dos dados coletados, sendo: i) o comparativo entre as percepções dos professores e dos técnicos e, ii) comparativo: a percepção dos entrevistados e os documentos analisados. Seguidamente de uma breve discussão das informações com base em autores que abordam sobre a temática em estudo.

5.1 Apresentação dos dados coletados

A presente análise tem por finalidade responder aos objetivos de estudo e de compreender as percepções dos entrevistados sobre a implementação do SGE na rede municipal de ensino, os principais desafios enfrentados, as vantagens da sua utilização, os impactados e as implicações a prática pedagógica na educação infantil, com foco na avaliação

e no acompanhamento do desenvolvimento das crianças. É importante esclarecer que, a coleta de dados envolveu 2 (dois) procedimentos – a “entrevista” e a “análise documental”.

As entrevistas foram realizadas através de “roteiros de entrevista” com questões abertas direcionadas para 10 (dez) Professores que atuam na Educação Infantil e para 3 (três) Técnicos da Secretaria Municipal de Educação, cuja atuação é direta no suporte ao SGE, totalizando assim, 13 (treze) participantes nessa pesquisa

Além das entrevistas, foi realizada a “análise documental” do PPP – Projeto Político Pedagógico do CQVSI e do Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil de Santa Cruz Cabralia, por meio de um “roteiro de análise documental”. Ainda, foi analisado o Documento com as Especificações Técnicas do SGE e acessado o Site do Sistema, para coletar o máximo de informações possíveis, com o objetivo de verificar a concepção de avaliação defendida nessas diretrizes e se estão em consonância com as práticas avaliativas realizadas no cotidiano da educação infantil.

A apresentação da análise e interpretação dos dados coletados foi estruturada com base nos objetivos da pesquisa, sendo separados pelos segmentos de professor e técnico, e, ainda foi separado pela análise documental. É oportuno esclarecer que foi utilizada a sigla (P) para Professores, sendo acompanhada por uma ordem numérica de 1 a 10. Já para identificar os Técnicos, utilizou-se a sigla (T), sendo acompanhada dos números de 1 a 3, objetivando preservar a identidade dos entrevistados.

A partir das respostas obtidas das entrevistas e da análise documental organizaram-se as seguintes categorias, descritas como: i) procedimentos de Avaliação na Educação Infantil na visão dos professores; ii) o SGE na visão dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação, e; iii) o SGE na perspectiva dos documentos que norteiam a sua utilização. Essas categorias foram divididas em subcategorias, para melhor a realização da análise de conteúdo, através da análise temática das informações coletadas.

5.2 Procedimentos de Avaliação na Educação Infantil na visão dos professores

Os resultados das entrevistas realizadas com docentes da educação infantil revelam percepções variadas sobre a importância da avaliação, com destaque para as formas de avaliação mais usadas (formativa e diagnóstica), assim como os procedimentos e instrumentos avaliativos. E, sobre o uso do SGE na perspectiva da avaliação, onde os educadores reconhecem os benefícios de uso do sistema, destacando a agilidade no registro de informações e no monitoramento contínuo do progresso das crianças. Sinalizando também as dificuldades, especialmente, relacionados à adaptação ao uso da tecnologia e à adequação do sistema às especificidades da educação infantil.

5.2.1 Importância da avaliação no contexto da educação infantil

A análise das respostas evidencia um consenso geral sobre a avaliação na Educação Infantil, destacando-a como um instrumento essencial e de fundamental importância no processo de acompanhamento e desenvolvimento das crianças. E, também para orientar a prática pedagógica docente. A seguir, elencam-se algumas falas que comprovam essa reflexão. “Avaliação é a maneira pela qual no dia a dia podemos observar o aprendizado das crianças no intuito de contribuir no seu desenvolvimento (P1, 2024)”. Para a P2 a avaliação permite “identificar potencialidades, e promover intervenções pedagógicas adequadas aos planejamentos futuros, respeitando os seus direitos de aprendizagem” (P2, 2024).

Outra docente pontuou que “a avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o

desenvolvimento infantil” (P3, 2024). Nesse sentido, a fala da (P5 e P7, 2024) vem sinalizar a perspectiva de avaliação diagnóstica ao afirmar que “a avaliação é necessária para saber quais as habilidades precisam ser trabalhadas nas crianças tanto no coletivo quanto no individual” (P5, 2024). A perspectiva diagnóstica é destacada também pela P7 (2024) “obter informações para ajudar no desenvolvimento das crianças para ampliar horizontes e transformar as práticas pedagógicas e melhor o ensino”.

As afirmações das docentes (P1, P2, P3, P5, P7) anteriormente destacadas enfatizam a avaliação como processo contínuo e formativo, que permite observar aprendizagens, identificar potencialidades e necessidades, além de promover intervenções pedagógicas adequadas. Além disso, P2 e P7 apontam a avaliação como um recurso para transformação da prática pedagógica, auxiliando na revisão e adaptação dos planejamentos educativos. Isso demonstra que a avaliação, mais do que um mecanismo de aferição de desempenho, é um instrumento reflexivo e de aprimoramento constante das estratégias de ensino.

Há de se considerar ainda que algumas docentes ressaltaram em suas resposta a avaliação como ferramenta de observação e acompanhamento individualizado, considerando aspectos afetivos, intelectuais e sociais do desenvolvimento infantil e sua evolução (P4, P6, P8). Conforme se constata na fala da P4 entende-se a avaliação como contínua e processual quando a docente destacou que “observamos desde o primeiro momento que os responsáveis entregam as crianças até o ultimo dia de aula, avaliamos cada detalhe, avanços e a regressão que as crianças tenham durante o ano letivo” (P4, 2024). E a P6 abordou sobre a “importância de examinar os estudantes da Educação Infantil é essencial, pois através dela é viável seguir o rendimento afetivo e intelectual de cada criança” (P6, 2024). Também “é importante porque através da avaliação que podemos observar, privilegiar os interesses e as necessidades de cada criança e acompanhar a sua evolução, acreditar e valorizar suas descobertas” (P8, 2024).

Somando-se a essas percepções sobre a avaliação, a P10 vem incluir a necessidade de respeitar as especificidades e diversidade das crianças, garantindo uma abordagem inclusiva no processo avaliativo quando destaca que “é preciso respeitadas especificidades (dificuldades, limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, lingüísticas ou ainda síndromes variadas, altas habilidades, dentre outras)” (P10, 2024).

Em síntese, a avaliação no contexto da Educação Infantil é compreendida como um processo dinâmico e humanizado, que possibilita não apenas acompanhar a aprendizagem, mas também respeitar as particularidades das crianças e aprimorar a qualidade do ensino.

5.2.2 Estratégias avaliativas na educação infantil e o papel do docente

Quando se discute sobre a necessidade da avaliação no contexto da Educação Infantil, é essencial a abordagem sobre estratégias avaliativas adotadas pelo docente. Com atenção para o seu papel enquanto responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento infantil. Destaca-se a seguir, algumas falas das docentes, a respeito disso.

A P1 (2024) afirmou que para avaliar é necessário “observar e registrar seus principais desenvolvimentos nas atividades cotidianas essas observações devem ser intencionais e ter como objetivo conhecer a criança integralmente”. Corroborando com essa afirmativa a P5 e P8 ressaltaram que “o principal método é a observação com anotações sobre o desenvolvimento das crianças nas atividades cotidianas” (P5 e P8, 2024).

Somando-se a essas ponderações, além da observação e registro no processo avaliativo das crianças a P10, complementou que “a observação deve ser intencional e ter como objetivo conhecer a criança integralmente, através de conversas, relatórios e avaliações diagnósticas para entender o contexto familiar, incentivar a alta avaliação, envolver os alunos

em diversas atividades”. Outra importante consideração sobre a observação foi acrescentada pela P2 que é “a observação coletiva”.

De modo geral, a análise das respostas demonstra um entendimento coletivo de que a avaliação na Educação Infantil deve ser contínua, formativa e baseada na observação das interações e atividades cotidianas das crianças. Nota-se que a maioria dos entrevistados enfatizou a observação dos alunos como principal método avaliativo (P1, P5, P8 e P10, 2024), destacando-se também os registros fotográficos e filmagens para documentar o desenvolvimento infantil (P2, 2024).

Nessa perspectiva algumas respostas ampliam essa visão incluindo diferentes estratégias avaliativas, como dinâmicas, brincadeiras, momentos musicais e atividades lúdicas, como se comprova nas falas das (P3 e P9, 2024). Segundo a P3 (2024) “a avaliação pode ser através das dinâmicas, atividades e brincadeiras desenvolvidas. Podendo observar e acompanhar a evolução da criança nas descobertas” (P3, 2024). De forma complementar a P9 enfatizou que “a avaliação ocorre em observações diárias, através de jogos, brincadeiras, momentos musicais, momentos de leitura, sempre de forma lúdica” (P9, 2024).

Além disso, a avaliação é vista como um processo integral, que não se limita ao desempenho acadêmico, mas também considera aspectos emocionais, sociais e motores das crianças (P4, P6), como é revelado na fala “avaliamos tudo nas crianças desde o choro, alimentação e manuseio de objetos, durante uso de banheiro ou fralda, quando colocamos pra dormir ou dormindo, nas atividades livres ou dirigidas, no faz de conta, escolha dos tipos de brinquedos ou brincadeiras” (P4, 2024).

Para a P6, “o exame deve ocorrer de modo permanente e educativo, empregando variados meios e dados, tais como olhares diretos, anotações escritas, coleções, autoexame e envolvimento dos pais, sempre respeitando as diversidades e as singularidades das crianças” (P6, 2024). Esse pensamento complementa-se com a visão da P7, quando indica que a

avaliação deve ser “um processo contínuo e formativo em que o professor e os demais da escola (coordenação, direção) contemplem aspectos que sirvam para conhecer o aluno” (P7, 2024)

Observa-se que a visão das (P6 e P7) evidenciaram a necessidade de envolver não apenas o professor, mas toda a comunidade escolar e as famílias no processo avaliativo, garantindo uma visão mais ampla do desenvolvimento infantil. Além disso, quando se retoma a fala da P10 (2024) exposta anteriormente, a mesma mencionou sobre a importância de relatórios e avaliações diagnósticas no processo de compreensão do contexto familiar e incentivo da autoavaliação.

No geral, as respostas indicam um entendimento alinhado às diretrizes da Educação Infantil, reforçando que a avaliação deve ser processual, lúdica e reflexiva. De modo que sejam respeitadas as individualidades das crianças e promovidos um acompanhamento significativo do seu crescimento e aprendizagem.

5.2.3 A avaliação da educação infantil no contexto do SGE

Quanto à questão de os procedimentos avaliativos utilizados pelas docentes serem contemplados e suficientes para os registros relacionados ao desenvolvimento das crianças, todas as docentes consideraram que sim. Elenca-se a seguir a fala de algumas delas, observando o quanto se aproxima dos modelos de avaliação (formativa ou diagnóstica) e dos procedimentos avaliativos (avaliação descritiva e observação dos alunos).

Na visão de uma das docentes é possível “acompanhar sua evolução e será um documento registrado, facilitando assim comparar a evolução de um bimestre e outro” (P1, 2024). Nesse sentido, a avaliação é percebida como contínua e processual, dentro de uma perspectiva formativa.

Com destaque para o registro de observação dos alunos no SGE, a P3 (2024) ressaltou que “com os registros podemos acompanhar e observar” (P3, 2024), dando ênfase ao que dispõe no SGE. Corroborando com essa afirmativa a P8 destaca que “permite registrar o desenvolvimento, as conquistas, as descobertas, as dificuldades individuais e em grupo, oferecendo uma visão minuciosa de cada criança” (P8, 2024).

Outra docente revelou um olhar mais voltado para a avaliação diagnóstica, afirmando que “é através da avaliação que direciono as atividades a serem desenvolvidas com as crianças, visando sempre o desenvolvimento das habilidades que são necessárias” (P5, 2024). Assim como, a P10 (2024) quando destacou em sua fala “acredito que através da observação das atividades específicas, relatórios, avaliações descritivas, entre outras, é possível perceber o desenvolvimento da criança seguindo os objetivos de aprendizagem de acordo a BNCC atrelando as vivências e particularidades de cada um (P10, 2024).

5.2.4 Vantagens do SGE: visão docente

A maioria dos professores entrevistados apontou que a implementação e uso do SGE, em Santa Cruz Cabralia-BA trouxe melhorias significativas na organização do trabalho escolar. Destacando cinco vantagens relacionadas à utilização do SGE, a saber:

a) a centralização das informações das crianças em uma plataforma acessível para toda a rede, inclusive para as famílias, facilitando o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das crianças. Isso se comprova na fala da professora, a seguir: “O SGE veio para nos nortear e ajudar nos registros da evolução da criança, podendo a qualquer momento tirar dúvida e nos auxiliar em outras questões” (P1, 2024).

Tal afirmativa reforça que uma das finalidades do SGE está sendo atendida. E, outras duas docentes destacaram como vantagem de utilizar o SGE “praticidade e direção dos

procedimentos educativos da criança e adaptabilidade, na execução do mesmo, além de não nos sobrecarregar com documentos” (P9 e P10, 2024).

Aqui também é possível considerar o aspecto da conectividade com as famílias. Tendo em vista que o SGE fortalece a comunicação entre os diferentes setores da educação, promovendo uma abordagem mais integrada e colaborativa. Conforme destacado por uma das docentes entrevistadas como vantagem de usar o SGE, de forma positiva, “pois tudo e todos estão conectados para melhorar a educação, por exemplo: o plano de aula, registros dos dados sobre as crianças, troca de informações com a escola, a secretaria de educação e a família com o aplicativo família conectada” (P10, 2024). Essa interligação entre professores, gestores e famílias contribui para um acompanhamento mais eficaz e transparente da aprendizagem das crianças.

b) a possibilidade de gerar relatórios personalizados, que não só facilitam o trabalho de documentação, mas também ajudam na comunicação com os pais. Conforme foi destacado por uma das docentes entrevistadas: “As informações registradas no Sistema nos fazem ter uma visão ampla sobre as crianças e seus aspectos de desenvolvimento” (P9, 2024). Contribuindo para o processo de avaliação na educação infantil.

Um exemplo prático dessa afirmativa da docente é a facilidade que se tem para preparar relatórios bimestrais sobre o progresso das crianças, destacando-se delas tanto as habilidades desenvolvidas quanto as áreas que necessitam de maior atenção.

c) a organização e clareza que o SGE oferece, com a afirmação da própria docente, “o SGE permite certa facilidade e controle dos processos educacionais da criança e flexibilidade no preenchimento do mesmo, além de não nos sobrecarregar com papéis” (P1, 2024). Essa facilidade de uso e a capacidade de acessar o sistema de qualquer local com conexão à internet são vistas como melhorias significativas na gestão escolar, abrangendo os aspectos pedagógicos.

d) o auxílio e suporte no processo de avaliação na educação infantil, de modo que o SGE tem se mostrado um recurso essencial para a avaliação, oferecendo ferramentas que possibilitam um acompanhamento detalhado e sistemático do desenvolvimento das crianças. Como destacado por uma professora, “o SGE é como se fosse o diário de cada criança com todas as observações e registros, por isso ajuda muito” (P3, 2024). Essa funcionalidade permite um registro contínuo das informações, favorecendo uma visão mais ampla sobre o progresso infantil.

Além do armazenamento de dados, o SGE também facilita o processo avaliativo ao fornecer direcionamento para os docentes. Um educador afirma que “o SGE nos dá direcionamento para avaliar as crianças, pois facilita com as opções de múltipla escolha” (P4, 2024). Nesse sentido, o sistema auxilia na organização das informações e na identificação de aspectos relevantes do desenvolvimento infantil. Outro professor reforça essa ideia ao mencionar que “acredito que sim, pois ajuda o professor a ter um olhar direcionado para os aspectos de desenvolvimento ali descritos” (P5, 2024). Dessa maneira, o SGE não apenas sistematiza as informações, mas também contribui para um acompanhamento mais criterioso e individualizado de cada criança.

A estrutura do SGE também permite que a avaliação seja mais abrangente e contínua. Como pontuado, “o SGE ajuda na avaliação da Educação Infantil, pois proporciona um ambiente para documentar, monitorar, avaliar e aprimorar as ações educacionais feitas com as crianças” (P6, 2024). Esse suporte tecnológico possibilita um olhar mais atento às necessidades pedagógicas e ao desenvolvimento infantil. Outro relato destacou que “com o SGE podemos fazer um processo de avaliação contínuo e acompanhar cada aluno, identificar potenciais e dificuldades, tudo isso com a agilidade no acesso” (P7, 2024). Isso demonstra como o sistema favorece uma avaliação mais dinâmica e eficiente.

Mais um aspecto relevante é a otimização do tempo e a centralização das informações. Um professor observa que “pode auxiliar fazendo todo o processo com muito mais agilidade e organização. Além de reduzir drasticamente a perda de tempo, os recursos tecnológicos centralizam os dados de maneira mais clara, tem uma visão do desempenho de cada criança.” (P8, 2024). Essa funcionalidade torna o processo avaliativo mais ágil e estruturado, permitindo que os educadores tenham um panorama completo do desenvolvimento dos alunos.

As ponderações dos docentes evidenciaram que o SGE se destaca como um suporte fundamental na avaliação da Educação Infantil, promovendo organização, agilidade e integração entre os diferentes agentes do processo educacional, garantindo um desenvolvimento mais eficiente e personalizado para cada criança.

e) redução de gastos, em decorrência da eliminação quase que completa do uso de papel e quantitativo de tempo e de pessoas para a execução de atividades relacionadas aos registros sobre a vida escolar dos alunos no SGE. Conforme destacou a docente, “uma das vantagens seriam reduções de gastos ajudando a economizar recursos financeiros e materiais” (P6, 2024). Essa afirmativa vem reforçar o papel do SGE não apenas como uma ferramenta de organização pedagógica e administrativa, mas também como uma estratégia de racionalização de recursos.

5.2.5 Desvantagens encontradas na utilização do SGE: visão docente

Dentre os professores entrevistados menos da metade disseram que não encontram nenhuma desvantagem quanto ao uso do SGE. E, mais da metade sinalizam para algumas desvantagens. E, nesse sentido, as docentes sinalizaram para duas desvantagens, a saber:

a) a dificuldade de adaptação e manutenção do sistema, especialmente entre professores que possuem menos familiaridade com ferramentas digitais. Sendo que nas áreas rurais e de difícil acesso, onde a conectividade via internet são inconstantes, essas dificuldades são ainda mais acentuadas. Fato que se comprova com o relato de uma professora: “A desvantagem é que fica tudo online; é necessário o *login* para ter acesso às informações” (P7, 2024).

Ou seja, em sua fala fica evidente a dependência da conectividade para o uso pleno do SGE, em sua falta o acesso continua a ser comprometido. Outro aspecto também, “é a dificuldade de manutenção no sistema”, destacada pela (P8, 2024). Nota-se um direcionamento nas falas da P7 e P8 (2024), no aspecto técnico da aplicabilidade do SGE.

b) o SGE ainda não é totalmente adequado às necessidades da educação infantil. Eles mencionam a falta de módulos mais específicos que possam melhor auxiliar no planejamento pedagógico e na avaliação do desenvolvimento das crianças. Tal percepção se revela na afirmação: “Para o sistema ser completo, precisa passar por avaliação e adaptação” (P1, 2024). Nessa perspectiva, outro docente sugeriu que o sistema deveria fornecer “gráficos de desempenho por aluno/turma/instituição de ensino com direcionamento pedagógico para sanar as dificuldades” (P3, 2024), o que facilitaria a interpretação dos dados e o planejamento de intervenções mais eficazes.

Outra docente também se posicionou, a respeito disso, a P10 (2024) “a falta de adequação de certos itens à modalidade da Educação Infantil e a complexidade de algumas questões, o que torna difícil a escolha de respostas entre múltiplas opções”. Essa fala revela a percepção de que determinados elementos do sistema ainda não dialogam plenamente com as práticas pedagógicas da Educação Infantil. Isso pode comprometer a precisão dos registros avaliativos.

De forma semelhante, outra docente destaca a limitação nas opções de resposta, comparando o formato atual ao antigo diário impresso, o que sugere a necessidade de uma maior flexibilidade e personalização dos registros no sistema digital, “a desvantagem é que as opções de respostas para questão sobre a criança são restritas assim como no antigo diário impresso” (P5, 2024). Essas colocações reforçam a importância de constantes atualizações e ajustes no SGE, para que ele possa de fato refletir a diversidade e complexidade do desenvolvimento infantil e atender com mais precisão às demandas dos profissionais da educação.

5.2.6 Sugestão de melhorias do SGE: proposição dos docentes

Como feito nas duas seções anteriores, onde foram apontarem as vantagens e desvantagens sobre o SGE, é pertinente elencar também as sugestões dadas pelos docentes, visando aprimorar e maximizar o uso do SGE, no contexto da educação infantil. Apresenta-se a seguir tais sugestões:

a) necessidade de ampliar o SGE com um módulo mais específico para a avaliação das crianças e, em conformidade com as modalidades (educação especial, inclusiva, indígena e do campo), de modo a ampliar as opções de indicadores do desenvolvimento das crianças.

Nesse contexto, as falas dos docentes evidenciam lacunas que precisam ser supridas para garantir uma avaliação na educação infantil mais justa e abrangente, pois de acordo com a P5 (2024) “precisa ter espaço para contemplar a avaliação das crianças com necessidades especiais”. Essa observação revela que o sistema atual ainda não contempla plenamente as especificidades da educação especial. A ausência de campos direcionados ou indicadores adaptáveis limita a capacidade do docente em registrar com precisão os avanços, desafios e

particularidades das crianças, prejudicando a individualização do acompanhamento pedagógico.

Mais adiante outra professora pontuou que “poderia orientar e sinalizar os critérios de avaliação para a criança com necessidade educacional especial” (P6, 2024). A fala vem reforçar a necessidade de diretrizes claras no SGE que orientem o educador na escolha de critérios avaliativos adequados às necessidades educacionais específicas, numa perspectiva inclusiva. Sendo que a falta de orientação nesse sentido pode comprometer a coerência e a efetividade do processo avaliativo, especialmente quando se trata de planejamentos pedagógicos inclusivos.

Essas contribuições demonstram que, para o SGE é essencial como suporte à avaliação na Educação Infantil, entretanto ele precisa se tornar mais sensível às diferentes realidades educacionais, oferecendo subsídios práticos e funcionais que fortaleçam a equidade e a qualidade no ensino desde os primeiros anos.

b) a demanda de agregar ao SGE uma espécie de feedback visual e não somente os dados de desempenho das crianças, mas, algo além disso. A fala da docente expressou que é importante “fornecer gráficos de desempenho por aluno/turma/instituição de ensino, com direcionamento pedagógico para sanar as dificuldades” (Ibidem).

Ou seja, a exemplo da interpretação desses dados conforme os parâmetros da educação infantil poderiam fornecer aos docentes algumas sugestões pedagógicas com base nessa interpretação e nos dados inseridos. Isso ajudaria os docentes a compreenderem melhor as informações de todas as crianças e, assim, poderiam planejar e adotar as intervenções mais apropriadas, facilitando o desenvolvimento das crianças.

c) a necessidade de capacitação contínua foi amplamente reconhecida, pois os docentes enfatizaram que um treinamento contínuo ajudaria a superar as dificuldades técnicas, e, ao mesmo tempo explorar todo o potencial do SGE, enriquecendo as práticas

educativas. Como uma das docentes explicitou em sua fala: “poderia disponibilizar sugestões de atividades e/ou plano de aula com base nas dificuldades de aprendizagem” (Ibidem).

A docente destaca claramente sobre a necessidade de desenvolver-se ferramentas pedagógicas complementares dentro do SGE, enriquecendo o seu uso. Mais adiantes outra professora destacou “poderia já iniciar o ano letivo apto a ser usado com todas as correções e ajustes necessários efetuados” (P2, 2024).

De modo geral, as entrevistas com os docentes indicam que, o SGE é sim uma ferramenta muito útil e eficaz, no processo de organização, acompanhamento e progresso das crianças. Contudo, ainda existem alguns pontos do SGE que demandam aprimoramento. Nessa perspectiva, as sugestões dadas pelos docentes, como a inclusão de módulos específicos, dentro do SGE, permitindo o detalhamento do desenvolvimento das crianças que demandem de cuidados maiores, em virtude de algum tipo de deficiência. E, o investimento em formação docente, são passos cruciais para otimizar o uso SGE, contribuindo com o desenvolvimento integral das crianças.

5.3 O SGE na visão dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação

Os resultados das entrevistas realizadas com os *Técnicos* que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz Cabralia revelaram retornos significativos sobre a implementação e utilização do SGE no município. Esses profissionais destacaram em suas falas 4 (quatro) pontos principais, a saber: a) as vantagens relacionadas ao uso do SGE; b) os desafios que ainda são enfrentados ao longo dos cinco anos na trajetória de implementação do SGE; c) a importância da formação continuada para os usuários, e; d) a necessidade de atualização constante do SGE para melhorar a funcionalidade e interface com os usuários.

5.3.1 Trajetória da implementação do SGE: na percepção dos técnicos

Inicialmente vale esclarecer que a implementação do Sistema de Gestão Educacional (SGE) já estava prevista no Plano Municipal de Educação (2014/2024), mas a implementação ocorreu no final de 2019, sendo sua concretização durante a pandemia de COVID-19, no decorrer de 2020. A necessidade emergente de ferramentas tecnológicas para viabilizar o ensino remoto impulsionou a adoção do SGE, que se tornou essencial para a continuidade das atividades educacionais.

Feito o devido esclarecimento, elenca-se algumas considerações sobre a trajetória da implementação do SGE, a partir do olhar de um dos entrevistados quando afirma que a ideia, inicial, “na verdade, tem 17 anos, quando eu cheguei aqui em Cabrália, olhando o contexto geral do município, vi que a tecnologia passava muito distante mesmo, daí perguntei a Israel o que ele acha da gente pensar uma proposta de tecnologia” (T1, 2024).

Pelo argumento do técnico percebe-se que até a sua concretização o SGE passou por uma jornada complexa e longa. Já que a ideia inicialmente surgiu há quase vinte anos atrás, numa época em que poucas escolas tinham acesso à informática. Conforme destacou o T1 (2024) “a gente até fez pesquisas onde tinha sistema, onde já funcionava em algum município no Brasil. A gente conseguiu localizar algumas cidades que já usavam esse sistema. E chegamos perto até de uma ideia do Instituto Ayrton Senna, que já tinha um sistema de tecnologia em algumas cidades que eles faziam acompanhamentos pedagógicos” (T1, 2024).

Toda a documentação era exclusivamente por papel. Assim, foram feitas várias tentativas com outros secretários de educação, no sentido de integrar toda a rede de ensino através de um sistema, mas não obtiveram sucesso, devido aos fatores limitadores como estrutura (internet e equipamentos, dentre outros).

Assim, o SGE se tornou realidade no final do ano 2019, com a determinação da equipe liderada pelo atual secretário de educação, que ao assumir a Secretaria de Educação firmou com o gestor municipal, na ocasião, o compromisso de colocar em prática algo que já havia sido pensado há muito tempo. O técnico em sua fala pontuou: “quando o Israel assumiu a secretaria, no dia seguinte, o sistema já estava sendo implementado, algo que planejávamos há anos, (T1, 2024)”.

O mesmo técnico abordou ainda que, antes da implantação do sistema foi questionado por alguns pessoas sobre o gasto com o sistema, entretanto, foi justificado pela própria empresa, AUGE Tecnologia que disponibilizaria o serviço que a implantação seria muito positiva para o município em vários aspectos. Na ocasião explicou “o sistema não é barato, mas ele vai aumentar seu número de alunos e seu FUNDEB, e eu fiquei imaginando assim, como isso era possível” (T1, 2024).

Mais adiante, o técnico afirmou que compreendeu depois de algum tempo como o SGE repercutiria na educação através “o Censo Escolar, então o sistema trabalhando com senso, ele fez o FUNDEB ir lá em cima, a gente buscou mais alunos. Então foi um diferencial no sistema, depois eu vim entender como o sistema de tecnologia poderia impactar no FUNDEB, e o aumento de número de alunos” (T1, 2024).

A respeito disso, o T2 lembrou que, “no início de 2020, a adaptação ao sistema foi intensa, no início de janeiro de 2020 foi muito corrido, mas era muito gratificante, porque a gente mexia em tudo no sistema” (T2, 2024). Nota-se que, no período de isolamento social, o SGE foi fundamental para inserir, gerir e atualizar os dados dos estudantes que já pertenciam à rede e aos novatos.

De acordo com a fala do técnico “durante a pandemia, o SGE foi crucial para o levantamento de dados, pois com as instituições de ensino fechadas, tivemos que nos adaptar e utilizar as informações cadastradas previamente no SGE, que foram atualizadas no final de

2019, sendo que durante as capacitações iniciais fomos instruídos sobre a importância e a necessidade de atualizar os registros” (T2, 2024).

Entretanto, a pandemia também trouxe desafios significativos para o SGE, recém implantado, como a necessidade de condensar dois anos letivos em um único período, exigindo adaptações complexas, como pontuadas pelo técnico. “Em 2021 nós tivemos muitas dificuldades, por conta da pandemia, atrapalhando muito, tivemos que fazer, dentro do sistema, dois anos em um. Isso foi mais difícil do que as parametrizações normais, do ano letivo de 200 dias” (T2, 2024). Um pouco mais à frente, explicou o técnico, que foi necessário “dividir isso em dois anos, em um ano só, ou seja, pegar dois anos e colocar em um ano só. Então, se tornou mais difícil ainda” (T2, 2024).

Esses relatos evidenciam a importância do SGE como ferramenta de gestão educacional, especialmente em tempos pandemia, ao mesmo tempo em que destacam a necessidade de flexibilidade e suporte contínuo para lidar com dificuldades inesperadas. Dentro dessa trajetória é importante destacar 2 (dois) aspectos fundamentais quanto à adoção do SGE, que são:

a) a capacitação, sendo que inicialmente era feita pela empresa AUGE Tecnologia, prestadora de serviço, com foco apenas para os técnicos da educação e alguns funcionários das escolas. E, gradativamente foi estendendo-se para todos os secretários escolares, coordenadores, gestores e professores da rede municipal de ensino. A fala de um dos técnicos expressou “tivemos que capacitar todos, desde os técnicos até os professores, para garantir que todos soubessem utilizar o sistema de forma eficaz” (T1, 2024).

b) a informatização de todas as escolas da rede, sendo adquiridos notebooks, impressoras e acesso à internet, sendo esses equipamentos necessários para a preparação, do uso do SGE, especialmente porque o município enfrentava um contexto limitado quanto ao

uso de tecnologia. Nesse sentido, vivenciou-se uma mudança de paradigmas, onde o uso da tecnologia se tornou essencial.

Ilustrando essa questão a fala da T2 “já no início de 2020 foi fazer a matrícula, tudo online, era genial. Foi uma confusão no início, assim, porque os pais ficavam muito angustiados”. Então, era o primeiro ano de uso do sistema, “a gente percebeu isso, aí, vamos chamar o pai, a gente faz a matrícula, a pré-matrícula dele aqui, mostrando a ele que vai ser fácil, e já matricula a criança” (T2, 2024).

5.3.2 Vantagens de uso do SGE: na visão dos técnicos

Os técnicos foram unânimes em reconhecer as vantagens que o SGE trouxe para a gestão educacional de Santa Cruz Cabralia. Desse modo, na visão dos técnicos entrevistados o trabalho da Gestão Educacional, em a rede melhorou, principalmente, em 4 (quatro) aspectos:

a) no processo de matrícula e gestão de turmas, permitindo agrupar e montar turmas, dentre outras tarefas, conforme a etapa e modalidade de ensino tudo isso, em tempo real visualizando a disponibilidade de vagas de cada Unidade de Ensino e no geral para a Secretaria de Educação. Isso facilita todo o trabalho das escolas.

A fala do entrevistado T2 (2024) evidencia os benefícios concretos e operacionais do Sistema de Gestão Educacional (SGE) no cotidiano das escolas, especialmente no início do ano letivo, momento geralmente marcado por intensa demanda administrativa. E, nesse aspecto o técnico destacou que “o processo de todo início de ano letivo, dava muito trabalho na escola”, como montar turma, lista de alunos, “plaquinhas pra sala de aula com nomes dos alunos. Lista de aluno pra professor sem um erro de digitação, porque o professor tem que

escrever o nome, a data de nascimento, o contato. Isso tudo a gente tem pronto hoje” (T2, 2024), a partir dos dados do SGE.

O técnico entrevistado destaca como o SGE automatiza tarefas que antes eram manuais e suscetíveis a erros, como a montagem de turmas e listas. A centralização e digitalização das informações dos alunos no SGE agilizam os processos e garantem maior precisão: “então, isso, pra quem trabalha na secretaria, é maravilhoso. O que você tem de cuidar é que os dados sejam atualizados e bem digitados. Mas o resto, você pega tudo nesse sistema” (T2, 2024).

Essa fala da T2 enfatiza que, uma vez feito um cadastro completo e correto, os dados podem ser utilizados de forma eficiente e sem retrabalho, o que representa uma melhoria significativa na rotina das secretarias escolares: “se você tiver o cadastro do aluno todo alinhadinho, o nome de pai, o endereço, o número de documentação, de registro do aluno, CPF, isso aí nunca mais vai ter problema” (T2, 2024).

Dessa forma, o depoimento da técnica ilustrou muito bem como o SGE se tornou um recurso indispensável para otimizar a gestão escolar, reduzir erros manuais e permitir que as equipes administrativas foquem em tarefas mais estratégicas. Atentando-se para que haja o cuidado com a atualização correta das informações.

b) na automatização das tarefas que anteriormente eram realizadas manualmente, como o preenchimento do Censo Escolar e do diário de Classe. Ou seja, o SGE permitiu uma sincronização automática e eficiente com a Plataforma do Censo Escolar, diretamente com o Ministério da Educação (MEC). Sendo reduzido o trabalho que antes demandava de mais tempo grande (uns dois meses), além de deslocamentos dos secretários das escolas até a Secretaria de Educação, envolvendo maior (tempo e esforço) dos funcionários.

Nesse aspecto foi destacado o Diário de Classe, sendo válido trazer as palavras do técnico “o diário de classe. Este é um negócio sensacional. Por exemplo, antigamente era

preciso preencher o diário de classe manualmente. Hoje, no diário de classe você tem todas as turmas, alunos, matrículas, notas dos alunos” (T1, 2024). O entrevistado ressalta como o diário de classe digital representa uma inovação significativa em comparação com o modelo anterior, feito de forma manual. A automatização do processo não só economiza tempo, como também assegura maior organização e confiabilidade nos registros escolares.

Mas adiante também destacou “o currículo está o diário de classe, este é um negócio de Cabrália, que outro município não tem” (T1, 2024). Neste trecho, observa-se o orgulho em relação à singularidade e ao pioneirismo do município de Cabrália, na região na utilização da tecnologia educacional, em virtude do acesso facilitado ao currículo diretamente pelo diário de classe, destacando-se como um diferencial local importante.

Por fim, o técnico argumentou que “você tem em seu diário de classe os conteúdos, as habilidades, o modelo do plano de aula, do planejamento quinzenal e anual, tudo disponível” (T1, 2024). A fala do técnico destaca o diário de classe digital como um avanço do SGE, reforçando sua relevância ao unir planejamento pedagógico e prática docente num só ambiente, promovendo maior organização, eficiência e inovação nas escolas.

Também cabe explicar sobre o Censo Escolar, onde o técnico destacou a significativa melhoria operacional proporcionada pelo SGE, no processo de integração com o Censo Escolar, enfatizando a eficiência e a economia de recursos alcançados, caracterizando como uma das vantagens do SGE “a importação de dados para o censo escolar. A sincronização desse sistema com o censo escolar, antes era uma 100 pessoas para fazer o censo. E agora só uma pessoa, ninguém faz isso” (T1, 2024). Neste trecho, evidencia-se a drástica redução de pessoal necessário, anteriormente para a realização do Censo Escolar, passando de uma equipe de cem pessoas para apenas uma, graças à sincronização eficiente entre o SGE e o Sistema do Censo.

O técnico também destacou que “era uma loucura fazer o censo” escolar, mas hoje as escolas, só precisam manter o cadastro dos alunos atualizados no sistema e “atribuir às turmas, as aulas, os horários dos professores. A gente só vem aqui, e clica, e se tudo sincronizado, demora menos de 10 segundos para toda a escola entrar no sistema do Censo Escolar” (T1, 2024). Ressaltou-se a simplicidade e rapidez do processo atual, onde, com os dados devidamente atualizados, a submissão das informações ao Censo Escolar é realizada em menos de dez segundos, contrastando com a complexidade anterior. Explicou ainda que:

Pode levar algum tempo se houver erros no cadastro do aluno ou professor. Por exemplo, o nome João Matos Melo pode aparecer de forma incorreta no SGE, enquanto o correto seria João de Matos Melo. Ao tentar importá-lo, você nota essa discrepância e vamos corrigir isso. Agora, essa tarefa é bem fácil e não exige muito esforço. No que diz respeito à etapa do censo sobre alunos reprovados, as escolas nem chegaram a realizar. Apenas informamos à equipe que o censo está finalizado, uma vez que realizamos a importação dos dados. Às vezes, reflito sobre como os municípios conseguem operar sem essa tecnologia, considerando nossa experiência com o sistema. (T1, 2024)

O depoimento do técnico mostrou como o SGE facilitou a gestão do Censo Escolar, tornando os processos mais rápidos e com menos erros. Destaca-se a importância de manter os dados atualizados, já que o sistema permite identificar e corrigir falhas com agilidade. Antes, tarefas demoradas e manuais agora são feitas com poucos cliques, mostrando como a tecnologia tornou o trabalho mais eficiente.

c) nos aspectos pedagógicos dando a possibilidade de gerar relatórios detalhados sobre o desempenho dos alunos e auxiliando na tomada de decisões pedagógicas. A respeito disso, um dos técnicos destacou que “na parte pedagógica, o que eu acho importante, é que você tem um monte de ferramenta disponível pelo sistema que lhe ajuda a ordenar, a coordenar a parte pedagógica de maneira muito mais estruturada mesmo” (T2, 2024).

Essa afirmação demonstra que o SGE não atua apenas como um repositório de dados, mas oferece funcionalidades que apóiam diretamente o trabalho pedagógico, organizando e direcionando as ações da gestão escolar. Ao complementar sua fala explicou “você tem

relatórios que disponibilizam notas das crianças, quantidade de alunos por turma, quantidade de alunos que não está na média” (T2, 2024).

O posicionamento da entrevistada veio destacar como o SGE contribui para uma gestão pedagógica mais organizada e eficiente, ao oferecer relatórios detalhados que facilitam o acompanhamento do desempenho dos alunos, a identificação de dificuldades e o planejamento educacional com base em dados.

d) no processo de atualização e sincronização de todos os dados da rede municipal, sendo aperfeiçoado desde sua implantação. Tendo em vista que, o SGE tem “a capacidade de atualização, ele se adapta às necessidades de Cabrália de forma eficaz. O sistema que existia em 2019 é totalmente diferente do que temos agora em 2024. Hoje, ele é muito mais dinâmico, refletindo melhor a nossa realidade” (T3, 2024).

Nota-se que a fala do entrevistado destaca a evolução significativa do SGE ao longo dos anos, sublinhando sua capacidade de adaptação às necessidades específicas do município de Cabrália. Entendendo que essa transformação demonstra não apenas avanços tecnológicos, mas também uma sintonia com o contexto educacional local, o que reforça a importância de soluções flexíveis e atualizáveis para a gestão escolar.

E, mais adiante o mesmo técnico também destacou que as modificações e adaptações, já superadas no SGE foram resultados de vários encontros e discussões “com professores, coordenadores e secretários, cada detalhe foi cuidadosamente considerado, desde a nomenclatura até as melhorias. Essa abordagem torna o sistema mais próximo dos usuários, professores e secretaria se sentem mais integrados e fornece o suporte necessário” (T3, 2024).

Em sua fala enfatizou o processo colaborativo que permitiu tais melhorias, evidenciando o papel ativo de professores, coordenadores e secretários na construção de um sistema mais funcional e próximo do dia a dia escolar. Essa colaboração contínua entre os usuários e os desenvolvedores do sistema fortalece o senso de pertencimento e usabilidade,

fazendo do SGE não apenas uma ferramenta técnica, mas também um suporte prático e eficiente para toda a comunidade escolar.

5.3.3 Problemas enfrentados no uso do SGE e ações realizadas para sua melhoria: visão dos técnicos

Mesmo reconhecendo as vantagens do SGE, os técnicos identificaram alguns problemas enfrentados na utilização do SGE, sendo mencionados 2 (dois) problemas que estão interligados entre si, a resistência ao uso do SGE e a falta de familiaridade com a tecnologia.

a) a resistência de alguns usuários – que ainda têm dificuldade em aceitar a tecnologia como uma ferramenta facilitadora dos trabalhos na educação. Assim, os técnicos relataram que, mesmo diante da disponibilidade do SGE, registrar e sincronizar os dados em tempo real, algumas pessoas não consideram o SGE como uma ferramenta útil nas escolas. Enxergam como “castigo, algo que só torna suas vidas mais difíceis. Por exemplo, eles desenvolvem planos de aula em cadernos e depois repassam para o SGE. Portanto, o SGE termina virando o passar a limpo de uma tarefinha feita de outra forma” (T2, 2024).

A fala anterior evidencia a percepção negativa de alguns profissionais em relação ao SGE, que, em vez de ser visto como facilitador, é interpretado como um fardo adicional. A prática de elaborar planos de aula manualmente para depois transferi-los ao sistema revela um uso duplicado e pouco eficiente da ferramenta, transformando o SGE em uma tarefa burocrática. Complementando esse pensamento outro técnico argumentou que, “as pessoas precisam esperar que O SGE ajude a tornar as coisas mais fáceis. Na verdade, os usuários precisam perder o medo e tirar as dúvidas e utilizar o SGE” (T3, 2024).

Por fim o T1, explicou “você pode sentar na frente do computador e reescrever seu plano de aula sempre que quiser. Não precisa mais de papel, então, o maior problema é o servidor aceitar que esta tecnologia apenas facilita o seu trabalho” (T1, 2024). A fala dos técnicos revela uma tensão importante na implementação de tecnologias educacionais, surgindo uma resistência à mudança por parte de alguns profissionais. Embora o SGE ofereça facilidades evidentes, como a possibilidade de escrever os planos de aula diretamente no computador e eliminar o uso de papel, definitivamente.

Quando a fala do técnico T1 (2024) evidencia que “o maior o problema é o servidor aceitar que esta tecnologia apenas facilita o seu trabalho” nota-se um desafio cultural e comportamental na adoção de ferramentas digitais (a aceitação por parte dos usuários). E, mesmo mediante dos benefícios concretos, a dificuldade em mudar práticas tradicionais pode limitar o aproveitamento pleno do potencial do SGE. Contudo, essa resistência à inovação, torna-se um obstáculo que precisa ser considerado nas formações para mudança desse pensamento.

b) a falta de familiaridade – com a tecnologia que acaba interferindo na inserção de dados no SGE. Conforme destacado pelo T1 (2024) quando afirma que problema é que tem de inserir as informações no sistema, exigindo que o professor organize seu tempo. Não é possível deixar tudo para depois. “Há um prazo para conclusão do planejamento, inserir as aulas no diário e registrar as observações”. Antigamente, com no diário de papel, era comum, chegar a janeiro, maio e alguns ainda estivessem lançando conteúdos do ano anterior, “tinha que procurar o diário, era uma confusão”. Atualmente, “se essa tarefa não for cumprida, o encerramento do ano letivo fica comprometido, afetando outros docentes e o relatório final da instituição, o que prejudica o SGE”.

Esse posicionamento do técnico revela como o SGE impõe uma nova dinâmica de responsabilidade e organização ao trabalho docente. Ao exigir o lançamento constante e

dentro do prazo de informações como planejamento, registros de aulas e anotações, o sistema desencoraja a procrastinação, tornando a informalidade que existia no uso do diário de papel. O depoimento também destaca que, anteriormente, havia flexibilidade excessiva, onde os professores registravam conteúdos com meses de atraso, gerando desorganização. Agora, com o SGE, a regularidade no preenchimento torna-se essencial para o bom funcionamento do sistema, impactando inclusive o fechamento do ano letivo e a atuação de outros colegas. A fala explicita tanto a eficácia quanto a pressão que o SGE pode exercer, ao mesmo tempo em que promove maior rigor na gestão pedagógica.

Além disso, o posicionamento do técnico, mostra que é preciso intensificar a formação e preparação dos docentes para a execução das atividades disponíveis no SGE. Tendo em vista, o atendimento pleno da finalidade do SGE, conforme discutido no capítulo 1, especificamente no item 1.3 desta pesquisa.

É preciso enfatizar que o propósito do SGE é justamente para melhorar o trabalho docente, portanto é necessário desconstruir essa visão que alguns docentes ainda carregam. E, nessa perspectiva de superação desses problemas destacados, anteriormente, foram adotadas algumas estratégias como: a capacitação contínua e o atendimento individualizado para secretários escolares e visitas às escolas, sempre que solicitado, para sanar as dúvidas quanto ao uso do SGE, em casos específicos. No sentido de promover mudanças na mentalidade dos usuários do SGE, criando mais proximidade entre os usuários e o sistema.

Dessa forma, um dos técnicos, enfatizou a importância de manter um diálogo aberto com os professores e coordenadores das escolas para resolver dúvidas e ajustar o sistema conforme necessário, afirmando que “durante as formações, os professores começaram a perceber que o sistema era mais fácil de usar do que imaginavam, o que ajudou a reduzir a resistência” (T3, 2024).

5.3.4 Sugestões para melhorias do SGE: na visão dos técnicos

Em resumo, os Técnicos da Secretaria de Educação de Santa Cruz Cabralia reconhecem o impacto positivo de utilizar o SGE na rede de ensino. Contudo, enfatizam sobre a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do SGE. E, sugerem algumas ações para promover melhorias tornando-o ainda melhor para seus usuários. Apresentam-se, a seguir as sugestões dos técnicos entrevistados:

a) Adaptação do sistema para atender melhor às especificidades da educação infantil, das crianças com necessidades especiais. A respeito disso, um técnico argumentou que “na Educação Infantil vejo que a implementação de módulos mais adequados deve priorizar a educação, incluindo alunos com necessidades especiais, um tema em que estamos trabalhando para integrá-lo à Educação Infantil” (T1, 2024). Sublinha-se a importância de considerar as particularidades da Educação Infantil e da Educação Inclusiva na implementação e no aprimoramento do SGE.

Mais adiante o técnico explica que “é importante dar ênfase ao diagnóstico dessas crianças, pois essa área também requer atenção” (T1, 2024). Esse ponto destaca a urgência de incorporar mecanismos eficazes para o diagnóstico e acompanhamento dos alunos com necessidades específicas, assegurando que o SGE seja uma ferramenta realmente inclusiva. “Além disso, ao falarmos sobre essa modalidade, é notável que a avaliação deixe a desejar. Não existem critérios ou diretrizes claras para a avaliação em educação inclusiva no SGE, fica uma lacuna” (T1, 2024).

Ademais, destacou-se as limitações do SGE referente ao quesito da avaliação na Educação Infantil, sobretudo na inclusão de crianças com necessidades especiais, apontando a ausência de diretrizes claras para avaliação como uma lacuna que compromete a equidade e a eficácia pedagógica proposta no SGE.

b) Capacitação para superar as dificuldades relacionadas ao uso do SGE, garantindo que o sistema atenda plenamente às necessidades do contexto educacional local e no contexto da educação infantil. Um dos técnicos observou que durante as formações quem estava participando colocava suas dificuldades, e:

Nós as solucionávamos juntos naquele instante. Era interessante notar que, ao final, percebiam que tudo era mais simples do que imaginavam. Estabelecemos um diálogo constante, mantendo uma comunicação fluida. Incluímos os professores e coordenadores nesse processo, aproximando-os e integrando-os à Secretaria de Educação, buscando apoio e serenidade para todos. Existe também a importância da acolhida. (T3, 2024)

A argumentação do técnico demonstra a importância do diálogo, acolhimento e formação continuada como estratégias fundamentais para a implementação eficaz do SGE. Quando explica que muitas das dificuldades relatadas pelos docentes eram resolvidas de forma prática e imediata durante as formações, comprovando como o contato direto e o suporte técnico reduz resistências e desmistificam o uso da tecnologia. Assim, a experiência de perceber que o sistema é mais simples do que se imaginava reforça o valor da escuta ativa e da aproximação entre a Secretaria e os profissionais da escola. Nesse contexto, a “receptividade” pode ser traduzida como um elemento essencial para o sucesso do processo de mudança, promovendo confiança e segurança entre os usuários do SGE.

A fala do participante T2 vem reforçar o papel do SGE como ferramenta facilitadora no cotidiano escolar, ao destacar sua aplicabilidade tanto na rotina pedagógica quanto administrativa. Quando destacou, “acho que a solução para isso é usar o sistema. É a coordenação escolar, usar o que está disponível, o relatório, fazer as reuniões, os ACs baseados nos relatórios” (T2, 2024).

Evidencia-se como o uso estratégico dos relatórios disponíveis no SGE pode orientar as ações pedagógicas, contribuindo para decisões mais fundamentadas e eficientes. Mais a frente complementa que “quanto mais a gente usa, mais fica claro que o SGE é pra ajudar. É

um negócio pra usar, pra ser mais fácil. Não é uma ferramenta de tortura” (T2, 2024). Por fim, a fala do participante vem reforçar uma mudança de percepção sobre a utilização do SGE partindo de uma visão de resistência para aliado, tornando a rotina escolar mais prática, dinâmica e organizada.

5.4 O SGE e a perspectiva dos documentos que norteiam a avaliação na educação infantil

Nessa categoria, aborda-se a utilização do SGE e a perspectiva dos documentos norteadores da avaliação na educação infantil na rede de municipal, partindo da *análise documental* realizada que, neste estudo focou em 2 (dois) documentos principais, a saber: i) o Projeto Político-Pedagógico do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil – CQVSI (2024) e ii) o Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil (2022) de Santa Cruz Cabralia. Incluído ainda, nesta análise, iii) o Documento com a Especificação Técnica do Sistema de Gestão Educacional – SGE (2025).

É importante esclarecer que, também foi necessário acessar a plataforma (sge.cabralia.ba.gov.br) com *login* e senha de usuário, para observar os modelos de avaliação disponíveis no SGE, onde detectou-se os tipos de registros possíveis de se fazer, dentro do SGE, sendo elas: “avaliação descritiva” e “observação do aluno” para a etapa da educação infantil. Tanto os documentos citados, quanto o acesso ao sistema, ora destacado possibilitou verificar se a concepção de avaliação defendida no PPP do CQVSI e do RCMEI está em consonância com o SGE.

Por conseguinte, a análise dos documentos mencionados tem em vista compreender quais as diretrizes relacionadas à utilização do SGE no contexto da educação infantil em Santa Cruz Cabralia, com um olhar específico sobre a gestão dos processos pedagógicos e

avaliativos do trabalho docente em sala de aula. Neste sentido, seguem abaixo os resultados obtidos, a partir da análise documental.

5.4.1 O Projeto Político Pedagógico do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil: em análise

O PPP do CQVSI, com vigência no triênio 2024-2026, foi elaborado de forma coletiva, envolvendo a equipe escolar, pais, e a comunidade. Este documento norteia as ações educativas, desde a organização curricular até a avaliação das práticas pedagógicas. O PPP é descrito como um “instrumento norteador das práticas escolares” que considera as demandas internas e externas da instituição, com uma clara ênfase na gestão democrática e na participação da comunidade escolar (Bahia, 2024).

O PPP destaca a importância de uma educação integral que contempla tanto o “cuidar” quanto o “educar,” em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Além disso, o documento reconhece a necessidade de constante atualização e revisão para se adequar às mudanças sociais e tecnológicas, o que reflete um compromisso com a qualidade educacional e a inclusão.

Entretanto, um ponto importante levantado no PPP do CQVSI é a necessidade de fortalecer a relação com a comunidade local, por meio de parcerias e voluntariados que promovam ações conjuntas para o benefício das crianças e seus familiares. O documento também aponta para a importância de um ambiente escolar que seja acolhedor e propício ao desenvolvimento integral das crianças, com uma ênfase particular no suporte às crianças com necessidades especiais (Bahia, 2024).

5.4.2 Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil: em análise

O RCMEI de Santa Cruz Cabralia, elaborado na coletividade e colaboração dos profissionais da educação municipal durante o ano pandêmico de 2020, com a aprovação e homologação em 2022 pelo CME, serve como um guia para as práticas pedagógicas nas instituições de educação infantil do município. Esclarece-se que este documento está alinhado com a BNCC e as DCNEI, promovendo uma abordagem que valoriza o desenvolvimento integral das crianças, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos.

Dessa forma, RCMEI destaca a importância de práticas pedagógicas que sejam culturalmente relevantes e que respeitem a diversidade presente no município, o que é crucial em uma região marcada por uma rica diversidade étnica e cultural. Ele também enfatiza a importância de avaliações contínuas e formativas que auxiliem no acompanhamento do desenvolvimento das crianças, sem a utilização de métodos classificatórios ou excludentes (Bahia, 2022).

Além disso, RCMEI sublinha a importância de um planejamento pedagógico que seja flexível e adaptável, capaz de responder às necessidades emergentes das crianças e às demandas da sociedade contemporânea. Este enfoque vem garantir que as práticas educativas sejam sempre alinhadas às melhores práticas pedagógicas, preservando-se os princípios de inclusão e equidade.

5.4.3 Documento Especificação Técnica do SGE: em análise

O Documento Especificação Técnica do Sistema de Gestão Educacional – SGE (2025) detalha as funcionalidades e objetivos deste sistema, que foi implementado para modernizar e integrar as operações administrativas e pedagógicas nas escolas do município.

O SGE é projetado para facilitar o trabalho dos educadores, oferecendo ferramentas que automatizam o registro de notas, frequência, e o planejamento pedagógico, além de melhorar a comunicação entre os diversos atores do ambiente escolar (Bahia, 2025).

Uma das principais vantagens apontadas no documento é a capacidade do SGE de centralizar informações e permitir um acompanhamento mais detalhado do desempenho escolar das crianças. Isso é particularmente importante em áreas rurais ou de difícil acesso, onde o acesso a tecnologias de comunicação pode ser limitado.

Entretanto, a análise documental também revela desafios na implementação do SGE, especialmente no que diz respeito à capacitação dos usuários e à adequação das funcionalidades do sistema às especificidades da educação infantil. O documento sugere a necessidade de módulos mais intuitivos e de uma interface que seja mais amigável para os educadores, muitos dos quais têm pouca familiaridade com o uso de tecnologias digitais em suas práticas diárias.

A análise documental realizada neste estudo oferece uma visão abrangente dos desafios e oportunidades enfrentados na educação infantil em Santa Cruz Cabralia. Os documentos analisados apontam para um compromisso com a qualidade educacional, a inclusão e a participação democrática, ao mesmo tempo que revelam áreas onde ainda há necessidade de melhorias, como a capacitação dos educadores no uso de novas tecnologias e a adequação dos sistemas de gestão às necessidades pedagógicas específicas das crianças.

5.4.4 Acesso à Plataforma do SGE no âmbito da avaliação na educação infantil

Ao acessar e observar a plataforma do SGE utilizado pelo município de Santa Cruz Cabralia, especificamente na aba “Educador”, nota-se que o sistema oferece algumas funcionalidades ligadas ao processo de avaliação na educação infantil. Assim, quando se clica

no item “Apontamento de desempenho”, o sistema apresenta apenas 2 (duas) opções de avaliação que podem ser utilizadas pelos professores. Sendo uma delas a “Avaliação descritiva” e a outra a “Observação do aluno”. A seguir, detalham-se as características e os propósitos de cada uma delas.

a) *A avaliação descritiva* – dentro do SGE permite que os professores realizem uma avaliação mais ampla e estruturada das crianças. Essa avaliação está diretamente alinhada aos Campos de Experiências estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, os quais são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Para cada campo de experiência, o sistema oferece a possibilidade de avaliar as crianças com base em três conceitos: “sim”, “não”, ou “às vezes”, o que torna o processo de avaliação mais objetivo e sucinto, facilitando a mensuração do desenvolvimento de cada criança. Ao possibilitar o acompanhamento bimestral dos alunos e a geração de relatórios, o SGE oferece uma forma de monitorar a evolução do desenvolvimento infantil ao longo do ano letivo, considerando tanto os aspectos cognitivos quanto comportamentais das crianças.

b) *A observação do aluno* – oferece uma maior liberdade aos professores, permitindo que registrem suas impressões de maneira mais qualitativa e descritiva sobre o progresso dos alunos. Essa ferramenta é essencial para registrar aspectos específicos do desenvolvimento das crianças, que podem não ser capturados pela avaliação descritiva mais formal. Através dessa funcionalidade, os professores podem registrar o progresso das crianças em áreas como a escrita, oralidade, identificação de formas geométricas, números e letras, além de aspectos ligados à criatividade e expressão artística, como desenho, colagem e modelagem com massinha. Além disso, a ferramenta possibilita a documentação de como as crianças interagem com seus pares, lidam com tarefas cotidianas e sua capacidade de seguir instruções,

completando o processo de avaliação com uma visão mais holística e individualizada do desenvolvimento infantil.

5.4.5 A concepção de avaliação defendida no PPP e sua consonância com o SGE

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil, é possível identificar uma grande convergência entre as concepções de avaliação defendidas pelo documento e os elementos de avaliação implementados no SGE. O PPP da instituição reforça a ideia de que a avaliação na educação infantil deve ser contínua e processual, com ênfase na observação diária do desenvolvimento das crianças, tanto individual quanto coletivamente (Bahia, 2024). Esse processo é descrito no PPP como um acompanhamento sistemático e documentado, realizado bimestralmente, conforme os registros feitos no SGE, tanto na forma de Avaliação Descritiva quanto nas Observações sobre as crianças.

O PPP é guiado pelas orientações do Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil (2022), que destaca a observação como um instrumento central para a compreensão das potencialidades e necessidades de desenvolvimento das crianças. Conforme o RCMEI, a observação permite ao professor investigar o desenvolvimento das crianças de forma contínua e crítica, registrando os avanços e os desafios que surgem ao longo das atividades diárias (Bahia, 2022).

Essa abordagem quanto à observação das crianças é concretizada no SGE, quando o sistema possibilita o registro livre das observações diárias feitas pelos docentes, proporcionando uma maior articulação entre as diretrizes pedagógicas do PPP e as funcionalidades oferecidas pelo sistema.

Outro ponto relevante é que o PPP da creche vem reforçar a adoção de um modelo avaliativo integrado às práticas pedagógicas, possibilitando aos docentes utilizarem os registros. E, não apenas para acompanhar o desenvolvimento das crianças, mas também para refletir sobre as intervenções pedagógicas necessárias (Bahia, 2024).

Nessa perspectiva, o SGE, quando permite o registro contínuo e o acompanhamento sistemático dos dados, torna-se uma ferramenta que dá o suporte para registrar, concretizando-se a visão processual da avaliação e facilitando a organização dos registros. Ao mesmo passo que promove uma visão mais completa do desenvolvimento infantil, conforme defendido pelas diretrizes pedagógicas da instituição.

5.5 Análise comparativa dos dados coletados

Os dados coletados permitiram proceder a uma análise comparativa, e identificar convergências e divergências entre a percepção dos docentes e dos técnicos sobre a implementação e uso do SGE em Santa Cruz Cabralia, considerando-se as diretrizes estabelecidas nos documentos analisados nessa investigação. Essa comparação é fundamental para compreender a dinâmica que envolve o uso do SGE no contexto educacional infantil. Com a possibilidade de identificar os aspectos que ainda exigem melhorias e que podem contribuir para a otimização das práticas pedagógicas.

5.5.1 Comparativo entre as percepções dos professores e dos técnicos

A Figura 6 apresenta o resumo das 4 (quatro) principais percepções dos professores e dos técnicos pesquisados sobre o uso do SGE, com atenção para as vantagens, desvantagens e

dificuldades. Destacando-se os pontos de concordância e discordância, conforme organização no quadro abaixo.

Figura 6: Percepções dos professores e dos técnicos sobre o SGE

Nº	Aspecto	Percepção dos Professores	Percepção dos Técnicos
1	Quanto ao uso	Dificuldades enfrentadas pelos usuários quando não há conexão de internet (especialmente em áreas rurais e de difícil acesso).	Facilidade de uso do SGE, após a aquisição de equipamentos, conexão à internet e treinamento dos docentes.
2	Benefícios percebidos	Facilidade e agilidade no registro do desenvolvimento das crianças.	Melhoria na gestão de dados e acompanhamento escolar.
3	Desafios	A falta de adequação dos módulos atuais, para atender as especificidades da educação infantil, incluindo os procedimentos avaliativos.	Resistência inicial dos usuários; Necessidade de adequação de módulos específicos para a educação infantil; Manter a formação continuada quanto ao uso do SGE.
4	Sugestões de Melhoria	Inclusão de módulos para educação infantil, contemplando ferramentas e campos específicos para inserir as modalidades de ensino (educação especial, do campo e indígena).	Continuidade das capacitações e ajustes no sistema.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os dados indicam que tanto os professores quanto os técnicos reconhecem os benefícios do SGE, como a centralização das informações e a agilidade nos processos

administrativos. No entanto, os professores relatam maior dificuldade, para o uso do sistema, especialmente em áreas rurais e/ou de difícil à internet muitas vezes sofre oscilações.

Os técnicos da secretaria destacaram a evolução do SGE desde sua implementação, com melhorias contínuas que têm tornado o sistema mais próximo das necessidades dos usuários. Essa percepção é menos evidente entre os professores, que ainda vêem o SGE como uma ferramenta que necessita de ajustes para atender plenamente às demandas da educação infantil. Essa diferença entre a percepção deles pode ser atribuída à falta de comunicação eficaz sobre as melhorias implementadas, a necessidade de personalizações mais visíveis para os usuários finais e oferta de capacitação contínua.

5.5.2 Comparativo: a percepção dos entrevistados e os documentos analisados

A Figura 7 traz um comparativo entre a percepção dos entrevistados e as diretrizes educacionais estabelecidas nos documentos analisados, especialmente o PPP do CQVSI e o RCMEI, destacando 4 (quatro) aspectos.

Figura 7: A percepção dos entrevistados e a sua relação com as diretrizes

Nº	Aspecto	Percepção dos Entrevistados	O que dizem as Diretrizes Documentais
1	Integração entre Educação e Gestão	Reconhecimento dos benefícios do SGE na gestão educacional	PPP e RCMEI enfatizam a importância da integração e da democratização da gestão educacional

2	Adequação do Sistema à Educação Infantil	Professores apontam o descompasso entre as atividades práticas e sua adequação com o SGE	Tanto o PPP e quanto o RCMEI determinam que as práticas avaliativas e pedagógicas devem respeitar as especificidades da educação infantil
3	Inclusão e Equidade	Sugestão de inserção de outros aspectos e/ou módulos no SGE, atendendo às diversas modalidades de ensino.	PPP e RCMEI destacam a necessidade de práticas inclusivas e adaptativas.
4	Capacitação e Formação Contínua	Necessidade de capacitação contínua	PPP e Referencial destacam a importância da formação continuada para os educadores

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise comparativa anteriormente mostrada revela que os entrevistados reconhecem os benefícios do SGE. Contudo, há um desalinhamento entre o que o sistema disponibiliza e as diretrizes estabelecidas nos documentos analisados. Por exemplo, embora os documentos enfatizem sobre a importância de práticas pedagógicas adaptadas, para a educação infantil, essa adaptação não é percebida pelos professores. Por isso, eles sugerem a inclusão de módulos específicos no SGE para atender melhor a essa faixa etária.

Entretanto, quando se discute sobre a necessidade de capacitação contínua tanto os professores quanto os técnicos, no seu posicionamento estão coerentes com as diretrizes do PPP e RCMEI. Tendo em vista que, esses documentos destacam a formação continuada como um pilar essencial efetivação de práticas pedagógicas efetivas, incluindo o SGE como uma importante ferramenta tecnológica.

Esse pensamento convergente sugere que a capacitação deve ser uma prioridade na agenda da Secretaria Municipal de Educação, no sentido de garantir que os profissionais estejam mais preparados para melhor utilizarem o SGE de maneira eficaz, alcançando melhores resultados na educação.

5.6 Discussões com Base em Autores da Área

Os desafios e as vantagens presentes no processo de implementação e de utilização do SGE em Santa Cruz Cabralia podem ser interpretados à luz da literatura acadêmica. Incluindo o processo de avaliação, no âmbito da educação infantil e o uso de tecnologias no contexto educacional. Nesse sentido, diversos autores fornecem subsídios valiosos que ajudam a entender os fenômenos observados nessa pesquisa, sob vários ângulos.

Gil (2021) é um dos principais autores que discute a importância da preparação adequada dos usuários e a adaptação dos sistemas às realidades locais no contexto educacional. O autor argumenta que a introdução de novas tecnologias, como o SGE, requer uma compreensão profunda das condições locais e a formação dos usuários para que possam utilizar essas ferramentas de maneira eficaz.

No caso de Santa Cruz Cabralia, a resistência e/ou dificuldade inicial dos professores quanto ao uso SGE, especialmente em áreas rurais (devido à problemas com a conectividade) limitada, pode ser vista como manifestação desse fenômeno. Nesse viés Gil (2021) sugere que a familiarização com as tecnologias e a demonstração de benefícios tangíveis são cruciais para superar a resistência e garantir a adoção bem-sucedida dos sistemas tecnológicos.

Essa visão é complementada por Moran (2015), que destaca a necessidade de contextualizar as inovações tecnológicas no ambiente escolar, adaptando as ferramentas às necessidades específicas dos educadores e estudantes. Procedendo-se a atualização e

interatividade do sistema. No caso do SGE, a necessidade de módulos mais intuitivos e adaptados à educação infantil, conforme mencionado por professores e técnicos entrevistados, reflete a importância dessa adaptação contextual.

Moran (2015) enfatiza que a tecnologia por si só não transforma a educação; é necessário que as ferramentas sejam integradas de forma coerente com as práticas pedagógicas existentes e que os educadores se sintam capacitados para utilizá-las. Caso contrário será só mais uma ferramenta. Luckesi (2011) contribui para esse debate quando discute sobre a importância de práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças. Defendendo que a avaliação na educação deve ser um processo formativo, que ajude a identificar as necessidades dos alunos e a desenvolver estratégias pedagógicas que promovam seu pleno desenvolvimento.

Em se tratando do contexto de uso do SGE, a ausência de módulos específicos para a educação infantil é uma lacuna a ser fechada, pois limita a capacidade dos educadores de utilizar o sistema para apoiar práticas inclusivas e centradas no desenvolvimento da criança. A falta de ferramentas adequadas para lidar com as especificidades da educação infantil pode resultar em uma subutilização do SGE e, conseqüentemente, em uma menor eficácia na promoção de uma educação de qualidade.

A necessidade de formação contínua, mencionada pelos entrevistados, é amplamente apoiada na literatura educacional. Libâneo (2013) argumenta que a formação docente é um elemento crucial para a implementação eficaz de novas tecnologias na educação. Destacando que para a tecnologia contribuir com a melhoria do ensino e da aprendizagem, os educadores precisam estar não apenas familiarizados com as ferramentas, mas também capacitados para integrá-las de forma significativa em suas práticas pedagógicas. Sendo que essa formação deve ser contínua e reflexiva, permitindo que os educadores adaptem suas práticas conforme surgem novas demandas e tecnologias.

Vasconcelos (2013) e Hoffmann (2013) enfatizam o papel do educador como mediador do conhecimento e defensor de uma educação transformadora da realidade, no sentido de promover a mudança de postura e da concepção da prática educativa, através da sua formação. Vasconcelos (2013, p. 35) “é preciso mudar a postura, o que implica a alteração tanto da concepção quanto da prática” de avaliação concebida nas instituições de ensino infantil. Sobretudo “a avaliação, [...], é uma prática coletiva que exige a consciência crítica e responsável de todos” (Hoffmann, 2013, p. 141).

Por isso, uma formação contínua que utilize as tecnologias como ferramentas, é essencial para que os educadores possam exercer esse papel de forma plena, promovendo a mudança na postura e na concepção da sua prática. Para então, promover o pensamento crítico e a autonomia das crianças. No caso do SGE, a formação dos professores para o uso do sistema é vital para garantir que eles possam utilizá-lo de maneira eficaz no apoio e no desenvolvimento integral das crianças, promovendo práticas pedagógicas inclusivas.

Além disso, Gatti (2013) destaca que a formação docente deve ser contextualizada e alinhada com as demandas reais dos educadores e das escolas. Ela argumenta que a formação deve ser baseada em uma análise cuidadosa das necessidades e desafios enfrentados pelos professores no dia a dia, garantindo que as capacitações sejam relevantes e aplicáveis à prática pedagógica. No contexto de Santa Cruz Cabralia, isso significa que as capacitações relacionadas ao SGE devem abordar especificamente as dificuldades relacionadas ao uso do sistema no aspecto técnico, administrativo e pedagógico, conforme a identificação feita pelos docentes, em cada situação.

A integração de tecnologias na educação infantil, como observado no uso do SGE, também pode ser analisada à luz das políticas educacionais discutidas nas diretrizes operacionais nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024). O documento enfatiza que independente dos modelos avaliativos a serem adotados, pressupõe-

se a existência de medidas que garantam a transparência nos processos de formulação e execução dos mecanismos de monitoramento e avaliação, além de assegurar a participação ativa da comunidade escolar e de setores que exercem o controle social das políticas de Educação Infantil (Brasil, 2024). Ou seja, o sistema organizacional da educação infantil deve ser compreendido como um processo coletivo, que envolve a participação ativa de todos os atores da comunidade escolar, incluindo gestores, professores, pais e crianças.

A introdução de tecnologias como o SGE pode facilitar essa organização coletiva, mas também exige que as políticas de formação e capacitação sejam adequadas para que todos possam participar de maneira efetiva. Brasil (2024) acrescenta que as ferramentas avaliativas não se baseiem apenas em estratégias de natureza informativas, mas também ofereçam recursos de formação para todos os envolvidos. Esse é um diferencial significativo, pois permite que os processos de avaliação avancem além de uma perspectiva estritamente diagnóstica, com a finalidade de melhorar a qualidade da educação infantil.

A prática avaliativa na educação infantil é de extrema importância para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que fornece diagnóstico específico para a tomada de decisão a partir da análise da realidade encontrada, Neves et al. (2024), com ênfase nas ações e interações das crianças, nos procedimentos, espaços e materiais, assim como nos instrumentos de registro envolvidos nesse processo (Barbieri et al. 2024). A prática avaliativa deve ser facilitada por ferramentas tecnológicas que promovam a transparência e o acesso à informação.

No caso do SGE, a centralização das informações e a possibilidade de acesso por parte de professores e técnicos são vistas como avanços importantes na educação infantil em Santa Cruz Cabrália. No entanto, a resistência ao uso do sistema e as dificuldades na adaptação indicam que a execução de tecnologias deve ser acompanhada de políticas de formação e suporte que garantam a inclusão de todos os membros da comunidade escolar.

No relatório de monitoramento global da educação de 2023, a Unesco discute a integração da tecnologia no ambiente educacional, ressaltando que a comunidade escolar deve assumir a liderança nesse processo. O documento enfatiza que as diretrizes para a tecnologia educacional devem ser fundamentadas em uma perspectiva pedagógica, focada na aprendizagem e no bem-estar dos estudantes, com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais. Para alcançar isso, é essencial que haja um comprometimento político, o desenvolvimento de novas habilidades técnicas e a criação de uma estrutura organizacional que suporte a execução de iniciativas tecnológicas. A elaboração de políticas de educação digital, dada sua natureza complexa e multifacetada, requer habilidades e competências das equipes dos ministérios e secretarias de educação.

Em suma, a discussão baseada nos documentos e autores da área revela que a implementação e a utilização de tecnologias educacionais, como o SGE, são processos complexos que exigem uma abordagem multifacetada. A formação contínua, a adaptação contextual das tecnologias e a promoção de práticas avaliativas e pedagógicas inclusivas são elementos essenciais para garantir que essas ferramentas realmente contribuam para a melhoria da educação infantil no município. A literatura educacional oferece um suporte robusto para entender os desafios e as oportunidades observadas na pesquisa, fornecendo um quadro teórico que pode orientar futuras intervenções e políticas educacionais em Santa Cruz Cabrália e em outros contextos similares.

CAPITULO 6. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

6.1 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar a utilidade do Sistema de Gestão Educacional no processo de avaliação da educação infantil no Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil, em Santa Cruz Cabralia, Bahia. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar percepções diversas dos professores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação, além de explorar os documentos institucionais da escola e o funcionamento do sistema. Os resultados confirmam que, embora o SGE tenha potencial para facilitar o processo de avaliação, há desafios que precisam ser enfrentados, especialmente em relação à adaptação pedagógica e à infraestrutura tecnológica.

Ao discutir o primeiro objetivo específico, que era descrever o processo de avaliação segundo a concepção dos docentes, a pesquisa revelou que os professores vêem o SGE como uma ferramenta útil, especialmente para o acompanhamento contínuo das crianças. No entanto, ficou claro que muitos ainda percebem a avaliação como um processo predominantemente descritivo e mecânico, muitas vezes descolado das práticas pedagógicas mais reflexivas e integradoras que a BNCC propõe. O desafio maior relatado foi alinhar a utilização do SGE com uma prática avaliativa que valorize o desenvolvimento integral das crianças, e não apenas suas competências acadêmicas imediatas.

O segundo objetivo específico era relatar os procedimentos utilizados para registrar e acompanhar o desenvolvimento das crianças. A partir deste estudo, observou-se que o SGE oferece funcionalidades importantes, como a inserção de registros de observação e o acompanhamento descritivo das crianças, mas os educadores ainda enfrentam dificuldades para utilizar essas ferramentas de forma mais abrangente e eficaz. A pesquisa destacou que os registros de observação, em particular, oferecem uma oportunidade valiosa para captar

nuances do desenvolvimento das crianças que não são evidentes em avaliações tradicionais, mas muitos professores não se sentem suficientemente capacitados para fazer esse tipo de registro de maneira adequada e detalhada.

O terceiro objetivo específico focava em identificar a utilidade do SGE segundo a percepção dos docentes e técnicos da secretaria de educação. A investigação revelou que, enquanto os técnicos da Secretaria de Educação tendem a valorizar o SGE pela sua capacidade de gerar relatórios e facilitar a gestão de dados educacionais, os professores apontam para limitações no uso da ferramenta para a educação infantil, destacando que o sistema não é tão intuitivo ou flexível quanto seria necessário para capturar a diversidade de processos avaliativos e pedagógicos em sala de aula. Isso sugere que o SGE, embora eficiente em algumas áreas administrativas, precisa de melhorias para realmente apoiar as práticas pedagógicas e avaliativas específicas da educação infantil.

Para o quarto objetivo específico que foi verificar a concepção de avaliação defendida nos documentos normativos da instituição de ensino fonte de pesquisa. A análise documental evidenciou uma convergência entre a concepção de avaliação proposta nos documentos e os elementos de avaliação aplicados no SGE. Revelou que o PPP segue as diretrizes do RCMEI, que ambos enfatizam a observação como instrumento fundamental para compreender as potencialidades e as necessidades das crianças. Além disso, o PPP destaca que a avaliação na educação infantil deve ser contínua e processual, com ênfase na observação diária do desenvolvimento das crianças, tanto em nível individual quanto coletivo. Esse processo é descrito no PPP como um acompanhamento sistemático e documentado, realizado bimestralmente, de acordo com os registros no SGE, que incluem tanto a Avaliação Descritiva quanto as Observações sobre as crianças.

O PPP reforça ainda que a avaliação necessite estar integrada às práticas pedagógicas, permitindo que os educadores utilizem os registros não somente para acompanhar o

desenvolvimento das crianças, mas também para ponderar sobre as intervenções educativas que se fazem necessárias. O SGE, ao permitir o registro contínuo e o acompanhamento sistemático dos dados, se torna um recurso que complementa essa abordagem processual da avaliação, facilitando a organização dos registros e oferecendo uma compreensão mais ampla do desenvolvimento das crianças, conforme prescrito nas diretrizes pedagógicas da instituição.

Por fim, este estudo evidenciou que a capacitação continuada dos professores e o desenvolvimento de infraestrutura tecnológica adequada é essencial para garantir o pleno aproveitamento das ferramentas oferecidas pelo SGE. A formação de professores deve ir além de uma abordagem técnica e focar em capacitar os educadores a utilizarem o SGE como uma ferramenta reflexiva e integradora, que possa contribuir para uma avaliação mais significativa do desenvolvimento das crianças. Em termos de infraestrutura, o estudo apontou que o acesso limitado à internet em algumas áreas ainda é um obstáculo significativo para a plena implementação e utilização do SGE.

Esses resultados indicam que, embora o SGE tenha um grande potencial para aprimorar o processo avaliativo na educação infantil, a sua efetividade depende diretamente de ações que considerem as particularidades pedagógicas dessa etapa de ensino e a superação das barreiras tecnológicas.

6.2 Recomendações

Com base nos achados da pesquisa, algumas recomendações são propostas para aprimorar o uso do SGE na educação infantil em Santa Cruz Cabrália:

1. Adaptação do SGE para a Educação Infantil: É recomendável que sejam desenvolvidos módulos específicos no SGE que atendam melhor às necessidades da

educação infantil. Esses módulos devem ser mais intuitivos e voltados para o planejamento pedagógico, incorporando ferramentas que permitam aos professores registrar de forma eficaz o desenvolvimento integral das crianças, incluindo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos.

2. Capacitação Contínua dos Educadores: A formação contínua dos educadores deve ser priorizada para garantir a plena utilização do SGE. Essa capacitação deve incluir não apenas o treinamento técnico sobre como usar o sistema, mas também uma reflexão pedagógica sobre como integrar o SGE nas práticas educativas de maneira que apoie o desenvolvimento das crianças. A formação deve ser acessível, contínua e adaptada às necessidades específicas dos professores, com ênfase em práticas pedagógicas inclusivas.
3. Melhoria da Infraestrutura Tecnológica: Investimentos em infraestrutura tecnológica são necessários, especialmente em áreas rurais, para garantir o acesso universal ao SGE. Isso inclui a melhoria da conectividade à internet e a disponibilização de equipamentos adequados nas escolas. A infraestrutura é um fator chave para a eficácia do SGE e, sem ela, as disparidades no acesso podem se tornar ainda mais pronunciadas.
4. Integração entre SGE e Práticas Pedagógicas: Recomenda-se uma maior integração entre o SGE e as práticas pedagógicas diárias. Os dados registrados no SGE devem ser utilizados ativamente para planejar e ajustar as práticas pedagógicas, garantindo que o sistema sirva como uma ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem e não apenas como um meio de registro administrativo.
5. Participação das Famílias no Processo Avaliativo: O SGE pode ser uma ferramenta valiosa para aumentar a participação das famílias no processo educacional. Recomenda-se aprimoramento de meios para incentivar o acesso dos familiares à

plataforma e o desenvolvimento de funcionalidades interativas que facilitem a comunicação entre a escola e as famílias, permitindo que os familiares e responsáveis acompanhem mais de perto o desenvolvimento das crianças e contribuam para o processo educacional.

6. Monitoramento e Avaliação Contínuos do SGE: A implementação do SGE deve ser continuamente monitorada e avaliada, com feedback regular dos educadores, técnicos e famílias. Esse monitoramento deve focar em identificar problemas de usabilidade, barreiras tecnológicas e o impacto real do SGE na qualidade da educação infantil. Com base nesses dados, ajustes e melhorias contínuas devem ser feitos para garantir que o sistema atenda às necessidades de todos os usuários.
7. Desenvolvimento de Políticas Públicas de Apoio: É fundamental que políticas públicas sejam desenvolvidas para apoiar a implementação, permanência e o uso eficaz do SGE, com foco na formação de professores, melhoria da infraestrutura e suporte técnico contínuo. Essas políticas devem garantir que todas as escolas, independentemente de sua localização, tenham as condições necessárias para utilizar o SGE de forma eficaz.

Estas recomendações, se implementadas, podem não apenas melhorar o uso do SGE na educação infantil em Santa Cruz Cabrália, mas também servir de modelo para outras localidades que enfrentam desafios semelhantes na integração de tecnologias educacionais.

REFERÊNCIAS

- Alves, K. K., & Côco, V. (2020). Indicadores do contexto brasileiro na materialização do convênio na educação infantil. *Eccos Revista Científica*, (54).
- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. (10ª ed). São Paulo. Atlas.
- Andriola, W. B., & Araújo, A. C. (2018). Potencialidades da avaliação formativa e somativa. *Revista Eletrônica Acta Sapientia*, 5(1).
- Arredondo, S. C., & Diago, J. C. (2013). *Avaliação educacional e promoção escolar*. Curitiba – PR. Editora InterSaberes.
- Bahia. (2010). *Portaria do SGE de nº 2.970, de 09/04/2010*. Sistema de Gestão Escolar – SGE. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Recuperado em 04/03/2025, de <http://www.sec.ba.gov.br/sge/sge.html>
- Bahia. (2015). *Plano Municipal de Educação 2015-2025*. Vol. 1. Prefeitura Municipal, SEMED/ CME. Santa Cruz Cabrália.
- Bahia. (2019). *Sistema de Gestão Educacional – SGE*. Secretaria Municipal de Educação. Santa Cruz Cabrália. Recuperado em 04/03/2025, de <https://sge.cabralia.ba.gov.br/>
- Bahia. (2022). *Parecer Técnico para Aprovação e Regulamentação do Documento Referencial Curricular Municipal de Santa Cruz Cabrália – DRCM*. Processo nº 0352/0580/2022. Parecer CME nº 079/2022. Aprovado em 08/07/2022. Ed 1.206/Ano 6, 12 de Julho de 2022. Pag. 3. SEMED/CME. Recuperado em 01/04/2025, de <https://doem.org.br/ba/santacruzcabralia/diarios/previsualizar/3WaE9laB>
- Bahia. (2022). Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil. In. *Referencial Curricular de Santa Cruz Cabrália*. (Versão Preliminar). Santa Cruz Cabrália. SEMED/CME/CMG.
- Bahia. (2022). *Resolução CME/SCC nº 80, 08 de julho de 2022*. Aprova, institui e orienta o processo de implementação do Documento Referencial Curricular Municipal – DRCM de Santa Cruz Cabrália. Ed 1.206/Ano 6, 12 de Julho de 2022. Pag. 7. SEMED/CME. Recuperado em 01/04/2025, de <https://doem.org.br/ba/santacruzcabralia/diarios/previsualizar/3WaE9laB>
- Bahia. (2023). *Monitoramento dos Planos de Educação e dados oficiais da educação municipal – Conselho Municipal de Educação (CME)*. SEMED/CME/Conselho do FUNDEB. Santa Cruz Cabrália.
- Bahia. (2024) *Parecer Técnico de análise sobre a regulamentação do sistema de gestão educacional – SGE*. Processo nº 0352/05-107/2024. Parecer CME nº 3/2024, aprovado em 19/12/2024. Ed 2.153(8) p. 17. Santa Cruz Cabrália. SEMED/CME. Recuperado em

08/04/2025, de
<https://doem.org.br/ba/santacruzcabralia/diarios/previsualizar/0VpO3njO>

Bahia. (2024). *Projeto Político Pedagógico – PPP do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil*. 49 f. 2024-2026. Santa Cruz Cabralia.

Bahia. (2024). *Resolução nº 087/2024, de 19 de dezembro de 2024*. Institui o uso do Sistema de Gestão Educacional - SGE. Como ferramenta de Tecnologia da Informação e Comunicação que agrega diversas funcionalidades: informação, armazenamento, suporte, organização, gerenciamento, monitoramento, sistematização e acompanhamento de dados relacionados à vida escolar dos(as) estudantes, bem como, os procedimentos didático-pedagógicos administrativos da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz Cabralia. Edição 2.153(8) 23/12/2024 p. 20. Recuperado em 08/04/2025, de <https://doem.org.br/ba/santacruzcabralia/diarios/previsualizar/0VpO3njO>

Bahia. (2025). *Documento especificação técnica do sistema de gestão educacional – SGE*. 115 f. Empresa Auge Tecnologia. Santa Cruz Cabralia.

Barbieri, R. de S. M., Costa, J. A. F. da, y Alves, T. F. (2024). Avaliação na educação infantil: acompanhamento e instrumentos de registros. In: *O processo de avaliação para aprendizagem*. Souza, L. O. dos S., Silva, M. S. P. de L., y Santos, S. M. de A. (orgs). Formiga, Minas Gerais, Editora Ópera, p. 101-104, p. 151.

Barbosa, M. C. S., Cruz, S. H. V., Fochi, P. S., & de Oliveira, Z. D. M. R. (2016). O que é básico na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?. *Debates em educação*, 8(16), 11-11.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70.

Batista, C. G. (1996). Observação, registro e análise de dados em situação de intervenção psicopedagógica. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2(04), 41-51.

Bodnar, R. T. M. (2006). *A observação e o registro pedagógico na formação em serviço: um estudo sobre as relações teórico-práticas com professoras da educação infantil*. 141 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC. Recuperado em 03/03/2025, de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88590>

Brasil. (2009). *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009*. As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil – DCNEI. MEC/CNE/CEB. Recuperado em 09/04/2025, de https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf

Brasil. (2012). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011*. Ed 35. Brasília. Edições Câmara.

Brasil. (2012). *Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação*. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria de número 1.147/2011. Brasília, DF. Ministério da Educação. Recuperado em 03/03/2025, de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1199

[0-educacao-infantil-sitematica-avaliacao-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](#)

Brasil. (2014). *Lei nº 13.0005/2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). MEC/SEB/CNE/CEB. Brasília, Distrito Federal. Recuperado em 09/04/2025, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Brasil. (2016) *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Conselho Nacional de Saúde – CNS. Ministério da Saúde. Brasília – DF. Recuperado em 17/03/2025, de: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>

Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, Distrito Federal. Ministério da Educação. Recuperado em 03/03/2025, de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192

Brasil. (2023). *Lei de diretrizes e bases da educação nacional – Lei nº 9.394/96*. (7ª ed). Brasília, Distrito Federal. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Recuperado em 05/03/2025, de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/642419>

Brasil. (2024). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024*. Brasília, Distrito Federal, Inep.

Brasil. (2024). *Lei nº 14.851, de 3 de maio de 2024*. Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade. Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Reproduzido em 01/04/2025, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14851.htm

Brasil. (2024). *Qualidade e equidade na educação infantil: princípios, normatização e políticas públicas*. Brasília, Distrito Federal, MEC, 68 p. Reproduzido em 01/04/2025, de <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnei/documentos>

Brasil. (2024). *Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024*. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Ed 205(1), p. 40, publicado em 22/10/2024. MEC/CNE/CEB. Reproduzido em 01/04/2025, de <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-1-de-17-de-outubro-de-2024-591687293>

Brasil. (2023). Censo escolar – sinopse: Santa Cruz Cabralia, Bahia. *Portal IBGE*. Reproduzido em 29/03/2025, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-cruz-cabralia/pesquisa/13/5902?ano=2008&tipo=grafico&indicador=77887>

Brasil. (2023). Censo Escolar: Santa Cruz Cabralia, Bahia. *Portal QEdu*. Reproduzido em 29/03/2025, de <https://qedu.org.br/municipio/2927705-santa-cruz-cabralia/censo-escolar>

- Brasil. (2023). Cidades e Estados. *IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Recuperado em 07/04/2025, de <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/santa-cruz-cabralia.html>
- Brasil. (2025). Avaliação da Educação Infantil – ANEI: A avaliação do processo de desenvolvimento da criança. *Portal Gov.br*. Recuperado em 08/04/2025, de <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnei/avaliacao-da-educacao-infantil>
- Brasil. (2025). *O MEC está junto com os municípios: a educação em Santa Cruz Cabralia*. Brasília. Distrito Federal. MEC/SEB.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n 2, p. 77-101.
- Campoy, A. T. (2018). *Metodología de la investigación científica: manual para la elaboración de tesis y trabajos de investigación*. Asunción: Marben.
- Carvalho, C. T. (2011). *Avaliação formativa: como prática educacional nos anos iniciais do ensino fundamental*. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Pedagogia. – Universidade Estadual de Goiás, Uruaçu – GO. Recuperado em 03/03/2025, de <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/2660>
- Cavalcanti Neto, A. L. G., & Aquino, J. D. L. F. (2009). A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica?. *Educação em revista*, 25(02), 223-240.
- Cequalini Filho, J. L. (2023). O uso das TICs no processo de ensino e aprendizagem da Matemática contextualizada. *Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA*. Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. 124 p. Recuperado em 05/03/2025, de <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/1481>
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. (2007). *Metodologia Científica*. São Paulo. Pearson Prentice Hall.
- Ciasca, M. I. F. L., & Mendes, D. L. L. L. (2009). Estudos de avaliação na educação infantil. *Est. Aval. Educ*, 293-304.
- Conceição, J. L. M. (2018). *Instrumentos de avaliação formativa: panorama e percepção docente*. 95 f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe – UFS. São Cristóvão, Sergipe. Recuperado em 03/03/2025, de <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11519>
- Coutinho, Â. S., & Moro, C. (2017). Educação infantil no cenário brasileiro pós golpe parlamentar: políticas públicas e avaliação. *Zero-a-seis*, 19(36), 349-360.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2017). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. SAGE Publications.

- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2011). *The Sage handbook of qualitative research*. SAGE Publications.
- Faria, A. P., & Bessler, L. H. (2014). A avaliação na educação infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas. *Nuances: estudos sobre Educação*, 25(3), 155-169.
- Fernandes, F. S., & Campos, M. M. (2015). Gestão da Educação Infantil: um balanço de literatura. *Educação em revista*, 31(1), 139-167.
- França, A. P. D. S. (2018). Avaliação na Educação Infantil: práticas e instrumentos utilizados na pré-escola. *Repositorio de Tesis y Trabajos Finales UAA*. Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. 124 pp. Recuperado em 03/03/2025, de <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/699/588>
- Freitas, L. C., de Sordi, M. R. L., Malavasi, M. M. S., & de Freitas, H. C. L. (2017). *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis – RJ. Editora Vozes Limitada.
- Freitas, S. L., Da Costa, M. G. N., & de Miranda, F. A. (2014). Avaliação Educacional: formas de uso na prática pedagógica. *Revista Meta: Avaliação*, 6(16), 85-98.
- Gatti, B. A. (2013). Formação de professores no Brasil: Características e problemas. *Educação & Sociedade*, 34(123), 1355-1379.
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre. Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2021). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (7ª ed.). São Paulo. Atlas.
- Guerres-Zucco, D., Zanella, A., & Coutinho, A. S. (2022). Instrumentos de avaliação e parâmetros de qualidade para a educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, 52.
- Hernández Sampieri, H., Callado, C. & Lucio, M. (2006). *Metodología de la investigación*. (5th ed.). México. Interamericana Editores.
- Hoffmann, J. (2013). *Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. (43th ed.). Porto Alegre. Mediação.
- Hoffmann, J. (2014). *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. (33ª ed.). Porto Alegre. Mediação.
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277-1288.
- Javarrotti, E. S. (2022). *A ficha de observação da criança de Helena Antipoff como estratégia de inclusão para as crianças com deficiência na educação infantil*. 210 f. Dissertação

- de Mestrado em Estudos da Ocupação. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Recuperado em 03/03/2025, de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/53164>
- Kagan, S. L. (2011). Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações. *Cadernos de pesquisa*, 41, 56-67.
- Köche, J. C. (2007). *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa*. 24 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- Krippendorff, K. (2018). *Content analysis: An introduction to its methodology*. SAGE Publications.
- Lacerda, A. C., & de Souza, M. G. (2013). A avaliação na educação infantil. *Anais do Encontro de Pesquisa em Educação e Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos*. Vol. 1, Nº 1, pp. 20-29.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo. Atlas.
- Leite de Oliveira, R. (2024). Avaliação diagnóstica: questões sobre currículo, avaliação e qualidade. *Revista Espaço do Currículo*, 17(1).
- Libâneo, J. C. (2013). *Organização e gestão da escola: Teoria e prática*. Goiânia – GO. Alternativa.
- Luckesi, C. C.. (2005). *Avaliação da Aprendizagem – componente do ato pedagógico*. São Paulo. Cortez.
- Luckesi, C. C. (2011). *Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições* (21ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Marconi, M. A., e Lakatos, E. M. (2018). Fundamentos da metodologia científica. In *Fundamentos da metodologia científica em educação*. São Paulo: Atlas.
- Marinho, P., Fernandes, P., & Leite, C. (2014). A avaliação da aprendizagem: da pluralidade de enunciações à dualidade de concepções. *Acta Scientiarum. Education*, 36(01), 153-164.
- Mélo, T. R., Araujo, L. B. D., Novakoski, K. R. M., & Israel, V. L. (2019). Sistematização de instrumentos de avaliação para os dois primeiros anos de vida de bebês típicos ou em risco conforme o modelo da CIF. *Fisioterapia e Pesquisa*, 26, p. 380-393.
- Menezes, D. A. T. de. (2017). Visualização de dados como suporte ao design instrucional. 167 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – *Centro de Engenharia Elétrica e Informática*, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. Recuperado em 05/03/2025, de <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/571>
- Merriam, S. B., & Tisdell, E. J. (2015). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. John Wiley & Sons.

- Micarello, H. (2010). Avaliação e transições na educação infantil. *Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais*. Belo Horizonte. Recuperado em 03/03/2025, de <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7163-2-11-avaliacao-transicoes-hilda-micarello/file>
- Moran, J. M. (2015). *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá* (3ª ed.). Campinas: Papirus.
- Moro, C. (2017). Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. *Laplage em Revista*, 3(1), 44-56.
- Moro, C., & Souza, G. D. (2014). Produção acadêmica brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações. *Est. Aval. Educ*, 100-125.
- Motta, S. B. (2015). Avaliação na educação infantil: um processo de ação e reflexão. *Eventos Pedagógicos*, 6(2), 231-240.
- Neves, N. L., Alves Daniel, A., y Lemes, R. F. (2024). Avaliação da aprendizagem na educação infantil: recurso para a prática pedagógica. In: *O processo de avaliação para aprendizagem*. Souza, L. O. dos S., Silva, M. S. P. de L., y Santos, S. M. de A. (orgs). Formiga, Minas Gerais, Editora Ópera, p. 93-96, p. 151.
- Neves, V. F. A., & Moro, C. (2013). Avaliação na educação infantil: um debate necessário. *Est. Aval. Educ*, 272-302.
- Oliveira, J. F., Libâneo, J. C., & Toschi, M. S. (2017). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo. Cortez Editora.
- Oliveira, S. F. (2010). *Metodologia Científica: uma breve introdução*. Petrópolis – Rio de Janeiro. Vozes.
- Pereira Júnior, G. A. P.; Santos, M. A.; Bernardi, F. A.; Ferreira, W. D.; Senju, A. A.; Jesus, T. H. P.; Gula, E. A. (2017). Desenvolvimento de plataforma digital para ensino de graduação (caso do ensino de atendimento ao paciente traumatizado). *Revista de Graduação USP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 13-23, mar. 2017. Recuperado em 05/03/2025, de <https://doi.org/10.11606/issn.2525-376X.v2i1p13-23>
- Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2ª ed.). Novo Hamburgo. Feevale.
- Queroz, J. C. S., & Stutz, L. (2016). A importância da observação de aulas na Educação Infantil. *Calidoscópio*, 14(1).
- Ribeiro, C. R. (2014). *A concepção dos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental sobre avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa*. Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva– FAIT. Itapeva, São Paulo.
- Rosemberg, F. (2013). Políticas de educação infantil e avaliação. *Cadernos de Pesquisa*, 43, p. 44-75.

- Santos, A. O., Oliveira, G. S., & Pereira, S. S. (2022). A avaliação na educação infantil: observação, registros e intervenção pedagógica. *Cadernos da FUCAMP*, 21(53), p. 115-123.
- Siena, O., Braga, A. A., Oliveira, C. M., & Carvalho, E. M. (2024). *Metodologia da pesquisa científica e elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos*. Belo Horizonte. Minas Gerais. Editora Poisson.
- Silva, G. R., & Freire, P. C. T. (2020). O Ato de avaliar na Educação Infantil: divergências conceituais entre as avaliações classificatória e diagnóstica. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 21(1), p. 73-81.
- Silva, P. M. M., & Rossi, M. A. L. (2013). Provinha Brasil: avaliação diagnóstica ou classificatória. *Poiesis Pedagógica*, 11(2), p. 77-92.
- Silva, T. Z. (2012). Avaliação na Educação Infantil: um breve olhar na avaliação da aprendizagem. *Revista Thema*, 9(2).
- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa. Livros Horizonte.
- Sousa, I. O. D. (2022). *Instrumento de avaliação: comunicação aumentativa e alternativa para a inclusão na educação infantil*. 168 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente, São Paulo. Recuperado em 05/03/2025, de <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8ec6ea7b-ea19-4403-888b-900547e49ea1/content>
- Sousa, S. Z. (2014). Avaliação da educação infantil: propostas em debate no Brasil. *Revista Interações*, 10(32).
- Sousa, S. Z. (2018). Avaliação da Educação Infantil: questões controversas e suas implicações educacionais e sociais. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 23(1), p. 65-78.
- Sousa, S. Z., & Pimenta, C. O. (2018). Avaliação e gestão da educação infantil em municípios brasileiros. *Educação & Realidade*, 43, p. 1277-1300.
- Triviños, A. N. S. (2008). *Introdução á pesquisa em ciências sociais: À pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Unesco. (2023). Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem? *Relatório de monitoramento global da educação – resumo, 2023*. UNESCO, 35 p. Recuperado em 04/04/2025, de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386147_por
- Vasconcellos, C. dos S. (2013). *Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança – por uma práxis transformadora*. (13ª ed.). São Paulo. Libertad.
- Velázquez. A. (2025). Pesquisa não experimental: o que é, características e exemplos. Investigação de mercado. *QuestionPro*. Recuperado em 25/03/2025, de <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/pesquisa-nao->

APÊNDICES

Apêndice A – Validação dos instrumentos de pesquisa

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA – ENTREVISTAS E ANÁLISE DOCUMENTAL

Ilustre Doutor (a)

Este formulário destina-se à **validação** dos instrumentos da pesquisa de campo, cujo tema é: **O Sistema de Gestão Educacional no processo de avaliação na Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia – Bahia**. E, tem a finalidade de realizar um levantamento de dados, a serem analisados pela pesquisadora, que servirão como pré-requisito para elaboração da Tese de Doutorado em Ciências da Educação na Universidade Autônoma de Assunção – Paraguai. Com a **Problemática**: Qual a utilidade do Sistema de Gestão Educacional (SGE) no processo de avaliação na Educação Infantil do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil no Município de Santa Cruz Cabralia – Bahia? Considerando o **objetivo geral da pesquisa** que é: Analisar a utilidade do Sistema de Gestão Educacional (SGE) na avaliação da Educação Infantil do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil no Município de Santa Cruz Cabralia – Bahia. E os **objetivos específicos**, **1.** Descrever sobre o processo de avaliar na Educação Infantil, segundo a concepção dos docentes; **2.** Relatar os procedimentos avaliativos para registrar e acompanhar o desenvolvimento das crianças, na consideração dos docentes; **3.** Identificar a utilidade do SGE no processo avaliativo infantil, na visão dos docentes e dos técnicos da secretaria de educação; **4.** Verificar a concepção de avaliação defendida nos documentos normativos da instituição de ensino pesquisada.

Dessa forma, a pesquisadora elaborou os instrumentos a seguir do tipo: *Roteiro de entrevista com questões abertas* para os docentes que atuam na Educação Infantil e para os técnicos da Secretaria Municipal de Educação que são responsáveis por alimentar o sistema no município. E um *roteiro de análise documental* constando os itens norteadores do trabalho da pesquisadora.

Portanto, solicito sua análise no sentido de **verificar se há adequação ou não entre as questões formuladas e os objetivos propostos para este estudo**. Inicialmente a disposição da questão e ao término da avaliação da mesma, atribua um conceito a cada questão assinalando com um **(X)** no quadro, o que corresponde à sua opinião a: **Muito**

adequado, Adequado, Pouco adequado e Inadequado. Caso julgue necessário, utilize o campo de **observações** para suas retificações, considerações ou dúvidas que a referida questão gerou.

Antecipadamente, agradeço sua presteza e máxima contribuição na análise e validação destes instrumentos de pesquisa. Para a sua participação voluntária, o (a) Doutor (a) deverá encaminhar uma resposta de confirmação de aceite, com o parecer acerca das questões para o contato: +55 73 991318093 ou e-mail: morenaflor.paulinha@gmail.com

Atenciosamente, Ana Paula da Silva França

Ilustre Doutor (a), por favor, preencher os dados de identificação abaixo.

Os instrumentos de pesquisa foram avaliados e aprovados por:

Nome completo: _____

Formação: _____

Instituição: _____

Assinatura do avaliador: _____

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTAS	OBJETIVO DA QUESTÃO				Observações:
	Muito adequado	Adequado	Pouco adequado	Inadequado	
Roteiro de entrevista para os docentes					
1º Na sua concepção, qual a importância da avaliação na Educação Infantil?					
2º Na sua visão, como o docente deve avaliar a criança na Educação Infantil?					
3º Quais os instrumentos que você utiliza para registrar e acompanhar o desenvolvimento das crianças? Por que você utiliza estes instrumentos?					

4º Os procedimentos que você utiliza contemplam todas as informações do desenvolvimento da criança? Justifique sua resposta.					
5º Na sua visão, como o uso do SGE auxilia no processo de avaliação na Educação Infantil?					
6º Os critérios de avaliação que constam no SGE contemplam os aspectos avaliativos para alcançar a inclusão de todas as crianças? Justifique sua resposta.					
7º Como você insere no SGE as informações sobre a aprendizagem das crianças?					
8º Para você, quais são as vantagens de utilizar esse Sistema?					
9º Em sua opinião, quais são as desvantagens de utilizar esse Sistema?					
10º Para você, o que poderia acrescentar no Sistema para torná-lo mais completo para os usuários da Educação Infantil?					

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTAS	OBJETIVO DA QUESTÃO				
	Muito adequado	Adequado	Pouco adequado	Inadequado	Observações:
Roteiro de entrevista para os técnicos da Secretaria Municipal de Educação					
1º Como aconteceu o processo de implementação do SGE no					

Município?					
2º Em sua opinião, quais as vantagens da utilização desse Sistema na educação municipal?					
3º Atualmente, quais os problemas enfrentados com a utilização desse sistema na educação?					
4º Quais são as principais ações adotadas para solucionar esses problemas?					
5º Para você, o que poderia ser inserido ou modificado nas diretrizes (indicadores de qualidade) do Sistema para melhor atender às necessidades da Educação Infantil?					
6º Sobre a avaliação na educação infantil, as informações existentes, e mesmo as informações inseridas no sistema pelos professores, conseguem a inclusão de todas as crianças? Por favor, descreva como ocorre.					
7º De que forma o Sistema aborda a organização pedagógica do trabalho dos professores?					
8º Todos os familiares ou responsáveis legais das crianças podem ter acesso ao sistema? Por favor, explique como isso acontece.					
9º Esse Sistema alcança a Coordenação Pedagógica nas escolas? Descreva como ocorre.					

QUESTÕES E OPÇÕES DE RESPOSTA	OBJETIVO DA QUESTÃO				
	Muito adequado	Adequado	Pouco adequado	Inadequado	Observações
<p>Roteiro de análise documental</p> <p>1º Anotar a concepção de avaliação defendida nos documentos normativos da instituição pesquisada, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Projeto Político Pedagógico – PPP; • O Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil – RCMEI. 					
<p>2º Acessar no Sistema de Gestão Educacional – SGE do município, as seguintes telas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professor (acompanhamento e desempenho dos alunos); • Aluno (avaliação descritiva e observação do aluno). 					
<p>3º Notar como acontece o processo de avaliação no SGE.</p>					
<p>4º Registrar se a concepção de avaliação defendida nos documentos que regem a Educação Infantil na instituição pesquisada coaduna com os aspectos avaliativos elencados no SGE.</p>					
<p>5º Verificar a estrutura organizacional, administrativa e pedagógica da instituição de ensino (campo de pesquisa).</p>					

Apêndice B – Entrevista para os professores

ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA PARA O DOCENTE QUE ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL – EI

Prezado (a) professor (a)

Esta entrevista tem por finalidade coletar informações, e com a solidificação dos dados obtidos será objeto de análise pela pesquisadora, que servirá como pré-requisito para elaboração da Tese de Doutorado em Ciências da Educação na Universidade Autônoma de Assunção – Paraguai. Tese esta, intitulada de: O Sistema de Gestão Educacional no processo de avaliação na Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia – Bahia.

Desde já agradeço sua colaboração e participação nesta pesquisa.

Responsável pela pesquisa: Ana Paula da Silva França

Orientador (a): Dr^a Daniela Ruiz Diaz Morales

- 1º Na sua concepção, qual a importância da avaliação na Educação Infantil?
- 2º Na sua visão, como o docente deve avaliar a criança na Educação Infantil?
- 3º Quais os instrumentos que você utiliza para registrar e acompanhar o desenvolvimento das crianças? Por que você utiliza estes instrumentos?
- 4º Os procedimentos que você utiliza contemplam todas as informações do desenvolvimento da criança? Justifique sua resposta.
- 5º Na sua visão, como o uso do SGE auxilia no processo de avaliação na Educação Infantil?
- 6º Os critérios de avaliação que constam no Sistema contemplam os aspectos avaliativos para alcançar a inclusão de todas as crianças? Justifique sua resposta.
- 7º Como você insere no Sistema as informações sobre a aprendizagem das crianças?
- 8º Para você, quais são as vantagens de utilizar o Sistema?
- 9º Em sua opinião, quais são as desvantagens de utilizar o Sistema?
- 10º Para você, o que poderia acrescentar no Sistema para torná-lo mais completo para os usuários da Educação Infantil?

Apêndice C – Entrevista para os técnicos da secretária de educação

ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA PARA OS TÉCNICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Caro (a) profissional

Esta entrevista tem por finalidade coletar informações, e com a solidificação dos dados obtidos será objeto de análise pela pesquisadora, que servirá como pré-requisito para elaboração da Tese de Doutorado em Ciências da Educação na Universidade Autônoma de Assunção – Paraguai. Tese esta, intitulada de: O Sistema de Gestão Educacional no processo de avaliação na Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia – Bahia.

Desde já agradeço sua colaboração e participação nesta pesquisa.

Responsável pela pesquisa: Ana Paula da Silva França

Orientador (a): Dr^a Daniela Ruiz Diaz Morales

- 1º Como aconteceu o processo de implementação do SGE no Município?
- 2º Em sua opinião, quais as vantagens da utilização desse Sistema na educação municipal?
- 3º Atualmente, quais os problemas enfrentados com a utilização desse sistema na educação?
- 4º Quais são as principais ações adotadas para solucionar esses problemas?
- 5º Para você, o que poderia ser inserido ou modificado nas diretrizes (indicadores de qualidade) do Sistema para melhor atender às necessidades da Educação Infantil?
- 6º Sobre a avaliação na educação infantil, as informações existentes, e mesmo as informações inseridas no sistema pelos professores, conseguem a inclusão de todas as crianças? Por favor, descreva como ocorre.
- 7º De que forma o Sistema aborda a organização pedagógica do trabalho dos professores?
- 8º Todos os familiares ou responsáveis legais das crianças podem ter acesso ao sistema? Por favor, explique como isso acontece.
- 9º Esse Sistema alcança a Coordenação Pedagógica nas escolas? Descreva como ocorre.

Apêndice D – Roteiro para análise documental

ROTEIRO DE ANALISE DOCUMENTAL

Esta entrevista tem por finalidade coletar informações, e com a solidificação dos dados obtidos será objeto de análise pela pesquisadora, que servirá como pré-requisito para elaboração da Tese de Doutorado em Ciências da Educação na Universidade Autônoma de Assunção – Paraguai. Tese esta, intitulada de: O Sistema de Gestão Educacional no processo de avaliação na Educação Infantil em Santa Cruz Cabralia – Bahia.

Responsável pela pesquisa: Ana Paula da Silva França

Orientador (a): Dr^a Daniela Ruiz Diaz Morales

1º Anotar a concepção de avaliação defendida nos documentos normativos da instituição pesquisada, como:

- O Projeto Político Pedagógico – PPP;
- O Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil – RCMEI.

2º Acessar no Sistema de Gestão Educacional – SGE do município, as seguintes telas:

- Professor (acompanhamento e desempenho dos alunos);
- Aluno (avaliação descritiva e observação do aluno).

3º Notar como acontece o processo de avaliação no SGE.

4º Registrar se a concepção de avaliação defendida nos documentos que regem a Educação Infantil na instituição pesquisada coaduna com os elementos da avaliação elencadas no SGE.

5º Verificar a estrutura organizacional, administrativa e pedagógica da instituição de ensino (campo de pesquisa).

Apêndice E - Carta de apresentação da pesquisadora

APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

Prezadas instituições
Centro de Educação Infantil Qualidade de Vida Sonho Infantil
Secretaria Municipal de Educação

Por meio desta, a pesquisadora Ana Paula da Silva França vem apresentar-se nestas renomadas instituições, e solicitar autorização para execução e coleta de dados que servirão para a realização da pesquisa do Curso de Doutorado em Ciências da Educação ofertado pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA, Assunção: Paraguai. A pesquisa aborda a temática “O Sistema de Gestão Educacional no Processo de Avaliação na Educação Infantil em Santa Cruz Cabrália – Bahia”, sob a responsabilidade da pesquisadora, a qual pretende analisar a utilidade do Sistema de Gestão Educacional – SGE na avaliação da Educação Infantil no Município de Santa Cruz Cabrália. Serão convidados a participarem da pesquisa, de forma voluntária, dez professores e três técnicos, que por meio de *entrevistas* com questões abertas irão expressar suas opiniões a respeito do tema. Além disso, por parte da pesquisadora, será realizada uma *análise documental* do Projeto Político Pedagógico – PPP e do Referencial Curricular Municipal para a Educação Infantil – RCMEI.

Prontamente, informa-se que o caráter ético da pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante a preservação da identidade e da privacidade das instituições e dos profissionais entrevistados. A realização deste estudo é o comprometimento da pesquisadora em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicita-se autorização para a divulgação dos resultados coletados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando o sigilo e a ética, em consonância com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Para o momento, agradeço a compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento da pesquisa científica em questão. Coloca-me a disposição nos contatos, telefone (73) 99131 8093 e e-mail morenaflor.paulinha@gmail.com para sanar qualquer dúvida referente ao estudo. Atenciosamente!

Assinatura da pesquisadora

Santa Cruz Cabrália – Bahia, ____/____/____

Apêndice F – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)*

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa, **O Sistema de Gestão Educacional no Processo de Avaliação na Educação Infantil em Santa Cruz Cabrália – Bahia**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Ana Paula da Silva França**, a qual pretende analisar a utilidade do Sistema de Gestão Educacional (SGE) na avaliação da Educação Infantil do Centro de Qualidade de Vida Sonho Infantil no Município de Santa Cruz Cabrália – Bahia. Ressaltamos que esta atividade é voluntária e, caso não queira participar, isso em nada afetará o tratamento recebido. A sua participação se dará por meio de Entrevista com questões abertas.

Ao decidir participar deste estudo, toma-se conhecimento de que, não há nenhum risco significativo para a sua participação ou para os seus familiares em ser voluntário(a) neste estudo. Se o/a Sr(a) aceitar participar, as informações coletadas por esta pesquisa poderão contribuir, futuramente, para trabalhos científicos, sendo os resultados analisados e publicados, mas a sua identidade será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de o nome ser divulgado, assegurado-lhe completo anonimato. Devido ao caráter confidencial, as informações serão utilizadas apenas para o objetivo de estudo. Por isso, com seu consentimento, as entrevistas poderão ser gravadas para que possa contemplar toda a narrativa. Entretanto, caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, esteja ciente de que poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em prejuízo ao estudo.

Se depois de consentir a sua participação, o/a Sr(a) poderá desistir da sua colaboração, pois, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, que seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Não terá nenhuma despesa, não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Caso o/a Sr(a) tenha alguma despesa decorrente da pesquisa será ressarcido/a pelo pesquisadora.

Para mais informações sobre a pesquisa, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora: telefone (73) 99131 8093 e e-mail morenaflor.paulinha@gmail.com ou com a tutora Doutora Daniela Ruíz - Díaz Morales, e-mail danielaruizdiaz60@gmail.com

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, após ser informado(a) e, entendido a explicação sobre o que a pesquisadora Ana Paula da Silva França quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Concordo em participar voluntariamente da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que sou livre para desistir de colaborar com a pesquisa, sem que haja nenhum tipo de penalização. Estou ciente que minha participação poderá abrir um espaço para expressar minha opinião e percepção sobre o tema pesquisado, que servirão para maior conhecimento e expansão de estudos na área. Este documento será emitido em duas vias originais, assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Santa Cruz Cabrália – Bahia, ____/____/____

ANEXOS

Anexo A – Imagens do CQVSI



Fonte: Arquivo da referida instituição de ensino

Anexo B – Modelo de avaliação descritiva do aluno no SGE

	Avaliação Descritiva - 2024 - 2º Bimestre	
Unidade Escolar:		
Aluno:	Matrícula:	Turma:
Curso: Educação Infantil Pre Escola	Ano/Série/Etapa:	Percentual de frequência:
Faltas:		

Desenvolvimento Longitudinal Humano
Eu, O Outro e Nós.
Demonstrar atitudes de respeito, de cuidado e de solidariedade na interação com crianças e adultos. SIM
Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios. SIM
Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e com os adultos. AS VEZES
Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender. AS VEZES
Perceber que as pessoas têm características físicas, diferentes, respeitando essas diferenças. AS VEZES
Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras. AS VEZES
Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto. AS VEZES
Corpo, Gestos e Movimentos.
Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras. AS VEZES
Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas. AS VEZES
Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações. AS VEZES
Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo. AS VEZES
Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, cortar, folhear, entre outros. AS VEZES
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS
Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais; AS VEZES

<p>Explorar o próprio corpo para acompanhar diversos ritmos de música. ÀS VEZES</p>
<p>Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos bidimensionais e tridimensionais. ÀS VEZES</p>
<p>Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. ÀS VEZES</p>
<p>Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação.</p>
<p>Exercitar o diálogo entre crianças e adultos, de modo que favoreça a criança a expressar seus desejos, sentimentos, necessidades e opiniões. ÀS VEZES</p>
<p>Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos. ÀS VEZES</p>
<p>Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações. ÀS VEZES</p>
<p>Acompanhar, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita). ÀS VEZES</p>
<p>Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, com vistas a identificar cenários, personagens e principais acontecimentos. ÀS VEZES</p>
<p>Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc. ÀS VEZES</p>
<p>Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos. ÀS VEZES</p>
<p>Manusear diferentes portadores textuais, com a finalidade de demonstrar e reconhecer seus usos sociais. ÀS VEZES</p>
<p>Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias, etc.). ÀS VEZES</p>
<p>Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos. ÀS VEZES</p>
<p>Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações.</p>
<p>Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho, cor, forma, altura, peso etc.). ÀS VEZES</p>
<p>Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.) ÀS VEZES</p>
<p>Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora deles. ÀS VEZES</p>
<p>Identificar relações e posições espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e momentos temporais (antes, durante e depois).</p>

ÀS VEZES
Classificar objetos considerando determinado(a) atributo/característica (tamanho, peso, cor, forma etc.). ÀS VEZES
Reconhecer e utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar). ÀS VEZES
Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc. em contextos diversos. ÀS VEZES
Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.). ÀS VEZES
Estou ciente do aproveitamento de Matrícula: _____ Professor(a) Orientação educacional Orientação pedagógica Responsável Data de Emissão: 05/08/2024

Fonte: <https://sge.cabralia.ba.gov.br/>